UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural

Dissertação de Mestrado

LÁ ONDE O RIO SE PARTE EM DOIS:

memórias, patrimônio cultural e tombamento na cidade de Baião (PA).

Stéfano da Paixão Santos

PELOTAS

2020

Stéfano da Paixão Santos

LÁ ONDE O RIO SE PARTE EM DOIS:

memórias, patrimônio cultural e tombamento na cidade de Baião (PA).

Trabalho de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientadora: Profª. Drª Francisca Ferreira Michelon.

PELOTAS

2020

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S237l Santos, Stéfano da Paixão

Lá onde o rio se parte em dois : memórias, patrimônio cultural e tombamento na cidade de Baião (PA) / Stéfano da Paixão Santos ; Francisca Ferreira Michelon, orientadora. — Pelotas, 2020.

161 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

1. Patrimônio cultural. 2. Tombamento. 3. Plano diretor. 4. Planejamento urbano. I. Michelon, Francisca Ferreira, orient. II. Título.

CDD : 363.69

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

STÉFANO DA PAIXÃO SANTOS

LÁ ONDE O RIO SE PARTE EM DOIS:
memórias, patrimônio cultural e tombamento na cidade de Baião (PA).

Trabalho de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Banca Examinadora

_____

Profª. Francisca Ferreira Michelon, orientadora.

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

_____

Prof. Diego Lemos Ribeiro (UFPEL)

Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo.

_____

Profª. Juliane Conceição Primon Serres (UFPEL)

Doutora em História pela Universidade do Vale dos Sinos.

_____

Profª. Ana Lúcia Costa de Oliveira (UFPEL)

Doutora em Planejamento Urbano e Regional/UFRS.

Este trabalho é exclusivamente dedicado aos meus pais, Francisco Sinval da Paixão Santos e Ivonilde da Paixão Santos, por todo amor dedicado aos filhos, ao lar e à educação. Este trabalho também é uma celebração à vida, às batalhas diárias, aos ensinamentos que sempre recebemos ao longo de nossa criação, a liberdade para escolhermos nosso caminho no mundo. É também uma celebração a todas as vezes que tivemos que deixar nossa casa para trás por alguns períodos e entrar naquele barco pequeno, apertado, lotado de gente e de bagagem rumo a cidade de Cametá, para que ambos pudessem estudar na primeira turma de nível superior na região do Baixo-Tocantins. Foram alguns anos de uma formação modular ofertada pela Universidade Federal do Pará. Fizemos o trajeto entre Baião e Cametá durante muito tempo; passamos por tempestades, raios, trovões, ventanias; escapamos de naufrágios algumas vezes, pois o caudaloso rio Tocantins também tem seus segredos e armadilhas para quem o navega sem permissão e sem o seu devido conhecimento. A preocupação silenciosa de meu pai com medo do barco afundar, as orações de minha mãe com terço na mão pedindo para Santa Clara acalmar o mau tempo, meus irmãos e eu tensos. Tudo isso me formou, me forjou e está cunhado em meu caminho. Tudo isso e mais um pouco em nome de um bem tão caro e precioso, que é a educação.

Hoje, olhando para trás, vejo que todas as travessias reais e simbólicas que fizemos, todos os riscos que corremos, foi unicamente, para darmo-nos uma vida melhor, foi por nós e para nós.

Assim sendo, este trabalho é em honra de meus pais e a nossa vida!

AGRADECIMENTOS

- Só trazia a coragem e a cara:

Quando soube de minha aprovação no mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, programa de pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas, jamais imaginei o calvário que eu enfrentaria até seu desfecho fora do prazo previsto logo em meu ingresso. Quando eu e a grande amiga de estrada Juliana Modesto (também aprovada para o curso) chegamos em Pelotas no final de fevereiro de 2015, ao descermos na rodoviária, não sabíamos se deveríamos ir para esquerda ou direita, para frente ou para trás. Tínhamos apenas em mãos um endereço anotado num pedaço de papel. Não conhecíamos nada e nem ninguém. E assim fomos para a casa de estudantes da UFPEL na Rua 15 de novembro, centro da cidade, que havíamos contatado via redes sociais. Desta forma, totalmente estranhos, porém, bem acolhidos por esses colegas estudantes, passamos nossos primeiros 10 dias, dormindo na sala e no chão. Depois seguimos nossos caminhos de pensão em pensão e até casa de um amigo paraense residente em Pelotas.

Pois bem, fui aprovado para a turma de 2015 com conclusão para o ano de 2017, porém, foram tantas agruras, desventuras, que acabei por não concluir como esperado. Havia literalmente atravessado o Brasil de norte a sul para que pudesse realizar o sonho do tão desejado curso que já vinha cortejando desde 2013. Vindo de uma região bastante diferente, quase que às avessas em todos os seus aspectos, foi difícil o adaptar-se para uma pessoa indomável, de espírito buliçoso e de uma falsa e aparente quietude feito eu.

De repente, me via noutra ponta do país sendo controlado/pautado por outros ritmos diários, outros sotaques, outra forma de se alimentar, outros marcares de tempo e pulsares. Lutei e relutei o quanto pude com aquilo que de tudo me era diferente/indiferente, com aquilo que não me refletia. Lutei contra o frio demasiadamente excessivo para um nortista dado ao calor tropical amazônico abaixo da linha do Equador. Enfrentei xenofobia, piadas, sutis e descarados deboches pelo meu sotaque e fala chiada. Conflitei diariamente com um Brasil que não me conhecia, e o pior, não se conhecia sequer geograficamente.

Perdi todas as lutas e embates, e no meio do curso que seria de dois anos, me descobri deprimido pelo clima e pelo processo de adaptação. Neste momento começou outro embate de força entre minha pessoa e a universidade, pois a depressão que me assolava não me permitiu

ver de forma racional os limites e prazos das etapas de formação do curso. E mais uma vez, perdi a batalha sendo automaticamente desligado do programa por razões de puro regramento.

Saí desse primeiro momento arrasado e sem condições emocionais de olhar para tudo o que passei e passava de forma clara, objetiva e racional. Tudo em mim ressoava de maneira passional. Ao saber de meu desligamento oficial do curso, busquei não pensar muito no assunto, só apenas sentia, lamentava, sentia, sentia, sentia... A sensação de fracasso e incompetência me visitavam todas as noites antes de dormir, no café da manhã, no almoço e nas tardes dolorosas e cinzentas. Foi assim por longos dias, até que busquei ajuda profissional no enfrentamento da dor e do fracasso. A partir deste momento tudo clareia, simplifica e acalma e dou o primeiro passo de retorno ao curso e continuidade na pesquisa. Voltei a Pelotas e fiz processo de reingresso na seleção de 2018 e agora chegou o momento final dessa dolorida saga.

Portanto, a escrita deste trabalho é feita de muitas lutas, vitórias e derrotas, começos e términos, idas e vindas, chegadas e despedidas, de muito brilho nas retinas e dentes cerrados, e principalmente de muito sangue na escrita e nos olhos. Quantas vezes abandonei a escrita? Várias. Quantas vezes a escrita me deu imenso prazer? Várias. Quantas vezes esta mesma escrita foi tarefa ingrata, insuportável, um fardo, um desgosto? Inúmeras. Não exatamente pelo seu conteúdo e forma, mas, muito mais pelo seu processo doloroso. Alguém que não recordo nome, um dia falou: pensar e escrever dói. E assim foi minha jornada com esta pesquisa forjada no calor da sobrevivência de todas as ordens.

Encerro esta etapa de minha vida acadêmica com a certeza de que fui até onde pude, sem me violentar, sem ter que dizer aquilo que não tinha pra dizer, ou seja, dizendo somente o que tinha pra dizer, sem entremeios, sem firulas.

De peito aberto, sou imensamente grato aos professores que colaboraram comigo nesta jornada. Professora Letícia Mazzuchi, pelo rigor no ensino, pelas palavras de firmeza e pelos cobertores de frio emprestados de maneira totalmente espontânea, sem pedir. Professor Jorge Eremites, obrigado pelos ensinamentos, apreço, simpatia e solidariedade que sempre demonstrou por minha pessoa. Professor Diego Ribeiro, sempre tranquilo, sereno e prestativo, nosso chiado era praticamente um lance identitário. Professora Juliane Serres, atenciosa e solidária com as nossas aflições acadêmicas. Professor Sidney Vieira, simpático, sorriso largo e sempre disponível aos seus alunos.

Por fim, professora Francisca Michelon, minha orientadora, que me conduziu com maestria até o fim desta formação. Se cheguei até o final do curso, foi por sua insistência em minha pessoa, sempre me respeitando, e principalmente, respeitando meu tempo, meus silêncios, minhas angústias, meus limites. Sei que não é fácil lidar com uma pessoa escorregadia

feito eu. Mas todo esse processo de imersão e submersão só foi possível por causa de Francisca, por causa de sua elegância, garbo e muita tolerância para comigo. Professora Francisca, chegamos ao fim!

A todos vocês professores da Universidade Federal de Pelotas, registro aqui meu mais sincero agradecimento!

Evoé !!!

Houve um dia aqui uma praça
Onde tantas crianças cantavam
Houve um dia aqui uma praça
Onde os velhos sorriam lembranças
Houve um dia aqui uma praça
Onde os jovens em bando se amavam
E os homens brincavam trabalhando
Um trabalho sem desesperança
Digo meu filho que esse jardim
Era o viço da vida vingando
Digo meu filho que esse jardim
Era o branco dos dentes brilhando
E a festa da vida seguia
Pelo o franco dos gestos libertos
Digo de fresca memória que não aqui não havia
Do medo este cheiro
Digo de fresca memória que não aqui não havia
De estátuas canteiros
Houve um dia aqui
uma praça, uma rua, uma esquina, um país
houve crianças e jovens e homens e velhos
um povo feliz.

Memória – Gonzaguinha

RESUMO

Este trabalho está debruçado sobre o processo de tombamento do patrimônio edificado ocorrido na cidade de Baião, Estado do Pará, e seus possíveis desdobramentos políticos e administrativos impelidos ao poder público local. Neste espaço, investigamos no próprio processo em questão, clareamentos sobre os papeis desempenhados entre sociedade civil e o poder do Estado na preservação e proteção do patrimônio cultural, bem como, compreender a efetividade dos instrumentos legais de intervenção e gestão do espaço urbano, tais como a Constituição Federal, Estatuto da Cidade, Plano Diretor Municipal, Lei Orgânica Municipal. A pesquisa também consultou as memórias de seis baionenses, como forma de conhecer suas percepções acerca do lugar, bem como, validar através de seus depoimentos o processo de tombamento ocorrido. Desta forma, pautado na experiência vivida ao longo do processo de patrimonialização em Baião, o texto apresenta reflexões focadas na relação entre o projeto de intervenção urbanística em área patrimonializada e a necessidade de desenvolvimento de uma política de preservação do patrimônio edificado e sua área de entorno.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Tombamento. Plano Diretor. Planejamento Urbano.

ABSTRACT

This work is based on the process of listing the built heritage that took place in the city of Baião, State of Pará (Brazil), and its possible political and administrative developments driven by the local government. In this space, it was investigated, in the process in question, clarifications on the roles played between civil society and the State power in the preservation and protection of cultural heritage, as well as understanding the effectiveness of legal instruments for intervention and management of urban space, such as the Federal Constitution, City Statute, Municipal Master Plan, Municipal Organic Law. The research also consulted the memories of six residents of Baião with a way of knowing their perceptions about the place, as well as, validating through their testimonies the tipping process that occurred. Thus, based on the experience lived through the process of heritage listing in Baião, the text presents reflections focused on the relationship between the urban intervention project in a heritage area and the need to develop a policy for the preservation of the built heritage and its surrounding area.

Keywords: Cultural heritage. Tipping. Master plan. Urban planning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Peça publicitária, em forma de adesivo, distribuída aos participantes da audiência pública sobre o processo de tombamento do patrimônio edificado na cidade de Baião-PA. 41

Figura 02 – Professores da Rede Pública de Ensino debatem sobre o processo de patrimonialização em Baião. 42

Figura 03 – Moradores de Baião durante o debate de tombamento do patrimônio edificado da cidade. 43

Figura 04 – Estudantes, aposentados e comunidade em geral participam do debate em torno do pedido de tombamento do patrimônio edificado na cidade de Baião-PA. 44

Figura 05 – Moradores de Baião acompanham a visita dos técnicos do DPHAC aos locais a serem tombados, fig. 1. 45

Figura 06 – Moradores de Baião acompanham a visita dos técnicos do DPHAC aos locais a serem tombados, fig. 2. 45

Figura 07 – Certidão de Tombamento. 47

Figura 08 – Casarão dos Seixas. 48

Figura 09 – Caixa D'água de Ferro vista por dentro do Casarão dos Seixas. Tombada como patrimônio histórico do Pará. 48

Figura 10 – Escadaria Pau-da-Gaivota em frente ao Casarão dos Seixas. 48

Figura 11 – Republicação da Certidão de Tombamento de Baião. 49

Figura 12 – Defesa pública do patrimônio cultural durante a revisão do plano diretor municipal. 50

Figura 13 – Defesa pública do patrimônio cultural durante a revisão do plano diretor municipal. 50

Figura 14 – Navio a vapor *03 DE OUTUBRO* que fazia a linha entre Belém e Baião no início do século XX até a década de 1950. 82

Figura 15 – Primeiro posto dos Correios e Telégrafos de Baião. Início do século XX. 83

Figura 16 – Posto dos Correios e Telégrafos de Baião, pós-reforma. Primeira metade do século XX. 83

Figura 17 – Grupo Escolar Thomáz Ribeiro, em Baião/Pa. 86

Figura 18 – Freiras em atividade extraclasse, em frente ao antigo prédio do Grupo Escolar Thomáz Ribeiro, provavelmente data comemorativa. 89
Figura 19 – Freiras em atividade extraclasse, em frente ao antigo prédio do Grupo Escolar Thomáz Ribeiro, provavelmente data comemorativa. 89
Figura 20 – Estudantes e freira em frente a atual E.R.C.E.F. Instituto Imaculada Conceição. 90
Figura 21 – Atual E. R.C.E.F. Instituto Imaculada Conceição. 90
Figura 22 – Casa "A Brasileira", armazém de propriedade de Henrique Alemão. 92
Figura 23 – Henrique Alemão sentado ao centro com criança ao colo, na companhia de sua esposa Enoy, filhos, cunhado, amigos e pároco. 93
Figura 24 – Casa A Brasileira, armazém de propriedade de Henrique Alemão. 94
Figura 25 – Mastro de São Sebastião, comunidade de Sítio São Francisco. 96
Figura 26 – Mastro de S. Sebastião, chegando ao terreiro de Mãe Zulmira. 96
Figura 27 – Mãe Zulmira Barroso, celebração a S. Sebastião. 97
Figura 28 – Chegada do Mastro de S. Sebastião, terreiro de Mãe Zulmira Barroso. 97
Figura 29 – Denúncia anônima contra José Antônio Correia de Seixas. 101
Figura 30 – Jornal O Baionense, de 11/03/1906. 102
Figura 31 – Jornal O Baionense, de 18/03/1906. 102
Figura 32 – Notícia do Abastecimento de água em Baião. Jornal O Baionense, 11/03/1906. 103
Figura 33 – Equipe de construção do Reservatório Paes de Carvalho, em Belém. Sentado ao centro (de guarda-chuva) está o engenheiro Inocêncio de Holanda Lima. 103
Figura 34 – Jornal O Baionense, 04/02/1906. 104
Figura 35 – Jornal O Baionense, 25/03/1906. 105
Figura 36 – Levindo Dias Rocha, Intendente Municipal de Baião. 106
Figura 37 – Izaac Silveira da Paixão. 107
Figura 38 – Srs. Durval Pires Damasceno, Enéas Coelho e Izaac Paixão. O segundo da esquerda p/ direita não foi identificado. Na ponte sobre o Igarapé da Encanação e ao fundo a casa de máquina que bombeava água do igarapé até o reservatório que abastecia a cidade de Baião. 107
Figura 39 – A casa de máquina que bombeava água do igarapé da encanação até o reservatório que abastecia a cidade de Baião. 107
Figura 40 – Rota do Sistema de Abastecimento de água de Baião em 1905/1906. 108

Figura 41 – Croqui da Caixa D'água de Ferro. 109
Figura 42 – Primeira Usina Termoelétrica de Baião. 110
Figura 43 – Segunda Usina Termoelétrica de Baião. 111
Figura 44 – Motor (Caterpillar) gerador de energia elétrica da antiga Usina Termoelétrica de Baião. 111
Figura 45 – Vista panorâmica: Ao centro, a Escadaria Pau-da-Gaivota. À esquerda, a primeira usina termoelétrica de Baião e no alto vê-se a Caixa D'água de Ferro. No canto direito, o Casarão dos Seixas. 111
Figura 46 – Outra perspectiva: À direita, a primeira usina termoelétrica de Baião. No canto esquerdo, vê-se parte da estrutura da Caixa D'água de Ferro e uma parte do Casarão dos Seixas. 112
Figura 47 – Vista da Escadaria Pau-da-Gaivota. 113
Figura 48 – Antigo porto de Baião. No lado esquerdo da imagem, no alto, vê-se ligeiramente partes da escadaria Pau-da-Gaivota. 113
Figura 49 – Jornal O Liberal, 02/07/1951. 113
Figura 50 – Jornal O Baionense, 18/03/1906. 114
Figura 51 – Propaganda no Jornal O Baionense, 03/03/1906. 115
Figura 52 – Ao pé da Caixa D'água de Ferro, de terno branco, Antônio A. Cunha, marido da Sra. Adalgisa Rocha. O outro homem não foi identificado. Baião/1939. 120
Figura 53 – Casarão dos Seixas de 1888. Também chamado de prefeitura velha e casa da cultura. 120
Figura 54 – Casamento de Adalgisa Rocha e Antônio A. Cunha. 121
Figura 55 – Adalgisa Rocha na janela de sua antiga casa no entorno da praça João Câncio. 121
Figura 56 – Adalgisa Rocha e seu pai João Câncio de Barros Rocha. 122
Figura 57 – Sra. Adalgisa Rocha, recebendo em seu aniversário a flauta e a partitura que pertenceram ao seu pai João Câncio. Presente de sua filha. 124
Figura 58 – Mapa de Preservação Histórica de Baião-PA. 138
Figura 59 – Praça João Câncio. 143
Figura 60 – Praça João Câncio. 143
Figura 61 – Rua 15 de Novembro. 148
Figura 62 – Rua 15 de Novembro. 148
Figura 63 – Trecho degradado na Rua 15 de Novembro, fig. 1. 149

Figura 64 – Trecho degradado na Rua 15 de Novembro, fig. 2. 149
Figura 65 – Layout da requalificação da orla de Baião, Rua 15 de novembro, fig.1. 150
Figura 66 – Layout da requalificação da orla de Baião, Rua 15 de novembro, fig. 2. 150
Figura 67 – Layout da requalificação da orla de Baião, Rua 15 de novembro, fig. 3. 151
Figura 68 – Layout da requalificação da orla de Baião, Rua 15 de novembro, fig. 4. 151

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 16

CAPÍTULO 1 - PATRIMÔNIO CULTURAL, TOMBAMENTO E BAIÃO

1 PATRIMÔNIO CULTURAL, TOMBAMENTO E BAIÃO..... 23

1.1 Conceituando patrimônio..... 23

1.2 O Princípio da Política de Patrimônio..... 25

1.3 A patrimonialização da cidade de Baião-PA..... 35

1.4 Breve histórico da cidade de Baião..... 51

1.4.1 A cidade de Baião nas crônicas dos viajantes..... 53

CAPÍTULO 2 - MEMÓRIAS ATRAVESSADAS PELO PATRIMÔNIO

2 MEMÓRIAS ATRAVESSADAS PELO PATRIMÔNIO..... 73

2.1 As entrevistas..... 79

2.2 Entrevista especial..... 119

CAPÍTULO 3 - A CIDADE DE BAIÃO PÓS-TOMBAMENTO

3 A Cidade de Baião Pós-Tombamento..... 126

CONCLUSÃO..... 153

REFERÊNCIAS..... 155

INTRODUÇÃO

A cidade de Baião, Estado do Pará, viveu recentemente o processo de patrimonialização de seus marcos históricos. O processo que tramitou na esfera estadual como protocolo 2014/74022, sob a responsabilidade do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Pará (DPHAC), está dividido em dois momentos específicos, sendo o primeiro de reconhecimento oficial do bem em questão, ou seja, o seu tombamento em si, e o segundo momento deu-se dois anos após com a definição da poligonal da área de entorno do patrimônio tombado.

Fundada em 1694 como entreposto comercial, a cidade de Baião é originária da capitania de Cametá, segundo núcleo populacional surgido na região do Baixo Tocantins, quando Antônio Coelho de Carvalho era governador do Grão-Pará que, desejando povoar a região tocantina, designa ao sesmeiro português Antônio Baião a missão de povoamento, facultando-lhe a escolha do lugar. De acordo com Ramos (2009), Antônio Baião procurando então cumprir o estabelecido para concessão da sesmaria, escolheu um local alto e aprazível, à margem direita do rio Tocantins. Assim sendo, a fundação da cidade de Baião está ligada ao processo de expansão da colonização portuguesa na Amazônia.

Conforme o último Censo de 2010 do IBGE, o município de Baião contava naquele momento com 36.882 habitantes, com expectativa populacional para 2018 estimada em 46.4216 habitantes. Sua densidade demográfica gira em torno de 9,81 habitantes por Km². Baião que hoje possui um território de 3.758,300 Km², já foi um dos maiores municípios do Brasil, chegando a ser limítrofe com os Estados do Maranhão, Goiás e Mato-Grosso (MOURA, 1989, p. 129). A cidade está localizada à margem direita do rio Tocantins, na mesorregião de Cametá, distante de Belém a 270 quilômetros, com acesso pela rodovia estadual PA 151.

O pedido de tombamento protocolado através da Associação Agentes de Patrimônio da Amazônia (ASAPAM), entidade civil sem fins lucrativos e voltada para as questões de proteção e preservação do patrimônio cultural, sediada em Belém, capital do Estado, iniciou-se em 17 de fevereiro de 2014, encerrando a primeira etapa em 27 de julho de 2016 com o deferimento de tombamento e publicação no Diário Oficial do Estado. Uma vez designado pela ASAPAM a representá-la junto ao DPHAC, o autor deste trabalho, discutiu com o referido departamento, a necessidade e importância de se constituir área de entorno de proteção do patrimônio tombado. Daí partiu-se para os estudos do mapa da cidade, compreensão do histórico de ocupação da área em questão e consequentemente a definição da poligonal do patrimônio, ou

seja, definição da área de entorno. Feito isso, a certidão de tombamento do patrimônio histórico de Baião é republicada em 06 de fevereiro de 2018, desta vez com a poligonal do tombamento definida.

É importante frisar que a decisão de pleitear o pedido de tombamento na esfera estadual se deu por motivos práticos, pois o município de Baião não dispunha na sua estrutura administrativa de nenhum setor, departamento, diretoria, órgão ou qualquer instância para esta finalidade, muito embora os artigos 172 e 176 da Lei Orgânica do Município apresentem medidas aplicáveis no acautelamento do patrimônio cultural, buscou-se na lei estadual 5.629/90 respaldo para formalizar o pedido de tombamento em Baião.

O pedido de tombamento teve como eixo central a Caixa D'água de ferro datada de 1906, oriunda da Inglaterra. Baião foi a única cidade do interior do Pará a possuir um sistema de água encanada naquele tempo. Este sistema de abastecimento funcionou de 1906 até meados da década de 1960, quando foi desativado por não atender mais a demanda populacional de Baião. Em sua volta orbitam dois outros bens, são eles: o Casarão de 1888 que foi residência do Sr. José Antônio Correia Seixas, dono de terras e seringais em Baião, depois sede da Intendência Municipal, anos mais tarde, sede da prefeitura, com o passar dos anos foi ganhando outras funções. A Escadaria Pau-da-Gaivota, uma espécie de belvedere, um singelo e bonito mirante que dá acesso ao porto da cidade, uma construção dos anos 30 do século XX. Os três bens juntos, a pouquíssimos metros um do outro, formam um conjunto arquitetônico real por estarem ao alcance da vista e do toque da população, vivo e marcante na memória das pessoas de Baião, pois sua presença no centro da cidade é ponto inquestionável de referência histórica, espacial e geográfica para os citadinos.

O autor desta dissertação escreve este trabalho na qualidade de proponente e articulador do processo de tombamento em Baião, ou seja, pelo lado de dentro dessa história nos quatro anos de tramitação. Fala como cidadão baionense que ora foi ouvido pelo DPHAC, ora totalmente ignorado pela prefeitura de Baião. Ora foi a principal fonte de informação e articulação, ora foi um peso, um incômodo. A visita agendada e a visita surpresa e indesejável no departamento. Portanto, talvez seja um tanto quanto difícil em alguns momentos criar certos distanciamentos do objeto estudado. A razão de tal envolvimento nesta causa do patrimônio reside na compreensão de serem estes bens, as últimas edificações do centro antigo da cidade que permaneceram de pé, ou seja, a cidade antiga pode ser lembrada na materialidade presente nesse patrimônio.

Nem sempre o autor esteve sozinho nesse processo, houve o momento de agregação de ideias, da mobilização social em torno do desejo de patrimonialização. Amigos alinhados por

um ideal de cidade juntaram-se no movimento batizado de #PatrimonializaBaião. Mas, aquilo que prometia ser um movimento social organizado e com grande capacidade de mobilização, logo se dissipa e o autor deste trabalho volta a seguir sozinho. As razões foram das mais variadas e sempre de cunho pessoal de cada membro do grupo, nunca internas, para Candau (2012, p. 160) numa escala de grupo, a busca memorial se manifesta na patrimonialização generalizada da sociedade, fica demonstrada no nível individual.

O movimento que ora se chamou *#PatrimonializaBaião* ancorou-se na relação da identidade local com seus marcos históricos e que influenciam profundamente os moradores, sejam elas geográficas, espaciais ou situacionais. Neste sentido observa-se:

> Se entre as casas, as ruas e os grupos de seus habitantes houvesse apenas uma relação muito acidental e de curta duração, os homens poderiam destruir suas casas, seu bairro, sua cidade, e reconstruir em cima, no mesmo local, uma outra cidade, segundo um plano diferente- mas as pedras se deixam transportar, não é muito fácil modificar as relações que se estabeleceram entre as pedras e os homens (HALBWACHS, 2013, p. 163).

Os efeitos práticos da patrimonialização já estavam postos, definidos e publicados em Diário Oficial do Estado, porém, ainda sem nenhum futuro possível, factível ao bem tombado e para área de entorno. Já efeitos políticos só surgiriam em março de 2018, quando o autor desta dissertação foi convidado pela atual gestão do município a colaborar em novo projeto urbanístico para Baião, pois, naquele momento encontrava-se em curso a ideia de elaboração do projeto de construção da orla da cidade. Vale ressaltar, que a construção da orla está prevista para ser dentro da poligonal do entorno do patrimônio tombado.

A municipalidade alertada sobre as graves consequências de realizar obra em área de proteção do patrimônio cultural sem antes observar os tratados internacionais dos quais o Brasil é país signatário (leia-se *Cartas Patrimoniais)* toma por decisão acertada em incluir o patrimônio histórico de Baião no seu novo projeto urbanístico. É neste momento que o autor deste trabalho sai da condição de mobilizador/articulador e passa para a condição de assessor técnico do município.

É neste momento também que o município passa a tomar as primeiras providências, responsabilidades para com o patrimônio tombado da cidade. A primeira foi mudança no Plano Diretor Municipal, felizmente, a revisão já estava em curso, e assim foi criada e aprovada a Zona de Preservação Histórica. Aproveitou-se para ampliar a Zona de Interesse Cultural para bairros localizados na sede do município, antes, esta zona se restringia somente a comunidades quilombolas localizadas na outra margem do rio Tocantins.

O novo plano diretor, agora revisado, encontra-se previamente aprovado em audiências públicas, necessitando passar pela aprovação final na câmara de vereadores do município, conforme dita as regras judiciais.

O projeto de construção da orla da cidade que antes não contemplava em nenhum momento o patrimônio histórico, passou a ser revisto e alterado. Assim sendo, as novas mudanças preveem restauro dos bens históricos, criação e instalação do museu da cultura de Baião e parcerias com o curso de museologia da Universidade Federal do Pará. Notem, que o patrimônio em questão, salta de um objeto de luta social para o centro de uma política pública de urbanismo e de cultura que começa a ser desenhada durante esse caminhar.

Do ponto de vista metodológico este trabalho classifica-se como pesquisa do tipo aplicada, uma vez que, o conhecimento produzido por esta, possa servir como possibilidade de solução aos problemas que envolvam o objeto em questão, no caso, o processo de patrimonialização na cidade de Baião. Sua abordagem é da pesquisa qualitativa, pois não necessita de interpretação estatística, primando pela interpretação do fenômeno atribuindo-lhe significados. A finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o mesmo assunto em questão (GASKELL, 2014, p. 68). No que se refere aos procedimentos técnicos, este trabalho apresenta pesquisa bibliográfica e estudo de caso através da apropriação do objeto em foco. De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 57), a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo. Segundo as autoras, a finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que já foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto. As fontes utilizadas nesta pesquisa são: imprensa escrita (jornais e revistas), publicações (livros, teses, monografias, entre outros), arquivo público (atas, documentos, projeto de lei, relatórios...) e arquivo particular (correspondências, memórias, diários, entre outros). A pesquisa utiliza-se também da aplicação de entrevista estruturada (capítulo 2), na qual os sujeitos entrevistados responderam as perguntas predeterminadas. O motivo é obter dos entrevistados respostas às mesmas perguntas, permitindo "que todas elas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas, e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não diferenças nas perguntas" (LODI, 1974, p. 16 *apud* MARCONI; LAKATOS, 2001, p. 197). Em um dado momento do desenvolvimento desta pesquisa, o autor passará da condição de pesquisador para a de observador participante, na qual o mesmo também fará parte nas tomadas de decisões no que diz respeito à definição da poligonal do entorno do bem tombado, bem como, nas mudanças no plano diretor municipal de Baião. Para Marconi e Lakatos (2010), o observador participante

enfrenta dificuldades para manter a objetividade, pelo fato de exercer influência no grupo, confunde-se com ele.

Com o objetivo de preservação do patrimônio edificado, este trabalho busca refletir acerca do processo de patrimonialização em Baião pelo viés da mobilização social e a forma como este impactou o poder público local durante a revisão de seu plano diretor municipal, gerando assim, um novo instrumento de política pública na gestão do patrimônio cultural em questão. Dito isso, o trabalho desenvolve-se nas seguintes etapas:

A primeira etapa iniciou com revisão da bibliografia sobre os conceitos de patrimônio na atualidade, as primeiras ações preservacionistas nascidas com a Revolução Francesa e chegando até ao Brasil como elemento fundamental na construção de uma identidade nacional, suas influências, trajetórias e legados. Busca também na literatura jurídica os instrumentos que regem a relação entre sociedade civil, Estado e patrimônio cultural. Nesta investigação cruza-se a Lei Orgânica do Município de Baião, o antigo e o novo Plano Diretor Municipal, o Estatuto da Cidade e a lei 5.629/90 que rege a política de patrimônio no âmbito do Estado do Pará e a prática de tombamento.

Na segunda etapa objetivou-se conhecer as memórias de um grupo de moradores de Baião sobre o patrimônio em questão. A escolha das pessoas se deu principalmente pela idade, com todos os entrevistados acima de 85 anos e com certa relação com o patrimônio aqui discutido. A definição dos nomes partiu das referências pessoais do autor do trabalho.

A terceira e última etapa consiste na reflexão entre patrimônio e cidade, a proposta de intervenção urbana da prefeitura de Baião em área de entorno do patrimônio tombado e suas implicações para o mesmo.

Feito este percurso, este trabalho terá respondido duas indagações que norteiam esta pesquisa: 1) Qual o papel do poder público municipal diante de um processo de patrimonialização advindo de uma esfera superior? 2) Quais são as formas de apropriação cultural deste patrimônio tanto pela sociedade civil como pelo poder público?

A estrutura da dissertação apresenta-se em três capítulos:

No capítulo 1- PATRIMÔNIO CULTURAL, TOMBAMENTO E BAIÃO: Este capítulo faz uma incursão sobre o conceito de patrimônio cultural, sua gênese no campo internacional e sua trajetória histórica e política no Brasil. A prática de tombamento aqui é trabalhada em linhas gerais, jogando luz ao processo de patrimonialização ocorrido na cidade de Baião, Estado do Pará.

O capítulo 2- MEMÓRIAS ATRAVESSADAS PELO PATRIMÔNIO: Neste capítulo faz-se uma incursão pelas memórias de cinco baionenses acima de 85 anos de idade, todos com

alguma relação próxima ao patrimônio tombado e à área de entorno. Esta incursão será mediada pelos conceitos e categorias de análise sobre identidade e memórias, tais como: memória coletiva, memória individual, lugares de memória, entre outros. A tessitura textual prima pelo entrelaçamento entre as narrativas dos entrevistados para com os fatos históricos da cidade e a biografia do patrimônio edificado em foco. Para tal, utilizou-se de entrevista estruturada.

No capítulo 3- A CIDADE DE BAIÃO PÓS-TOMBAMENTO: Far-se-á uma reflexão dos efeitos políticos do processo de tombamento em Baião; a importância dos acordos/recomendações internacionais de proteção ao patrimônio cultural frente à inserção do patrimônio histórico e área de entorno no projeto de construção da orla da cidade de Baião. O capítulo chama para o debate as atuais tendências de intervenção urbanística em centros históricos, seus impactos, usos e novos usos do patrimônio.

Por fim, apresentamos as considerações finais, pautadas nas reflexões nascidas no bojo de defesa do patrimônio cultural de Baião e seus desdobramentos, em especial a gênese de uma política que está por nascer.

CAPÍTULO 1

Patrimônio Cultural, Tombamento e Baião

1 PATRIMÔNIO CULTURAL, TOMBAMENTO E BAIÃO

1.1 Conceituando patrimônio

Falar de patrimônio cultural é basicamente falar em herança, bens adquiridos ao longo de uma existência e que tende a ser repassado a gerações seguintes. Para Funari e Pelegrini (2006), o patrimônio pode ser de natureza material com valor econômico definido pelo mercado, ou de valor emocional, afetivo, como uma fotografia, uma imagem religiosa no altar de uma casa. Os autores ainda citam o patrimônio espiritual que recebemos de nossos antepassados intimamente ligado a práticas e fazeres que herdamos em nosso grupo social, em contraponto, o patrimônio coletivo é mais dependente de outros fatores, tais como relações sociais, auto reconhecimento e sentimento de pertença. Muito próximo desse entendimento, Gonçalves (2005) diz que a noção de patrimônio confunde-se com a de propriedade, que é herdada, em oposição àquela que é adquirida, onde os bens materiais não são classificados como objetos separados de seus proprietários. Segundo o autor, esses bens servem a propósitos práticos, mas possuem, ao mesmo tempo, significados mágico-religiosos e sociais, constituindo-se em verdadeiras entidades, dotadas de espírito, personalidade, vontade, etc. Não são meros objetos, eles afirmam-se como extensões morais e simbólicas de seus proprietários. E assim, o patrimônio exerce função mediadora entre os aspectos da cultura classificados como “herdados” por uma determinada coletividade humana e aqueles considerados como “adquiridos” ou “reconstruídos”, resultantes do permanente esforço do autoaperfeiçoamento individual e coletivo (GONÇALVES, 2005, p. 28). Em suma, para Gonçalves, patrimônio pode ser entendido na relação entre materialidade e subjetividade.

Na compreensão de Pelegrini (2006), o patrimônio cultural se constitui de bens móveis, imóveis e de representações assentadas em conceitos históricos, etnográficos, paisagísticos ou ambientais, que de acordo com a autora, corroboram na formação da identidade de grupos sociais, conjugando dados cognitivos, estilísticos e afetivos com os quais as comunidades se identificam. Sendo assim, para Ahmed (2015), o patrimônio cultural não se resume ao aspecto monumental, não se limita aos atributos artísticos do que quer que seja, um prédio, uma canção, um filme, mas adquire importância por carregar em si valores que traduzem o que é significativo para a população, e digno de ser preservado (AHMED, 2015).

Numa associação direta entre patrimônio cultural e identidade, Campos (2015) afirma que a construção da identidade de uma nação passa, necessariamente, pela invenção de seu patrimônio cultural. Para este autor, o processo de invenção se mostra conflitivo, ao se enumerar bens para preservação, assim como relegar outros ao esquecimento. Sobre o mesmo ponto de vista identitário, Candau (2012) aponta que a elaboração do patrimônio segue o movimento das memórias e acompanha a construção das identidades, bem como, seu campo se expande quando as memórias se tornam mais numerosas. De acordo com Candau (2012), o patrimônio é menos um conteúdo que uma prática da memória obedecendo a um projeto de afirmação de si mesma. Retomamos aqui o pensamento de Gonçalves (2005), quando elucida que o papel fundamental desempenhado pela categoria patrimônio no processo de formação de subjetividades individuais e coletivas é o da autoconsciência, ou seja, não há patrimônio que não seja ao mesmo tempo condição e efeito.

Para Benhamou (2016), o patrimônio é uma construção social e sua produção depende dos agentes públicos e privados que concorrem na definição dos seus contornos. A autora expõe que uma grande parte dos bens se reveste de seu caráter patrimonial *ex post*, quando se expressa a vontade de obstar o esquecimento e a destruição do que parece como suporte de identidade, arte e história. Numa linha mais ligada ao desenvolvimento social, local, comunitário. Já Hugues de Varine (2013) aposta no patrimônio como recurso para o desenvolvimento, segundo ele, o único recurso, juntamente com a população, que se encontra em toda parte, basta procurar para encontrá-lo. Ele o define como um quadro, uma moldura para o tal desenvolvimento, ou seja, o patrimônio compreende a paisagem, os fatores favoráveis ou desfavoráveis à vida da população local e suas atividades socioeconômicas.

Do ponto de vista jurídico, a Constituição Federal de 1988 trata o patrimônio cultural, no seu artigo 216, como bens materiais e imateriais, sendo a imaterialidade um fato novo, uma vez que, o patrimônio era concebido apenas do ponto de vista material (móvel e imóvel) em conformidade ao decreto 25/1937. Segundo Fiorillo (2005):

> a Constituição não faz restrição a qualquer tipo de bem, de modo que podem ser materiais ou imateriais, singulares ou coletivos, móveis ou imóveis [sendo] passíveis de proteção, independentemente do fato de terem sido criados por intervenção humana (FIORILLO *apud* SILVA, 2016, p. 56).

Assim sendo, o patrimônio cultural é apresentado na Constituição Federal de 1988 no *caput* do artigo 216 como:

> os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, dentre os quais se incluem: as formas de

> expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Para Souza Filho (2005), a vigente Constituição brasileira, foi muito mais profunda do que todas as outras e dispensou uma seção inteira aos bens culturais e à cultura. Conforme o autor, o Brasil passou a reconhecer, proteger e enaltecer a diversidade cultural. Desta forma:

> O art. 216, seus cinco incisos e cinco parágrafos desenham o contorno da proteção do patrimônio cultural no Brasil e, se trazem na essência esta novidade do pluralismo, enriquecem na forma com alguns avanços significativos. O primeiro deles é consolidar o termo *patrimônio cultural*, já usado em âmbito internacional e em toda bibliografia nacional, inclusive oficial, mas não na lei, que ainda mantém a expressão *patrimônio histórico e artístico* (SOUZA FILHO, 2005, p. 64).

É importante dizer que muito antes da Constituição de 1988, considerada como a carta cidadã, o patrimônio cultural brasileiro foi entendido e tratado de maneira genérica, limitando-se tão somente ao reconhecimento de bens e valores históricos, artísticos, monumentos naturais e paisagens e locais de beleza particular, ou seja, uma compreensão fortemente ancorada no sentido de amparo aos bens culturais, sem levar em conta a pluralidade cultural na formação do povo brasileiro. Esta compreensão de mudança no conceito de patrimônio histórico e artístico para patrimônio cultural encontra eco nas palavras de Campos (2015), ao dizer que os grupos sociais e políticos envolvidos na articulação do artigo 216 certamente abordaram, cada um ao seu modo, a necessidade de se reconhecer as mais diversas miríades de expressões culturais, sejam elas materiais ou intangíveis.

Ainda sobre a intangibilidade do patrimônio cultural, Campos (2005) é categórico ao afirmar que o patrimônio cultural deve ser entendido e tratado não como uma classificação entre espécies “material” e “imaterial”, pois, segundo ele, para esta simples classificação a finalidade deve ser didática, contudo, não de forma hierárquica entre os bens culturais. Desta forma, o autor deixa claro sua defesa em prol do nivelamento das políticas públicas no âmbito do patrimônio cultural.

1.2 O Princípio da Política de Patrimônio

As primeiras ideias e ações voltadas à proteção do patrimônio surgiram na França, como consequência e resposta aos atos praticados pela população revoltosa que destruiu bens,

símbolos e marcas do antigo regime, sob o espírito da Revolução Francesa. Para Chuva (2017), as origens da noção de patrimônio remontam à França revolucionária, época em que a ideia de nação era sentida como algo completamente novo, significando grandes rupturas com a visão de mundo existente.

De acordo com Abreu (2007), foi neste momento da história que intelectuais alertaram para as grandes perdas irreversíveis causadas no caos da revolução, em seguida uma verdadeira operação para salvaguardar algumas obras importantes para o país. A noção de patrimônio surgia antagônica ao vandalismo, desta forma nascia também a ideia de patrimônio nacional, e consequentemente estaria ali a gênese do que seria futuramente a política de patrimônio na França. Segundo Chuva (2017), a noção de patrimônio pressupunha uma consciência de historicização e de ruptura com o passado. E assim adverte que embora a pretensão fosse de preservar a continuidade do tempo percorrido, somente um sentimento de pertencimento a um novo tempo possibilitaria a formulação da noção de conservação de algo precioso e ameaçado de perda (CHUVA, 2017).

Na concepção de Abreu (2007), o caso francês atingiria dimensões internacionais influenciando diretamente todo o mundo ocidental, uma vez que, esta noção de patrimônio estaria profundamente ligada à formação de Estados nacionais, quando os demais países passam a constituir e inventariar seus próprios patrimônios. Desta forma:

> A ideia de Patrimônio Nacional delineia-se. Visando conter o fanatismo provocado pelos ânimos revolucionários, são promulgados alguns decretos em defesa do Patrimônio público. No ano de 1794, surge a figura do crime contra o patrimônio, quando alguns intelectuais chamaram a atenção para o fato de que destruição de monumentos artísticos era também um crime contra o povo. (ABREU, 2007, p. 267).

Para Ballart (2002), houve na Revolução Francesa o desejo de eternizar e sublimar o momento de ruptura com o velho regime e isso poderia de fato ter se convertido em uma grande obra de destruição. Mas o racionalismo de alguns revolucionários acabou por criar mecanismos inovadores de preservação (BALLART, 2002 *apud* MARCHESAN, 2007). De acordo com Choay (2006), a obra conservadora dos comitês revolucionários resulta em dois processos distintos. O primeiro, cronologicamente, é a transferência dos bens do clero, da coroa e dos emigrados para a nação. O segundo é a destruição ideológica de que foi objeto uma parte desses bens, a partir de 1792, particularmente sob o Terror e governo do Comitê de Salvação Pública.

Em um segundo momento da história, que foi a Revolução Industrial, Choay (2006) afirma que a preocupação sistemática com a preservação da herança cultural teve início no século XIX. Nesse período as cidades europeias começam a sofrer os impactos desta revolução, transformando-se rapidamente. Houve migração intensa do campo em direção à cidade, que

não tinha estrutura para receber a grande leva de trabalhadores, visto que, não dispunham de infraestrutura e habitação. As famílias migrantes aglomeravam-se em cortiços insalubres sujeitas a doenças que se alastravam em grandes epidemias. Para resolver o problema, era necessário adequar as cidades às novas necessidades através de reformas urbanas.

As reformas realizadas nas cidades europeias, como Paris e Barcelona, constituem fator de grande relevância no fomento das ideias preservacionistas. A reforma urbana em Paris teve caráter higienista, comandada por Georges-Eugéne Haussmann (conhecido como o artista demolidor), provocou mutilação no tecido urbano, promovendo a renovação do patrimônio edificado para abertura de boulevares. Assim sendo:

> Destruiu, contudo, em nome da higiene, do trânsito e até da estética, partes inteiras da malha urbana de Paris. Mas também aí ele era homem de seu tempo: a maioria daqueles que à época defendiam, na França, os monumentos do passado com a maior convicção e energia concordavam também sobre a necessidade de uma modernização radical das cidades antigas e de sua malha urbana (CHOAY, 2006, p. 175).

Nesta época, John Ruskin advertia contra as intervenções que descaracterizavam as cidades antigas, pois o tecido urbano era a “essência da cidade”. De acordo com Choay (2006), a mutação, que transforma ao mesmo tempo os modos de vida e a organização espacial das sociedades urbanas europeias, torna obsoletos os aglomerados urbanos antigos.

Desta etapa inicial, as reflexões acerca do patrimônio cultural evoluíram bastante e internacionalizaram-se através da criação da Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) em 1947, período em que o mundo tentava se reerguer após o arrasador saldo da Segunda Guerra Mundial. O trauma pós-guerra incitou os intelectuais a buscarem uma saída de construção permanente da paz entre os povos (ABREU, 2007). Com isso, nasceu a UNESCO, com o dever de estabelecer o diálogo entre os povos, garantir as diferenças culturais e combater o racismo, entre outros. Tendo como suas ações:

> Estimular estudos e pesquisas sobre a diversidade cultural no planeta, fomentar encontro entre indivíduos de culturas diferentes, ensinar às crianças o respeito à ideia de diferença cultural tornaram-se ideias correntes que culminaram, em 1947, com a criação da UNESCO, órgão internacional com sede em Paris voltado para a formulação de propostas e recomendações com vistas à difusão de ideais humanistas e antirracistas (ABREU, 2007, p. 272).

Para os países signatários que reconhecem sua validade, a convenção criou um conjunto de orientações para identificação, conservação, valorização e transmissão do patrimônio cultural para as gerações futuras, incumbindo-se toda a coletividade a participar na proteção do patrimônio cultural. A evolução da discussão relativa à conservação e preservação do

patrimônio cultural está presente nas Cartas Patrimoniais, que por sua vez, são resultados das conferências nacionais e internacionais.

No que se refere ao Brasil, o movimento modernista de 1922 tocado por intelectuais da época, foi praticamente o rito inicial da preservação do patrimônio cultural brasileiro. Esse movimento vanguardista de 1922, que reclamava e objetivava uma ideia de identidade nacional, despertava o desejo de conhecer um Brasil para além dos limites urbanos dos grandes centros, bem como, fora do eixo das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. A Semana de Arte Moderna de 1922 já havia alertado a necessidade de o Brasil afirmar sua identidade. No entanto, no plano estatal, essa afirmação parece só ter vindo com a criação do Serviço de Patrimônio e Artístico Nacional-SPHAN, em 1933, no governo de Getúlio Vargas (PEREIRA, 2015).

A consagração do movimento modernista da década de 1920 e a ascensão de boa parte daqueles que o integraram a uma posição dominante no campo político foram fundamentais no processo de institucionalização e legitimação de uma ação estatizada de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional (CHUVA, 2017). A intenção de fundar um novo tempo constituidor da nação brasileira fazia parte, na verdade, das formas que o drama da modernidade assumiu, na década de 1920, em que se depositou imensa carga simbólica na materialidade da nação (CHUVA, 2017). Desta forma, a palavra “moderno” vulgarizava-se na linguagem cotidiana, adquirindo conotações as mais variadas e impondo um corte temporal, em que o passado parecia fazer parte de um tempo bastante remoto e distante, tal qual aquele que configurou historicamente as noções de nação e patrimônio nacional. Os modernistas com sua crença na autonomia da arte descobriram na preservação do patrimônio artístico uma forma de atuar sobre a égide estatal (COSTA, 2011).

Neste período, o escritor Gustavo Barroso despontava como figura importantíssima na defesa do patrimônio brasileiro. É dele a ideia e fundação do Museu Histórico Nacional. Barroso que vinha de uma longa campanha em periódicos defendendo a necessidade de preservação e proteção de objetos considerados históricos e emblemáticos, dizia: “O Brasil precisa de um museu onde se guardem objetos gloriosos, mudos companheiros dos nossos guerreiros e dos nossos heróis”.

A iniciativa de Gustavo Barroso começa a encontrar eco no meio intelectual, e tem-se início a uma consciência da preservação de objetos e edifícios públicos capazes de referenciar a história do país (ABREU, 2007). Importante frisar que neste período o Brasil vivia um intenso processo de destruição de tudo que se referia ao passado colonial. A ideia era de um país avançado, cidades modernizadas, ao toque do progresso e da civilização. De acordo com Chuva (2017), novos vínculos simbólicos foram sendo forjados em substituição àqueles que foram

corroídos pelo confronto com enormes mudanças trazidas pelo maquinismo, a tecnologia e a comunicação acelerada.

Entre os intelectuais da época, talvez o personagem com maior destaque na esteira do patrimônio cultural brasileiro tenha sido o escritor Mário de Andrade. A emblemática "viagem de redescoberta do Brasil" em 1924, teve Mário de Andrade como um de seus ilustres integrantes. Após suas viagens a Minas Gerais, em 1924, preocupou-se em compor símbolos e representações nacionais, como em seu poema "Noturno de Belo Horizonte" (1976), criando uma imagem mítica da região mineira, concebida como símbolo máximo da nação, desbravada por paulistas na epopeia bandeirante (CHUVA, 2017).

Foi pelas mãos de Mário de Andrade que surgiram as primeiras linhas para a inclusão do folclore brasileiro, por ele denominado de cultura popular, como patrimônio cultural do Brasil. Suas idas pelo Brasil profundo, e toda gama de conhecimento e contatos estabelecidos em suas viagens pelo Norte e Nordeste, foi matéria suficiente para a criação da Comissão Nacional de Folclore, em 1947. Mário de Andrade teorizava sobre uma "desgeografização" do Brasil, a fim de descobrir, para além das diferenças regionais, uma unidade subjacente relativa à sua identidade, buscando extrair do singular os elementos capazes de informar o conjunto e, dessa forma, pertencer ao "quadro internacional" (CHUVA, 2017, p. 104).

A ideia de um patrimônio cultural composto não somente por objetos ou construções históricas, mas um encadeamento de coisas, saberes e fazeres que fossem levados em conta como elementos constituintes de um patrimônio e identidade nacional, foi o seu grande legado. Para Chuva (2012), Mário de Andrade apontou a direção de uma concepção integral da cultura, na qual entendia o patrimônio cultural em toda sua dimensão e natureza, onde o Estado deveria estar pronto para atuar de maneira integradora. Importante enfatizar, que a concepção de uma política integradora de patrimônio e folclore perderá força e espaço no governo Vargas, e somente décadas depois é que esses dois campos se tornam componentes de uma política de patrimônio cultural.

Figura ímpar nos campos intelectual e literário brasileiro, Mário de Andrade introduziu ideias fecundas acerca da cultura brasileira e das políticas públicas para sua preservação, as quais se tornaram balizas que inspiraram o pensamento brasileiro em certos domínios da cultura (CHUVA, 2012).

A referida viagem chamou a atenção do Brasil para as cidades históricas mineiras, em especial Ouro Preto, primeiro bem patrimonial tombado. Em 1936 foi oficialmente lançada a proposta de criação de uma agência federal de proteção ao patrimônio, cujo projeto foi elaborado pelo próprio Mário de Andrade. A "redescoberta" do Brasil popular, folclórico e

colonial não se deu, portanto, sem uma forte resistência das frações de classe cujas representações, até então predominantes, empenhavam-se em se mostrar europeias e condenar hábitos e costumes ligados à sociedade tradicional. Ao tratarem dos traços remanescentes do período colonial, tais como a rusticidade dos costumes, cidades e construções, distanciavam-se temporariamente do mundo europeu moderno (CHUVA, 2017).

Numa clara referência à elite econômica e intelectual enraizada em São Paulo, Chuva afirma:

> É, portanto, significativo que essa "redescoberta" do Brasil, na década de 1920, tenha partido de São Paulo, reconstituindo também a mística bandeirante. Trata-se de um certo Brasil, sob um olhar- dominado por uma intelectualidade de vanguarda paulistana. De lá, partiram as famosas "caravanas de revelação" ao interior do país-viagens em que esses intelectuais construíram uma nova memória das riquezas mineiras até então esquecidas. A eleição das cidades históricas mineiras, aliada ao espírito bandeirante reatualizado com tais viagens de descobertas, definiriam, em grande medida, a história que passaria a ser contada e recontada, inscrita e reconhecida em monumentos como "patrimônio nacional" (CHUVA, 2017, p. 99).

Importante lembrar, o golpe de Estado ocorrido no Brasil em 1937 com a inauguração do "Estado Novo", foi o período fortemente conhecido e marcado por um regime político autoritário com fechamento do Congresso Nacional, de partidos políticos, fim das eleições e perseguição à liberdade de imprensa.

A gênese da questão patrimonial brasileira, com bastante interferência estatal, tem origem no período de modernização e implantação de um modelo de desenvolvimento liderado pelo Estado Novo, sob o comando de Getúlio Vargas, no qual o papel do Estado foi decisivo para acelerar e recuperar o aparelhamento oficial com o propósito, até encoberto ou negado, de emancipar o país da dependência externa, tida como herança colonial, por rumos diferentes (incentivo à indústria de base e ao estímulo à produção industrial menor), o Estado se tornou protetor da manufatura, chegando ao ponto de, em 1937, consolidar tal tendência como um de seus propósitos inscritos na Constituição (FAORO, 2001 *apud* PEREIRA, 2015). De acordo com Costa (2011), com a forte influência dos intelectuais modernistas e dos políticos mineiros, Vargas iniciou a incursão protetiva estatal, através do Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933, concedendo à cidade barroca de Ouro Preto, em Minas Gerais, o galardão de monumento nacional.

É nesse cenário político e com a ideia de modernização do país, no qual Mário de Andrade seria sumariamente afastado do Departamento de Cultura de São Paulo, que, por sua vez, sofreria o seu desmonte. Para Gonçalves (1996), esse projeto era implementado por uma nova elite com bases urbanas, oposta às velhas elites agrárias, que passou a dirigir o país sob a orientação de uma ideologia nacionalista, autoritária e modernizadora. Nessa época o governo

tinha discurso à construção de uma nova nação, através da modernização das estruturas econômicas, políticas, administrativas e culturais. Com argumento do modernizador desejável, Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, passa a ter papel fundamental nessa missão que, de acordo com Gonçalves (1996), não era simplesmente imitar a Europa, mas identificar e afirmar uma cultura brasileira autêntica, certificada, legítima.

Será nesse contexto político a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Rodrigo de Melo Franco de Andrade, intelectual de Minas Gerais, ligado ao movimento modernista, foi convidado a dirigir o SPHAN, que automaticamente criara a sua representação regional em São Paulo, sob a direção de Luís Saia. Mário de Andrade passa a ser lotado nesta regional devido sua forte amizade com Rodrigo M. de Andrade. Neste momento, a compreensão de patrimônio cultural ainda recai sobre o valor histórico e artístico, divergindo da ideia integradora de Mário de Andrade. Para Mário de Andrade, a cultura brasileira deveria ser apreendida como uma totalidade coesa, ainda que constituída pela mais ampla diversidade de práticas possíveis (CHUVA, 2012).

Desta forma constata-se:

> A construção de um patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil pode, portanto, ser localizada historicamente nas décadas de 1930 e 1940. Sua consagração naturalizou a ideia de "patrimônio nacional" de tal forma, que se torna difícil imaginar, ainda hoje, que essa noção, em algum momento, tenha sido inventada, pois parece ter sempre existido. Essa construção foi pontuada pela criação do órgão responsável pela chamada proteção do "patrimônio do nacional" - o Sphan. Em suma, um projeto modernista nascido na década de 1920, incorporado nas redes do Estado a partir de 1930 e, especialmente, no Estado Novo (Ibid., p. 104).

De acordo com Costa (2011), a ideologia de Vargas plantou semente de cunho nacionalista e de aversão aos movimentos de dominação política estrangeira. Para essa concepção, não bastava o recrutamento dos intelectuais, mas fazer com que eles se engajassem na construção da simbologia do Estado-Nação do Brasil.

É deste período a criação do Decreto-lei 25/1937, instrumento legal destinado à regulação do estado e sociedade com o seu patrimônio cultural. De acordo com Chuva (2017), o decreto-lei foi a primeira norma jurídica brasileira a dispor acerca da limitação administrativa ao direito de propriedade, criando o instituto do tombamento. Esse é um ato administrativo que deu origem à tutela do Estado sobre o patrimônio histórico e artístico nacional, em virtude do valor cultural que lhe fosse atribuído pelo Sphan (CHUVA, 2017). A Semana de Arte Moderna em 1922, e a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- SPHAN em 1933, parecem, dessa forma, representar, no plano social e jurídico, respectivamente, símbolos

de afirmação de uma identidade própria que necessitava de proteção estatal, já que até então nossos padrões eram eminentemente europeus, principalmente franceses (PEREIRA, 2015).

O anteprojeto proposto por Mário de Andrade, que corria na direção integralizadora da cultura brasileira, incessante busca da "brasilidade", identidade nacional una e indivisa, fato este, traria quase que por definitivo as estruturas de uma política para o patrimônio cultural brasileiro que nascia ali naquele momento e que, ao passar do tempo, foi sendo reatualizado de acordo com as demandas e avanços nos estudos culturais. O processo de produção do anteprojeto foi marcado pela informalidade de um ensaio, o que possibilitou, por um lado, a explicitação de opiniões e dúvidas, e, por outro, uma dedicação maior ao desenvolver as ideias que Mário de Andrade pretendia reforçar e aprofundar. Para Chuva (2017), Mário de Andrade revelava ao elaborar uma "política de preservação, seu projeto de ação estatizada, que deveria ser capaz de proteger efetivamente toda diversidade e pluralidade possíveis, mediante a atuação de intelectuais gestores do espólio da cultura da nação" (CHUVA, 2017, p. 161).

Do ponto de vista laborativo, técnico e prático, o anteprojeto de Mário de Andrade trouxe para o centro das discussões a metodologia de inventários e técnicas de registros, principais instrumentos que trabalhavam a noção de arte e coleta de dados. Dentre os objetivos expressos no anteprojeto estavam ações de organizar, conservar e defender o patrimônio nacional. A organização idealizada por Mário de Andrade pautava-se em duas noções, são elas: *pertencimento* e *classificação e registro do patrimônio.* Portanto:

> Duas noções básicas foram formuladas por Mário de Andrade e integralmente incorporadas no decreto-lei 25/1937, como fundamento de várias práticas que engendraram no cotidiano do Sphan: primeira delas é a noção de *pertencimento* à categoria de patrimônio artístico nacional, que, efetivamente, caracterizou a distinção entre os bens tombados e redundou na atribuição de um *status* diferenciado (Ibid., p. 162).

Neste universo de categorias propostas por Mário de Andrade para a classificação do patrimônio brasileiro estavam: Arte arqueológica, Arte ameríndia, Arte popular, Arte histórica, Arte erudita nacional, Arte erudita estrangeira, Artes aplicadas nacionais e Artes aplicadas estrangeiras.

Para a noção classificatória dos bens, Mário de Andrade elabora a ideia de registros em livros específicos conforme a natureza de pertencimento de cada patrimônio registrado, assim ele propõe: Livro do Tombo Arqueológico e Etnográfico, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas-Artes, Livro do Tombo das Artes Aplicadas. A noção de registro parecia advir de uma necessidade de controle jurídico e de fiscalização, tal qual os Livros de Tombo existentes em museus. Já a ideia de classificação que resultou na criação de quatro livros

diferenciados, reaglutinava as oito categorias de obra de arte, criando uma nova tipologia. A inscrição nesses livros efetivava o tombamento, expressão cunhada pelo autor (Ibid., p. 163). A organização desses livros em quatro volumes diferentes promovia um enquadramento desse patrimônio, de uma dada forma particular, sem, contudo, estabelecer uma hierarquia legal/formal entre os diferentes livros, sendo o tombamento o atributo comum a todos eles.

Ainda estaria longe a concretude de uma política cultural integradora idealizada por Mário de Andrade, o que só seria possível em outra instância de governo, significa dizer que a compreensão do folclore como expressão do patrimônio brasileiro foi afugentada da ideia e da prática do SPHAN. O desejo de Mário de Andrade encontra terreno fértil com a criação da Comissão Nacional do Folclore, através do Ministério das Relações Exteriores em 1947, com forte presença de outros intelectuais que também reclamavam o lugar do folclore na esteira do patrimônio cultural. As atividades do movimento ramificaram-se em comissões estaduais, promovendo encontros e o lançamento da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, criado em 1953 por Getúlio Vargas (CHUVA, 2012). Este foi o auge dos estudos do folclore brasileiro, que muda consideravelmente com a instalada da ditadura militar, em 1964 (VILHENA, 1997).

A partir dos anos 70 e 80 amplia-se o conceito de patrimônio e descentraliza-se a tarefa de patrimonialização por todo o país. Surgirão secretarias de cultura e órgãos estaduais e municipais de preservação. As questões agora passam a ser de ordem local, e isto trouxe uma nova dinâmica e sentido para a preservação dos bens, como a exploração econômica. É deste período o surgimento do Centro Nacional de Referência Cultural, com política patrimonial bem mais abrangente que de outrora. A ampliação da noção de patrimônio foi consagrada constitucionalmente em 1988, momento em que o decreto-lei 25/1937 foi reinvestido de atualidade, na medida em que os agentes envolvidos com a preservação cultural adaptaram sua aplicação aos novos preceitos (CHUVA, 2017).

A participação popular passa a ser a grande aliada na política de patrimônio, em especial na década de 1990, dada ao recente processo de redemocratização brasileira e à noção de que grupos sociais distintos estariam aptos a reivindicar uma política de proteção aos seus bens de valores afetivos e comunitários.

Desta forma:

> [...] a partir de março de 1990, quando ocorreu, no início do governo Collor, a paralisação das atividades do SPHAN em decorrência da reforma administrativa, e a dissolução do Conselho Consultivo, reconduzido em maio de 1992. Não é difícil imaginar as consequências dessa morosidade, sobretudo, quando se trata de pedido de agente externo a instituição, e num momento em que o Sphan/FNpM propunha a

> participação da comunidade como pedra de toque de sua política de preservação (FONSECA, 2005, p. 182)

Adentramos o século XXI com noções bastante amplas de patrimônio cultural e com a existência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o que leva a considerar o reconhecimento dos fazeres e saberes populares como elementos constituidores de uma identidade cultural. O que Mário de Andrade já propunha nos idos dos anos trinta do século XX, agora é revisitado em forma de instrumento legal, através do Decreto nº 3.551/2000 denominado como *Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial*. No Brasil, a ideia de que patrimônio não se compõe apenas de bens móveis e imóveis, estando também presente nas expressões da cultura popular, já se encontrava no projeto que Mário de Andrade elaborou para o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, em 1936 (SANT`ANNA, 2011).

Importante dizer que, o Brasil saiu na frente quando reconheceu o patrimônio de natureza imaterial e instituiu o referido decreto, uma vez que, a UNESCO aprovou a *Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, somente em 2003. O objeto desta convenção é a proteção da sociodiversidade, entendida por ela como diversidade cultural. É clara a ligação entre esta ideia e a de preservação da biodiversidade, tanto é que, em um dos considerandos, reconhece a profunda interdependência que existe entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural. Noutras palavras:

> A convenção conceitua patrimônio imaterial como "os usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas- junto com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhe são inerentes- que as comunidades, os grupos, e em alguns casos os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural". Agrega ainda que ele se manifesta pelas tradições orais, inclusive o idioma, as artes e espetáculos, os usos sociais, rituais e festivos, conhecimento e usos relacionados com a natureza e as técnicas artesanais tradicionais (SOUZA FILHO, 2011, p. 141).

De acordo com Sant`Anna (2011), os bens culturais imateriais são processos que possuem dinâmicas específicas de transmissão, atualização e transformação, que não podem ser submetidos às formas usuais de proteção, preservação ou conservação do patrimônio. Sant`Anna adverte que a demanda em torno da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial colocou novas questões ao campo preservacionista e pôs em xeque toda uma prática, de seleção e conservação, há muito tempo sedimentada (SANT´ANNA, 2011).

A ideia integralizadora tão desejada por Mário de Andrade para o patrimônio histórico e artístico nacional, hoje pode ser sintetizada na expressão atualizada em patrimônio cultural, onde materialidade e imaterialidade convergem numa estreita relação complementar. Uma não faz sentido sem a outra, e uma não pode ser completamente apreendida sem a outra, embora a salvaguarda de cada uma delas demande instrumentos e abordagens distintos. Na medida em

que o “suporte” do bem cultural imaterial é, em última análise, o ser humano, não é possível selecionar o que deve ser preservado sem a participação direta e ativa dos detentores desse patrimônio. Da mesma forma, não é possível promover a continuidade de um bem cultural imaterial sem essa participação.

Segundo Corá (2014), o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial provocou mudanças importantes na forma de atuação da política cultural, trazendo a cultura popular – bens imateriais – para o campo do patrimônio. Essa mudança de foco impactou a concepção das políticas culturais por algumas razões, sendo a primeira delas o destaque que a cultura popular ganha na agenda política, deixando de lado a visão romântica dos folcloristas de isolá-la como algo imutável. A autora afirma ainda, o que se observou foi que a partir do PNPI o patrimônio passou a ser entendido como bens culturais “vivos e vividos”, sendo produzidos e reproduzidos no cotidiano das pessoas e, com isso, a transformação de sua prática é legítima, ou seja, a incorporação de novos elementos simbólicos e o esquecimento de outros fazem parte do processo cultural que garante a construção da identidade de seus detentores (CORÁ, 2014).

Desta forma fica explícito que o poder patrimonializador do Estado hoje está assentado na condição de participação social de atores sociais diretamente afetados por um poder de determinação. Esta é a tônica posta pela Constituição de 1988, a carta cidadã.

1.3 A patrimonialização na cidade de Baião-PA

O processo de patrimonialização na cidade de Baião, Estado do Pará, teve início em fevereiro de 2014, protocolado através da Associação de Agentes de Patrimônio da Amazônia-ASAPAM, sob o registro 2014/74022, na Secretaria de Cultura do Estado do Pará e automaticamente encaminhado ao Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado do Pará- DPHAC. Muito embora o pedido de tombamento em Baião abarcasse três bens de valores históricos para a cidade, pois assim o processo foi instruído pelo ASAPAM, desde o início do processo a Caixa D’água de Ferro foi o eixo central de todo o desenvolvimento processual, o que significa dizer que os demais bens foram trabalhados na perspectiva complementar, ou seja, na condição de entorno. Os bens culturais propostos no processo são: a Caixa D’água de Ferro, datada de 1906; o Casarão dos Seixas, de 1888; e a Escadaria Municipal Pau-da-Gaivota, uma construção da primeira metade do século XX. Todos erguidos a poucos metros uns dos outros.

Importante destacar que, antes de recorrer à esfera estadual, buscou-se no próprio Município os caminhos para o pedido de tombamento, porém os iniciadores do processo não encontraram na estrutura da administração municipal nenhum órgão, setor, departamento, ou qualquer outra instância voltada para o patrimônio edificado. A cidade de Baião não conta com uma Secretaria Municipal de Cultura, sendo uma diretoria de cultura existente no organograma da Secretaria de Juventude algo mais próximo.

Antes de adentrarmos no processo de patrimonialização ocorrido na cidade de Baião e seus detalhes, é necessário fazermos de maneira breve, uma sucinta incursão sobre o instituto do tombamento como forma de intervenção estatizada sobre um determinado bem de valor histórico, artístico, cultural, arquitetônico e ambiental.

De acordo com Tomasevicius Filho (2004), historicamente a expressão tombamento/tombar tem suas origens no ano de 1375, com o rei de Portugal Dom Fernando, quando designou o Arquivo Nacional português de registrar e inventariar suas propriedades. O referido arquivo com duas torres localizava-se no conjunto Torre do Tombo aos arredores de Lisboa. Foi apenas no século XIX que a Torre do Tombo passou a preservar a história de Portugal, devido a sua transformação em arquivo oficial (TOMASEVICIUS FILHO, 2004). Desta forma, para o autor, tombar para os portugueses é o mesmo que registrar, inscrever, arrolar, inventariar bens. Portanto, em Portugal, o ato administrativo de preservação chama-se *classificação* e no Brasil denominamos de *tombamento.*

Rabello (2009) entende que há uma falta de clareza para a grande maioria das pessoas no trato conceitual entre preservação e tombamento. Para a autora, preservação é conceito genérico, estando nele inserida uma gama de ações do poder público com objetivo de conservar a memória de fatos ou valores culturais de uma nação, ou seja, um conjunto de instrumentos e medidas voltados para a preservação da memória. Portanto, o conceito é genérico, não se restringindo a uma única lei, ou forma de preservação específica. O tombamento é ato administrativo específico, distintivo para um determinado bem cultural. Portanto, é uma das possibilidades de uma política de patrimônio cultural. Desta forma, o tombamento tem como finalidade a conservação da coisa, aí entendida como bens materiais, sejam eles móveis ou imóveis. Como a coisa é apropriável, objeto do direito de propriedade, são importantes para análise da fonte constitucional todos os dispositivos da Carta Magna que, direta ou indiretamente, se refiram à propriedade e às suas limitações em função do interesse público.

Para Fonseca (2005), o instituto do tombamento efetiva a proteção de bens culturais pelo Estado no Brasil - incide sobre este sistema de valores dos bens por ele atingidos e sobre o estatuto da propriedade desses bens de forma peculiar, específica. Para a autora, o direito à

propriedade do indivíduo é limitado pelo espírito de função social da propriedade, regulada pela legislação brasileira. Nesse sentido, o exercício do direito de propriedade sobre as coisas não se pode contrapor a outros valores, não-econômicos, de interesse geral, e, por isso, o exercício desse direito tutelado pela administração pública (FONSECA, 2005). Ao mesmo tempo, impõe ao proprietário limitações ao exercício do direito à coisa, uma vez que o tombamento o afeta de característica pública. Assim, mesmo a coisa continuando no domínio particular, sujeita-se a controle e fiscalização pública especiais, por interessar à coletividade (FARIA, 2010). Sobre a delicada relação entre direito privado e o direito público onde o patrimônio é muitas das vezes objeto de disputa entre as partes com interesses divergentes, Fonseca (2005, p. 40) afirma:

> Sobre o mesmo bem, enquanto bem tombado, incidem, assim duas modalidades de propriedade: a propriedade da coisa, alienável, determinada por seu valor econômico, e a propriedade dos valores culturais nela identificados que, por meio do tombamento, passa a ser alheia ao proprietário da coisa: é propriedade da nação, ou seja, da sociedade sob a tutela do Estado.

Outro aspecto do ato de tombamento refere-se aos tipos que lhes são aplicados de acordo com cada caso, cada necessidade, são eles: tombamento voluntário e tombamento compulsório. O tombamento voluntário consiste na manifestação espontânea do proprietário ao solicitar do órgão competente beneplacia para com o bem em questão. Na direção contrária deste entendimento, ocorre o tombamento compulsório. Assim sendo, Faria (2010) ao se referir ao Decreto-Lei 25/37 testifica:

> **Tombamento voluntário**- Extraem-se do art. 7º do Decreto-Lei nº 25/37 duas hipóteses de realização de tombamento voluntário: a primeira verifica-se quando o proprietário de um bem (móvel ou imóvel), reconhecendo nele o valor cultural de que cogita a legislação pertinente, manifesta à autoridade administrativa o desejo de vê-lo tombado. Nesse caso, constatando o órgão técnico que o bem se reveste de uma das manifestações culturais, promove o tombamento solicitado. A outra hipótese ocorrerá quando o particular, pessoa física ou jurídica, anui ao tombamento pretendido pela Administração Pública, ao receber a notificação pertinente. Nesse caso, embora não solicitado o tombamento, concorda com a medida (FARIA, 2010, p. 68).
>
> **Tombamento compulsório**- O tombamento será compulsório nos casos em que o proprietário da coisa ao receber a notificação do órgão competente não concordar com ela, oferecendo resistência na via administrativa ou na jurídica. É a disciplina do art. 8º do Decreto-Lei nº 25/37. Não havendo contestação no prazo legal, determina-se a inscrição do bem no livro próprio de acordo com a natureza da sua manifestação cultural. Se contestado, a conclusão do processo será demorada, submetendo-se a todas as fases previstas na lei e no regulamento (Ibid., p. 69).

Para além dessas duas formas de tombamento acima citadas, existem outras, como o tombamento provisório, tombamento definitivo e tombamento por ofício. Segundo Faria (2010), o *tombamento provisório* é realizado precariamente, sem antes verificar se o respectivo bem atende, definitivamente, às exigências legais para integrar-se ao patrimônio cultural. A

notificação do proprietário pela entidade ou órgão competente equivale ao tombamento provisório. O *tombamento definitivo* é aquele para cuja realização deve se observar todos os requisitos formais do procedimento e os relativos ao bem tombado. De modo que, concluído o processo, não restará dúvida quanto à legalidade dos aspectos formais e quanto à identificação e classificação do bem, segundo suas características, em conformidade com a legislação de proteção cultural (FARIA, 2010). Por sua vez, o *tombamento por ofício* preceitua que o diretor do IPHAN, através de ofício, tombe bens de propriedade da União, Estados ou Municípios, notificando a entidade a qual pertença ou aquela sob cuja a guarda esteja o bem cultural para que se façam surtir os efeitos necessários (COSTA, 2011). Sobre este último tipo de tombamento, a expedição do ato de tombar independe do consentimento da entidade notificada (FARIA, 2010). As modalidades de tombamento aqui citadas são similarmente aplicáveis aos bens de natureza pública, circunstância na qual se enquadra o processo de patrimonialização ocorrido na cidade de Baião, Estado do Pará.

Para entendermos o debate em torno do patrimônio edificado em Baião é preciso o cruzamento de instrumentos jurídicos, como a Constituição Federal, a Constituição do Pará, O Estatuto da Cidade, Lei Orgânica do Município de Baião, Plano Diretor Municipal, através dos quais cada esfera atua e/ou transfere para outra o direito ou o dever de criar e efetuar as suas próprias políticas para o patrimônio cultural.

Conforme já fora dito anteriormente, a busca pelo reconhecimento e proteção estatal ao patrimônio edificado de Baião começou pela observação da Lei Orgânica do Município, assegurado nos artigos 172 e 176 da Lei Orgânica do Município, onde diz:

> A cultura, entendida como todo um sistema interdependente e ordenado de atividades humanas na sua dinâmica, terá do Município o estímulo, a valorização e apoio ao patrimônio, como a produção cultural de sua população (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BAIÃO, 1990).

A lei assegura uma sucessão de procedimentos para que o poder público local possa dar condições para o pleno desenvolvimento da política cultural no Município em seus vários aspectos, entre os quais o patrimônio material e imaterial. A Lei Orgânica (1990) outorga:

> **Art. 173** – O Poder Público garantirá o reconhecimento, a preservação e o desenvolvimento dos diferentes aspectos, fatores e atividade que compõem a identidade cultural do Município, através de:
> I – levantamento da realidade/perfil cultural do Município, em todos os seus aspectos, visando recuperar a história da comunidade e investigar todos os seus bens culturais:
> II – implantação de um sistema de captação, guarda, fluxo e uso de informações relativas à Cultura, de modo a organizar uma memória consistente sobre os mais diferentes aspectos da realidade cultural;
> III – ampla circulação de todas as informações referentes a sua realidade cultural;
> IV – criação de espaços para o pleno e adequado exercício da atividade cultural;

> V – fornecimento de entidades culturais privadas, de utilidade pública, através do apoio técnico financeiro para incentivar a produção local sem fins lucrativos.
> § Único – O Município garantirá a manutenção e ampliação permanente dessa memória através da pesquisa, preservação, restauração do patrimônio documental, bibliográfico, museológico, histórico, artístico e arquivístico.
>
> **Art. 174** – Constituem produção e patrimônio culturais do Município as atividades e os bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade local, nos quais se incluem:
> I – as formas de expressão;
> II – os modos de criar, fazer e viver;
> III – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> IV – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> V – a cidade, os edifícios, os conjuntos urbanos e sítios de valor arquitetônico, histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, científico, e inerentes a relevantes narrativas da história cultural local;
> VI – a cultura indígena tomada isoladamente e em seu conjunto.

A Lei Orgânica segue dando outros procedimentos no que tange à política cultural em geral no Município, porém, no que se refere ao patrimônio edificado, a lei apresenta uma lacuna a respeito da responsabilidade do Município em criar/ter sua própria instância de atuação no campo do patrimônio cultural. Numa primeira leitura, interpreta-se que a competência de patrimonialização de seus bens materiais e salvaguarda de seus bens imateriais cabe a outras esferas. O contrário não fica claro, legando assim, a outrem o ato de reconhecimento e chancela de seu patrimônio cultural.

Assim está escrito:

> **Art. 176-** O Poder Público apoiará e acompanhará projetos ao tombamento de bens culturais de modo a contribuir na preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural da região.
> **§ Único-** O Município tomará a iniciativa de solicitar aos órgãos competentes o tombamento de bens de interesse histórico, artístico e cultural relevantes para a identidade cultural do Município.

Destarte, de acordo com o texto da Lei Orgânica do Município de Baião, é de responsabilidade de outros órgãos externos ao Município o dever de patrimonialização. Importante ressaltar que, o próprio Município pode criar condições legais para o tombamento local. Neste contexto, Souza Filho (2011, p. 124) explica:

> A primeira condição para proceder a qualquer tombamento é dispor de uma lei municipal ou de autorização legislativa para utilizar a lei federal ou estadual. Em segundo lugar, não é apenas uma competência, mas um dever do Município, a preservação dos bens culturais nele situados, inclusive, não o fazendo, pode ser compungido a fazê-lo.

A realidade encontrada na Lei Orgânica de Baião sobre a proteção e preservação do patrimônio material/imaterial da cidade, somada a estrutura administrativa na atual gestão,

mostra a fragilidade entre a existência de um dispositivo legal e de inexistência de uma política, de uma prática ou projeto destinado ao patrimônio cultural local. Talvez porque a proteção do patrimônio edificado possa ser garantida por legislação urbanística, independente de leis de tombamento, são raros os Municípios brasileiros que dispõem de uma legislação sobre tombamento e proteção de bens culturais (SOUZA FILHO, 2011).

Não havendo dentro da estrutura administrativa da cidade de Baião nenhuma secretaria, órgão ou departamento para esta natureza, a solução foi recorrer à instância maior, no caso, ao Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Pará – DPHAC – vinculado ao organograma da Secretaria de Cultura do Estado do Pará, através da aplicação da lei de nº 5.629, de 20 de dezembro de 1990.

O processo de tombamento da Caixa D´água de Ferro de Baião protocolado em 17 de fevereiro de 2014, tramitou durante um ano e seis meses até a realização da primeira visita dos técnicos do DPHAC à Baião, realizada entre os dias 21 e 22 de agosto de 2015. A presença dos técnicos possibilitou a realização de uma audiência pública com professores, estudantes e aposentados da cidade, que foram debater sobre a importância da proteção e preservação do patrimônio histórico que estava em jogo. Vale lembrar, que dias antes da audiência, fora feita mobilização nas redes sociais convocando a comunidade em geral para o debate, esta mobilização ficou conhecida como *#PatrimonializaBaião.* No que concerne aos níveis de participação dos atores no processo de tomada de decisões, o grau de consciência da população sobre os valores patrimoniais é determinante. Sob esse aspecto, graças aos meios de comunicação de massa, uma diversidade considerável de atores pode intervir no processo de transformação urbana (LAPA, 2013).

Figura 01 – Peça publicitária, em forma de adesivo, distribuída aos participantes da audiência pública sobre o processo de tombamento do patrimônio edificado na cidade de Baião-PA.

Criação: Camila Favacho/Stéfano Paixão, agosto de 2015.

A audiência foi aberta com a abordagem histórica, social e geográfica de Baião e dos espaços referidos no processo de tombamento, feita pelos professores da rede pública de ensino da cidade. Em seguida a palavra foi passada aos técnicos do DPHAC que explanaram sobre os objetivos, etapas e todo caminho percorrido por um processo desta natureza. Entre perguntas, respostas e dúvidas, foi notório o interesse e o desejo de que o ato de tombamento fosse concretizado. A programação continuou pelo turno da tarde, na qual um grupo de moradores, estudantes e professores acompanharam os técnicos do DPHAC na visita aos bens em questão. Segundo Marchesan (2015), hoje sabe-se que, quanto mais participativa for uma política de preservação, maior seu êxito e sua sustentabilidade. Assim, a sociedade civil organizada tem atuado decisivamente no histórico recente da preservação patrimonial.

Figura 02 – Professores da Rede Pública de Ensino debatem sobre o processo de patrimonialização em Baião.

Fonte: Elza Lima - agosto de 2015.

Para Fonseca (2005), o tombamento é um ato do poder público de reconhecimento do valor histórico e cultural de um determinado bem, que se dá de maneira isolada ou em conjunto de acordo com o contexto histórico ou paisagístico no qual o bem está inserido. O tombamento tem sido considerado e utilizado, tanto por agentes oficiais quanto por grupos sociais, como rito, por excelência, de consagração do valor cultural de um bem.

É curioso notar como um ato de tombar determinado bem ganha adesão de cidadãos que na sua grande maioria não estão atentos aos limites e possibilidades impostos por essa chancela. Motivada por inúmeras razões, é comum em muitos lugares do Brasil, que a população local vislumbre no patrimônio cultural uma alternativa para o enfrentamento e/ou solução para os problemas de ordem econômica de várias comunidades, no qual o patrimônio converte-se em economia movida pelo turismo, bem como, até como elemento balizador do brio local. Ter um bem de sua cultura tombado pode significar, para grupos econômicos e socialmente desfavorecidos, benefícios de ordem material e simbólica, além de demonstração de poder político (FONSECA, 2005).

Figura 03 – Moradores de Baião durante o debate de tombamento do patrimônio edificado da cidade.

Foto: Elza Lima - agosto de 2015.

Importante lembrar que as políticas públicas no Brasil, de regra, são oriundas da participação social no processo de tomada de decisão do Estado. Esta via de mão dupla ganha força no Brasil com a redemocratização em 1988 e por conseguinte com a promulgação da nova Constituição Federal. O termo cidadania como elemento combinado entre direitos e deveres, passa ser a chave para aquele "novo" Brasil, assim sendo, esta relação entre o patrimônio e a nação aparece como possibilidade de ligação entre a construção da cidadania e a produção do espaço (RIBEIRO, 2013), nesta direção, a participação popular se consolida como meio de legitimação da sociedade civil nos espaços democráticos, portanto, nas formas de participação mais ampla, há também a possibilidade de mobilização dos diferentes segmentos da população direta no processo de construção de sua identidade, a partir de valores culturais comuns (REIS, 2011). O conceito de cidadania, bastante utilizado ultimamente para diversos fins, carrega consigo uma abertura para o debate de novas práticas de gestão, apropriação e condução de políticas referentes à identificação e preservação do patrimônio cultural edificado (RIBEIRO, 2013).

Dessa forma, Coelho (2013, p. 57) ensina:

> Na Constituição de 5 de outubro (Brasil, 1988), encontramos, no parágrafo 1º do artigo 216, a presença do "Poder Público, com a colaboração da comunidade", como promotor e protetor do patrimônio cultural brasileiro. Desvela-se, assim, a clara participação da sociedade civil como agente participante dos processos e mecanismos de preservação do patrimônio cultural brasileiro, junto aos diferentes níveis de governo- União, Estados e Municípios.

Figura 04 – Estudantes, aposentados e comunidade em geral participam do debate em torno do pedido de tombamento do patrimônio edificado na cidade de Baião-PA.

Foto: Elza Lima - agosto de 2015.

É de suma importância a participação da comunidade local em momentos de definição do futuro de seu do patrimônio cultural, não somente para conhecimento processual do objeto em foco, mas principalmente porque é a identidade e a memória da comunidade que estão em jogo durante os processos de patrimonialização. Não existe uma política nacional implantada no Brasil que estabeleça uma relação mais estreita entre os bens tombados e os grupos sociais dos quais participam. Isso tem gerado uma dicotomia entre o que o poder público decide preservar-tombar e as próprias comunidades que vivenciam esses bens (COELHO, 2013). O poder público não detém o monopólio da gestão, devendo compartilhá-la com a sociedade. A evolução da gestão patrimonial caminha no sentido da politização do processo de identificação dos diversos sentidos do patrimônio cultural, ampliando o leque de protagonistas envolvidos na questão em suas múltiplas etapas: construção, identificação, eleição, gestão, valorização etc. (MARCHESAN, 2015).

Figura 05 – Moradores de Baião acompanham a visita dos técnicos do DPHAC aos locais a serem tombados, fig. 1.

Foto: Elza Lima, agosto de 2015.

Figura 06 – Moradores de Baião acompanham a visita dos técnicos do DPHAC aos locais a serem tombados, fig. 2.

Foto: Elza Lima, agosto de 2015.

O processo de patrimonialização em Baião trouxe à tona a indagação de instrumentos jurídicos de gestão local, como o Plano Diretor Municipal, aprovado como lei de nº 1.392-A em 03 de outubro de 2006. Neste, o Município declara, através de um conjunto de normativas, os meios e os critérios para uso social, responsável, democrático e sustentável dos espaços urbanos e rurais no território baionense. O Plano Diretor é uma determinação prevista no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, onde diz que toda cidade com mais de 20.000 habitantes, encontra-se obrigada a elaborá-lo. Para Vieira (2012), o Plano Diretor deverá estabelecer a maneira como a propriedade cumprirá sua função social, garantido, desse modo, o acesso à terra urbanizada e regularizada. Deverá ser capaz de atender a todos os cidadãos, no reconhecimento de seu direito à moradia e aos serviços e equipamentos públicos. Além da Constituição Federal definir o campo de aplicação, objetivos, conteúdo, também estabelece a participação da sociedade na elaboração e aprovação do novo plano diretor (SANT´ANA, 2006).

É através do plano diretor que o município determina quais serão suas zonas de interesses prioritárias para organização e otimização da gestão do seu território. O plano diretor de Baião estabeleceu quatro zonas de interesse especial, são elas: *Zona Especial de Interesse Social; Zona Especial de Interesse Ambiental; Zona de Interesse Cultural e Zona Especial de Segurança Alimentar*. Muito estranhamente o referido plano não previu a criação da Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico, ou seja, o patrimônio edificado não foi incluído, o que sugere uma invisibilidade social e política desses bens. De acordo com Lauande (2009), o PDM de Baião nada diz sobre isso, não obstante os quase quatro séculos de história deste local e a importância dele na formação do espaço sub-regional (Baixo-Tocantins).

É importante compreendermos o plano diretor como importante instrumento legal que abre caminho para criação de uma série de medidas que visem proteger e preservar o patrimônio cultural, em especial os de ordem material que sempre estão na mira da especulação imobiliária, do perverso processo de gentrificação de espaços históricos. Para Castriota (2009), a preservação de bens culturais, em especial os bens edificados de interesse histórico ou arquitetônico, configura-se como requisito para o cumprimento da função social da propriedade, prevista pela Constituição Federal, devendo ser tratada no plano diretor. De acordo com o Estatuto da Cidade (Art. 40, §3º), o plano diretor deverá ser revisto a cada dez anos, isso implica dizer que, uma vez concluído não se encerra o planejamento, e as dinâmicas da sociedade devem ser contempladas nas possibilidades de ajustes constantes dos instrumentos (VIEIRA, 2012), o que de fato aconteceu três anos após o encerramento da primeira fase da patrimonialização em Baião, com a publicação da Certidão de Tombamento em Diário Oficial do Estado. A segunda fase será a delimitação da área de entorno do patrimônio tombado, o que só ocorreu em fevereiro de 2018.

No dia 27 de julho de 2016, o DPHAC finalizou o processo de patrimonialização em Baião com a publicação da Certidão de Tombamento no Diário Oficial do Estado do Pará, conforme dita o rito. No primeiro momento a publicação apenas tomba oficialmente a Caixa D´água de Ferro de Baião, não incluindo ou estendendo a proteção estatal para o Casarão dos Seixas e a Escadaria Pau-da-Gaivota, bens previstos no processo.

Figura 07 – Certidão de Tombamento.

CERTIDÃO DE TOMBAMENTO

De acordo com a Lei Estadual nº. 5.629 de 20.12.1990, que "dispõe sobre a preservação e Proteção de Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Estado do Pará", a partir da presente data fica **Tombado** sob a denominação **"Caixa D'Água de Baião",** o bem imóvel sito à Praça da Luz, localizado no Município de Baião, Pará.

O tombamento na forma da Lei, deverá ser inscrito no **Livro Tombo nº 03 - Livro de Bens Imóveis de valor histórico, arquitetônico, urbanístico, rural, paisagístico, como: obras, cidades, edifícios e sítios urbanos ou rurais**, pertencente ao Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (DPHAC) da Secretaria de Estado de Cultura (SECULT).

Publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Cultura, 05 de julho de 2016.

Thais Zumero Toscano Diretora do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural/DPHAC/SECULT	Rosário Lima da Silva Diretora de Patrimônio - DPAT/SECULT
Homologo: Paulo Roberto Chaves Fernandes Secretário de Estado de Cultura - SECULT	

Protocolo 990645

Fonte: DOE em 27/07/2016, página 81.

Após a publicação, iniciou-se junto ao DPHAC a discussão a respeito da delimitação da área de entorno de proteção ao bem tombado, visto que, esta seria a única possibilidade naquele momento de extensão de proteção e preservação para o Casarão dos Seixas e Escadaria Pau-da-Gaivota, quando ambos estão no mesmo espaço histórico da cidade. A inserção do bem cultural, e de todos os elementos que o integram, em seu contexto, sempre que possível, é decorrência de um de seus elementos: a função de testemunho, a capacidade que ele tem de se comunicar, silenciosamente, por sua simples presença em determinado contexto espacial (MARCHESAN, 2007). De acordo com o art. 30 da Lei 5.629/1990: "*Os bens culturais imóveis tombados terão área de entorno, ambiência ou vizinhança, para proteção da unidade arquitetônica e paisagística, cabendo ao DPHAC ou AMPPPC a definição dessas áreas, inclusive ampliá-las*".

Figura 08 – Casarão dos Seixas.

Foto: Elza Lima, agosto de 2015.

Figura 09 – Caixa D'água de Ferro vista por dentro do Casarão dos Seixas. Tombada como patrimônio histórico do Pará.

Foto: Elza Lima, agosto de 2015.

Figura 10 – Escadaria Pau-da-Gaivota em frente ao Casarão dos Seixas.

Foto: Autor e ano desconhecidos.

Assim foi feito, após discutir com os técnicos do DPHAC os limites e possibilidades da área envoltória do bem, argumentos históricos, geográficos, identitários e políticos, chegamos à definição da poligonal do patrimônio cultural de Baião. A partir deste momento, além de um bem tombado, teríamos também a cobertura para uma área de interesse histórico e cultural. O ato patrimonializador do tombamento faz lembrar o ritual da transubstanciação que, na tradição cristã, se refere à conversão do pão e do vinho no corpo e no sangue de Cristo. Trata-se, porém,

de uma “transubstanciação simbólica de uma coisa (prédio, igreja, paisagem) em outra (patrimônio cultural), cujo significado extravasa o sentido de sua destinação e função originárias” (COELHO; RADUN, 2016, p. 30).

Diante dessa nova demanda posta ao DPHAC, prevista em lei, diga-se de passagem, o departamento cumprindo uma determinação das práticas burocráticas, republica a Certidão de Tombamento, um ano e sete meses depois da primeira fase em julho de 2016.

Figura 11 – Republicação da Certidão de Tombamento de Baião.

OUTRAS MATÉRIAS
REPUBLICAÇÃO
CERTIDÃO DE TOMBAMENTO

De acordo com a Lei Estadual nº 5.629 de 20.12.1990, que "dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, natural e cultural do Estado do Pará", a partir da presente data fica Tombado sob denominação **"Caixa D`Água de Baião",** o bem imóvel sito à Praça da Luz, localizado no Município de Baião, Pará.

A área de entorno tem por abrangência a área limitada pela poligonal, que tem início na esquina da Rua Castilhos França; segue pela Rua Quinze de Novembro até esquina com Travessa Samuel Benchimol; dobra à direita e segue a Rua Lauro Sodré – abrangendo a margem esquerda e direita da mesma - , até a Rua Castilhos França; prossegue contornando a Praça Castilhos França e segue em linha imaginária que circunda o Porto de Baião; terminando na esquina das Ruas Castilhos França e Quinze de Novembro, também conhecidas como esquina da Praça da Luz – início da poligonal.

O tombamento na forma da Lei, deverá ser inscrito no **Livro de Tombo nº 03 – Livro de bens imóveis de valor histórico, arquitetônico, urbanístico, rural, paisagístico, como: obras, cidades, edifícios e sítios urbanos ou rurais**, pertencente ao Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (DPHAC), da Secretaria de Estado de Cultura (SECULT).

Publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Cultura, 06 de setembro de 2017.

Rosário Lima da Silva
Diretora de Patrimônio – DPAT/SECULT

Homologo:
Paulo Roberto Chaves Fernandes
Secretário de Estado de Cultura - SECULT

Protocolo: 276423

Fonte: DOE em 06/02/2018, p. 33.

Esgotadas todas as fases de atuação do DPHAC, onde o Estado do Pará cumpriu seu papel constitucional de proteção e preservação do patrimônio cultural, faltava agora o próprio município de Baião desempenhar seu dever. Faltava rever instrumentos jurídicos de gestão pública, e o foco volta-se ao plano diretor municipal que, por sinal, a esta altura já estava em vias de revisão, após doze anos de promulgado. O caminho percorrido durante todo o processo de tombamento nos habilitou para pleitear junto ao poder público de Baião o direito de fazermos defesa pública do patrimônio cultural, agora tombado, dentro da programação das audiências públicas. Notamos que, até este momento não se falava na criação da zona de preservação

histórica da cidade, mesmo com recente processo. Desta forma, no dia 02 de março de 2018, realizamos a defesa do patrimônio cultural de Baião e de pronto a ideia da criação da zona de preservação histórica da cidade. O plano diretor pode prever a criação de zonas e áreas de proteção e preservação cultural, que podem ser criadas por leis específicas. A propósito, é dever do município, ouvindo a população, assim fazê-lo (AHMED, 2015).

Figura 12 – Defesa pública do patrimônio cultural durante a revisão do plano diretor municipal.

Fonte: Cleber Pastana, março de 2018.

Figura 13 – Defesa pública do patrimônio cultural durante a revisão do plano diretor municipal.

Fonte: Cleber Pastana, março de 2018.

Saímos desta audiência com o compromisso de redigir o texto de criação da zona especial de preservação histórica de Baião. O texto foi criado levando em conta a poligonal de proteção definida em conjunto com o DPHAC, mas também apresenta algumas disciplinas de gestão do espaço histórico da cidade. Após elaboração da zona de preservação histórica, o novo plano diretor de Baião já foi submetido a nova audiência pública, onde foi ratificado pelo público presente. Atualmente o plano aguarda aprovação final na câmara de vereadores do município. A produção de patrimônios resultaria de um conjunto de operações levadas a cabo pelos próprios agentes do campo patrimonial, os quais tenderiam a assegurar a promoção metafísica e a transubstanciação de um bem, atribuindo-lhe valores que transcendem à sua materialidade e, ao, mesmo, estabelecer regras e formas de instituição e controle dos ritos de consagração do patrimônio (COELHO; RADUN, 2016).

A experiência vivida neste processo de patrimonialização em Baião, processo esse que ainda não se esgotou, pois ainda será preciso rever a Lei Orgânica do Município, comprova a ideia de que a sociedade pode e deve se apropriar dos processos e instâncias de deliberação sobre os direitos sociais, entre eles, o direito à memória, à cultura e ao patrimônio. É a própria sociedade, com seu sentimento de pertencimento a determinado local, a determinada cultura, que representa as melhores condições de avaliar seu patrimônio e de colaborar nas estratégias de preservação (MARCHESAN, 2015). O apreço de uma comunidade por determinado bem cultural pode representar uma prova de seu valor superior àquela obtida por laudos técnicos que, por vezes plenos de erudição, carecem de sensibilidade (MARCHESAN, 2015). Podemos dizer que, o patrimônio edificado em Baião e todo o processo que o envolveu encontrou na população, ainda que em grupo pequeno, mas de grande interesse no tema, a ressonância proposta por Gonçalves (2005).

1.4 Breve histórico da cidade de Baião

De acordo com Ignácio Moura (1989), a história da cidade de Baião está ligada aos tempos. O primeiro estabelecimento que deu origem a este lugar data de 1694. Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, então Governador e Capitão-General do Maranhão e Pará e donatário da capitania de Cametá, desejoso em povoá-la não podendo pessoalmente dedicar-se à exploração de seu vastíssimo território, resolveu naquele ano procurar quem pudesse levar a efeito sua ideia e desejos. Entre outros, escolheu o português Antônio Baião, a quem concedeu

uma vasta sesmaria nas terras que foram doadas, impondo-lhe a condição de fundar uma vila, levantar uma casa decente e grande, facultando-lhe, entretanto, a escolha do local. Antônio Baião, depois de examinar vários pontos do rio Tocantins e querendo afastar-se do Cametá, localizou sua concessão em um local alto e aprazível, o mesmo em que hoje assenta a sede do município baionense. Edificada a casa que a concessão estipulara, Antônio Baião explorou os terrenos vizinhos, deixando uma tradição de seu nome. Em 30 de outubro de 1769, Manuel Carlos da Silva, diretor dos índios, por ordem do Capitão-General Fernando da Costa Ataíde e Teive, inicia o processo de povoamento do lugar que Antônio Baião escolhera, com um grupo de 30 índios, batizando-o lugar de "Lugar do Baião". Não se tem informações do que teria havido com o lugar escolhido por Antônio Baião em 1694 e o começo de povoamento em 1769, deixando assim, um hiato de 75 anos de uma história desconhecida.

Até a Independência do Brasil, o Lugar do Baião arrastou uma existência de pequeno entreposto de comércio com o Alto Tocantins, justamente pela sua localização transitória entre o Alto e o Baixo-Tocantins. De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1957), em maio de 1833, o Conselho do Governo da Província, resolveu dar-lhe a categoria de vila, recebendo o nome de Nova Vila de Santo Antônio do Tocantins. Em 1841, lhe foi restituído com a mesma categoria de vila o seu antigo nome de Baião (MOURA, 1989). Apesar das vicissitudes políticas do período monárquico, em que muitos municípios paraenses passaram pelo cadinho das extinções, Baião teve sua existência ininterrupta até a República. A instalação da vila e da Câmara Municipal da Nova Vila de Santo Antônio do Tocantins ocorreu em 17 de outubro de 1833 (ENCICLOPÉDIA..., 1957). Daí em diante, a vida política em Baião passará por várias mudanças, disputas acirradas entre grupos, turbulências e até dissolução da Câmara Municipal em 10 de abril de 1890, sendo criado nessa mesma data o Conselho de Intendência Municipal (Ibid.). Nas eleições de 1897-1898, a disputa entre grupos foi tão acirrada que Baião chegou a ter dois Conselhos Municipais simultaneamente, liderados por João Felipe dos Santos Tocantins e Manuel Pedro Soares, fato que se tornou uma ameaça e insegurança política na cidade. Em junho de 1898, as partes entram em acordo e renunciam (Ibid., 289). Depois da renúncia, a vida política em Baião passa por momentos de conciliação entre os desafetos, dando oportunidades a novas administrações da cidade.

A partir do ano de 1930, o munícipio de Baião entra na fase da divisão de seu extenso território, que segundo Ignácio Moura (1989) fazia limites com os Estados de Goiás, Mato-Grosso e Maranhão. Desta divisão, serão criados novos municípios, como: Conceição do Araguaia, São João do Araguaia, Marabá, Itupiranga, Jacundá e Tucuruí (ENCICLOPÉDIA..., 1957).

A respeito do nome da cidade e da origem de Antônio Baião supõe-se de fato tratar-se de um português, devido ao seu sobrenome. Desta forma:

> O nome veio-lhe do fundador, o português Antônio, que muito provavelmente era natural ou descendente de naturais do Conselho de Baião, do distrito de Porto. É incerta a origem germânica atribuída a este nome, pois os sufixos e a distribuição geográfica doutros topônimos correlacionados (Baião, Baiões, Baiol e Baionita) tornam muito duvidosa aquela origem. Todos estes nomes devem, com mais probabilidades, filiar-se no adjetivo *baio*, de proveniência latina e que exprime a ideia de "amarelo torrado, amulatado ou cor de ouro desmaiado" (ENCICLOPÉDIA..., 1957, p. 290-291).

De acordo com Gonçalves (2009), o próprio topônimo Baião, de origem obscura e que outrora era *Baian* e Bayan, diz respeito a regiões montanhosas ou elevadas. Estas formas medievais podem estar relacionadas com "Banienses", nome dado a povos da região do Douro, derivando do céltico "Ban", significando "Pico, Chifres". Ainda para este autor, o topônimo ter-se-ia formado do adjetivo latino "Bañanum", originando "Baão", que a particularidade fonética nortenha transformaria em *Baian*- Baião. Gonçalves (2009) também levanta a ocorrência do topônimo Baião e suas variações linguísticas em outros lugares do mundo, como na China, no Iémen, Emirados Árabes e no Kweit.

1.4.1 A cidade de Baião nas crônicas dos viajantes

Durante o período do Brasil Colônia, o rio Tocantins esteve sob duas jurisdições específicas: ao norte, onde atualmente se localizam os estados do Pará, Maranhão e Piauí, foi estabelecido, em 1621, o Estado do Maranhão e Grão-Pará, subordinado diretamente à Lisboa. Em 1751, passou a se chamar Estado do Grão-Pará e Maranhão e, em 1772, foi subdividido em duas unidades: Estados do Grão-Pará e Rio Negro e Estado do Maranhão e Piauí. A outra administração vinculava-se a Salvador, na Bahia: era o Estado do Brasil, que compreendia as capitanias do litoral correspondentes às suas atuais regiões sul, sudeste e nordeste, e ao qual foi sendo incorporada aos poucos a porção Centro-Oeste do país. Só a partir de 1774, as duas administrações foram unificadas no Vice-Reino do Brasil, com sede no Rio de Janeiro. Para Barroso (2013), foi pelo norte, no Baixo-Tocantins, que os jesuítas começaram a explorar o rio. As expedições de captura e escravização de nativos visavam transferi-los de seus locais de origem para reduções, denominação dos aldeamentos organizados e dirigidos pelos religiosos sob a égide da administração portuguesa. Entre bandeirantes, missionários, jesuítas,

funcionários político-administrativos que representavam Portugal, utilizaram o rio Tocantins como via de transporte ou referência geográfica para os deslocamentos terrestres (BARROSO, 2013).

O que de fato nos interessa no histórico de exploração do rio Tocantins e seu curso d'água que atravessa os estados de Goiás, Tocantins, Pará e Maranhão, são as descrições sobre a cidade de Baião contidas nas crônicas dos viajantes estrangeiros e brasileiros sobre a cidade já na primeira metade dos séculos XVIII e XIX, nos quais os relatos molduram a configuração urbana e humana da Baião daquele século.

Baião surgirá nos relatos dos cientistas ingleses *Henry Walter Bates* (1825-1892) e *Alfred Russel Wallace* (1823-1913), ambos contemporâneos de Charles Darwin, com quem compartilharam a ideia da teoria da evolução das espécies. Henry W. Bates chegou ao Brasil juntamente com Alfred R. Wallace em 1848.

> Wallace aqui permaneceu três anos enquanto que Bates ficou até 1859 coletando na região amazônica mais de 8.000 espécies que remeteu ao Museu Britânico. Forneceu documentário valioso em apoio da teoria da seleção natural desenvolvida separadamente por Charles Darwin e Alfred Russel Wallace. A viagem de Wallace e Bates foi uma das mais importantes para as Ciências Naturais. Chegaram a Belém em 1848 e começaram a explorar os arredores da cidade. Em seguida tomaram rumo do Tocantins. Separaram-se, depois, seguindo Wallace para o Baixo Amazonas e regiões vizinhas do estuário, como ilha de Marajó e rio Capim. Bates seguiu até Cametá. Na foz do rio Negro encontraram-se para logo se separarem de novo. Wallace subiu o Negro e Bates continuou pelo Solimões, até nossas fronteiras com o Peru, ao longo do rio Javari (FERRI, 1979, s/p).

Nos estudos sobre viabilidade de navegação do rio Tocantins realizados pelo geógrafo *Domingos Soares Ferreira Penna*, entre 1863 e 1864. Nos relatórios de *Oscar Leal* em 1886, lusitano membro e correspondente das Sociedades Geográficas de Lisboa e Rio de Janeiro, da Academia de História Natural de Madri e Sócio honorário de várias corporações científicas. Aparecerá também, ainda que de forma ligeira, em *Apontamentos de Viagem, de Joaquim de Almeida Leite Moraes*, de 1883. Nos relatos de Joaquim de Almeida Leite de Moraes. Nas linhas de *Ignácio Baptista de Moura*, engenheiro ferroviário paraense que inspecionou o rio Tocantins sob encomenda do governo do Estado do Pará em 1896. Nas atribulações de *Henrique Gonçalves*, outro português que chegou a Baião e residiu na cidade entre os anos de 1910 e 1911.

Importante dizer que, ao falarmos do município de Baião, é de suma importância pontuar que estamos falando de uma pequena cidade localizada na Amazônia, e essa não é tarefa tão fácil como pode parecer, devido a sua complexa teia de análise histórica, social, política e econômica. A região amazônica é lugar mundialmente diferenciado por tudo que

representa no imaginário mundo afora, com suas imensidões aquáticas, vastidões de vida animal, vegetal e humana, lonjuras, isolamentos, entre outros.

A Amazônia de vida fantasmagórica esteve nos planos e na cobiça dos estrangeiros antes e depois da chegada dos portugueses aportarem por aqui em 1500. Descobrir e tomar posse de terras de novos continentes e de suas riquezas, elaborar traçados geográficos, afirmar, reiterar ou retificar explicações sobre astronomia, encontrar a aldeia do ouro ou as mulheres sem maridos são alguns dos objetivos dos primeiros expedicionários que aportaram na Amazônia. Mais tarde outra busca se afirma: as pesquisas sobre a flora e a fauna intensificam com a vinda de naturalistas ao Brasil e, particularmente, para a Amazônia (FARES, 2008).

É neste contexto de ciência estrangeira sobre a floresta amazônica que o naturalista inglês Henry Walter Bates (1825-1892), ao sair de Belém descendo o rio Tocantins com paradas em Cametá, chegará a Baião no dia 03 de setembro de 1848. Assim ele relata:

> Às oito e meia da manhã chegamos a Baião, um povoado de cerca de 400 habitantes, situado em terras altas, à beira do rio. Tivemos de usar uma escada fixa no barranco par subir até o lugarejo, e lá chegando alojamo-nos num quarto que o Sr. Seixas tinha mandado preparar para nós. Ele próprio se achava ausente, no seu sitio, e só chegaria no dia seguinte. Dependíamos dele, agora, para nos arranjar ajudantes, a fim de podermos continuar viagem; em vista disso, não nos restava outra coisa a fazer senão ficar ali a sua espera. A situação do lugar e a natureza das matas ao redor prometiam muitas novidades em matéria de pássaros e insetos; assim, não vimos motivo para reclamar do atraso. Fomos buscar nossa aparelhagem e nossas caixas na canoa, e nos pusemos a trabalhar. A vida calma e descuidosa que o povo levava ali muito os divertiu. Mais tarde tive tempo suficiente para me habituar com o modo de vida nos pequenos povoados tropicais. Eles têm um estilo de vida livre, público e sem formalidade, ao qual o europeu leva algum tempo a se adaptar. Tão logo que nos instalamos em nosso quarto, um bando de rapazes ociosos veio ver-nos, fazendo comentários e todo tipo de perguntas, que nos víamos forçados a responder. A casas são mantidas com suas janelas e portas abertas para a rua, e as pessoas entram e saem delas a vontade; contudo, há sempre uma parte da casa mais reservada, onde ficam as mulheres da família. Essa familiaridade do povo não é intencionalmente ofensiva, sendo o intuito das pessoas unicamente mostrar que são corteses e sociáveis. Um jovem mameluco chamado Soares, que era escrivão do lugar, levou-me à sua casa para mostrar sua biblioteca. Fiquei bastante surpreso ao ver ali exemplares muito manuseados de alguns clássicos latinos, Virgílio, Terêncio, Lívio, e as Epístolas de Cícero. Eu ainda não me achava bastante familiarizado com a língua portuguesa, naqueles primeiros tempos de minha estada o Brasil para poder conversar fluentemente com o Sr. Soares ou entender qual a utilidade que aqueles livros tinham para ele. Não deixava, porém, de constituir um fato insólito encontrar uma biblioteca clássica numa choupana de barro coberta de folhas de palmeiras nas margens do Tocantins (BATES, 1979, p. 58).

A descrição de Bates revela uma cidade ainda bastante monótona e pequena do ponto de vista do número de habitantes, quadro este que se altera sensivelmente com o passar dos anos, mais que de alguma forma manterá seu aspecto taciturno. Desta forma ele segue seu relato:

> As matas ao redor de Baião eram constituídas por capoeiras, já que as terras ali já haviam sido anteriormente cultivadas. Numerosos pés de café e de algodão cresciam entre as moitas de mato. Um aprazível caminho se estende ao longo da margem do rio por algumas milhas, acompanhando as ondulações do terreno e dando acesso às casas localizadas à beira do alto barranco. Visitei várias delas e conversei com seus moradores. Era tudo gente pobre. Os homens estavam ausentes, pescando, alguns deles em lugares distantes dali vários dias de viagem; as mulheres plantavam mandioca, faziam farinha, fiavam e teciam o algodão, fabricavam sabão com a casca queimada do cacau e óleo de andiroba, além de se dedicarem a outros trabalhos domésticos. Perguntei-lhes por que deixavam suas plantações abandonadas. Elas responderam que era inútil tentar plantar qualquer coisa na região, pois a saúva destruía os pés de café novos, e quem quer que tentasse lutar contra esse devastador inimigo seria derrotado na certa. A região, por muitos quilômetros ao longo da margem do rio, parecia bastante povoada. Seus moradores eram quase todos mamelucos, de pele acobreada. Encontrei ali um número razoável de mulatos, mas muito poucos negros e índios, e ninguém que pertencesse à raça branca pura (Ibid., p. 59).

As plantações de café e algodão, bem como, o baixo número de pessoas negras citadas por Bates, suscitam dados do processo escravocrata na cidade, pois de acordo com Neto (2012, p. 147) havia em Baião no ano de 1822 um total de 450 escravos, o que significava aquela época 23,1% dos seus 1.950 habitantes. Para o autor, em determinadas regiões tocantinas, notou-se uma presença menor de trabalho escravo negro, tais como em Baião, Cametá e Oeiras, ainda que reunissem percentuais significativos de trabalhadores cativos negros aproveitados no plantio ou na coleta do cacau. Nas paróquias de Abaeté e Baião, por exemplo, destacava-se algodão. Contudo, café, arroz, açúcar e cacau constavam entre os "os cinco produtos mais importantes em todas as seis paróquias". Em Baião, inclusive, encontrava-se "o único empreendimento industrial" da área, ou seja, uma olaria de propriedade de um escravista (KELLY-NORMAND *apud* NETO, 2012, p. 142).

Sobre o *modus operandi* da escravidão no Brasil, Schwarcz (2019) dirá que o sistema de escravização se transformou num modelo tão enraizado que acabou se convertendo numa linguagem, com graves consequências, ou seja, uma escandalosa injustiça amparada pela artimanha da legalidade. Como não havia nada em nossa legislação que vetasse ou regulasse tal sistema, ele se espraiou por todo país, entrando firme nos "costumes da terra". Imperou em nosso território uma grande bastardia jurídica, a total falta de direitos de alguns ante a imensa concentração de poderes nas mãos de outros (SCHWARCZ, 2019). Não se escapava da escravidão. Aliás, no caso brasileiro, de tão disseminada, ela deixou de ser privilégio de senhores de engenho. Padres, militares, funcionários públicos, artesãos, taverneiros, comerciantes, pequenos lavradores, grandes proprietários, a população mais pobre e até libertos possuíam cativos. E, sendo assim, a escravidão foi bem mais que um sistema econômico, fez de raça e cor marcadores de diferenças fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito estrita.

De acordo com a autora, não se confirma a noção de uma escravidão “mais branda” no país. Pois, para Schwarcz, um sistema que prescreve a propriedade de uma pessoa por outra, não tem chance de ser benevolente, pressupõe o uso intenso e extenso da mão de obra cativa, a vigilância constante, a falta de liberdade e o arbítrio. Para que se tenha uma ideia, trabalhava-se tanto por aqui e as sevícias eram tão severas, que a expectativa de vida dos escravizados homens no campo, 25 anos, abaixo da dos Estados Unidos, 35 (SCHWARCZ, 2019). No caso das mulheres, o destino não era muito diferente. Submetidas à força à alcova do senhor escravista, elas experimentavam, no corpo, a violência do sistema. Davam de mamar aos pequenos senhores e senhoras, sendo muitas vezes obrigadas a abandonar seus próprios filhos na “roda dos expostos” ou “dos enjeitados”.

Retomando aos relatos de Henry Walter Bates:

> Quando o Sr. Seixas chegou, ele nos tratou com grande gentileza. Arranjou-nos imediatamente dois homens, mandou matar um boi em nossa honra e nos cumulou de atenções. Contudo, não nos apresentou sua família. Vi de relance uma vez a sua mulher, uma cabocla bonita, quando ela andava pelo quintal na companhia de uma mocinha, aparentemente sua filha. Todas as duas usavam vestidos compridos, de algodão estampado com cores vivas e traziam entre os dentes compridos cachimbos de madeira. O quarto onde dormíamos e fazíamos o nosso trabalho tinha sido usado anteriormente para armazenar cacau, e à noite eu não conseguia dormir por causa dos ratos e baratas que pululam em lugares como esses. A baratas corriam pelas paredes em todas as direções, e de vez em quando uma caía em cheio no rosto, com um zumbido, metendo-se dentro de minha camisa se eu tentava livrar-me dela. Quanto aos ratos, passavam a noite correndo atrás uns dos outros, em bando, pelo chão, pelas paredes e pelas vigas do teto, que não tinha forro (BATES, 1979, p. 59).

O relato de Bates traz à cena uma ligeira descrição dos padrões de comportamento do século XIX, onde à mulher fora reservado o espaço íntimo doméstico, com definição de área para circulação espacial dentro da casa, sempre em cômodos que refletem muito mais sua condição de cuidadoras do lar, enquanto que ao homem, o lugar da sala, das reuniões, recepções e decisões. Importante dizer que, a casa a qual se hospedou Henry Walter Bates, é o mesmo casarão que hoje está sob a condição de entorno protegido através do bem central do processo de patrimonialização. Muito embora, a data inscrita no frontão/arco de ferro do Casarão dos Seixas seja 1888, não é difícil de imaginar a provável existência de uma casa anterior a esta no mesmo local, daí a necessidade de se cruzar datas e relatos.

É curioso notarmos que, muito embora Alfred Russel Wallace e Henry Walter Bates, tenham chegado juntos ao Brasil, seguindo para o Estado do Pará, e consequentemente, juntos desceram o rio Tocantins, suas observações foram escritas na primeira pessoa, sob a visão particular de cada um. Portanto, ao lermos ambos os relatos, é notório que são registros complementares, uma vez que, cada um dos naturalistas prendeu-se muito mais em um

determinado aspecto de percepção da vida animal, vegetal, mineral e humana da região tocantina em detrimento do outro.

Após saírem de Belém rumo a Cametá e posteriormente a Baião, os naturalistas levavam consigo além de seus passaportes de estrangeiros, cartas de recomendações de pessoas conhecidas na capital que, por sua vez, mantinham relações comerciais com outras de notória credibilidade na região tocantina. Desta forma, para cada ponto de chegada a dupla apresentava suas cartas endereçadas a essas ditas pessoas, e de maneira sucessiva os recomendavam aos demais sócios comerciais em outro ponto do rio Tocantins, formando assim, uma rede de contatos na região.

Foi de contato em contato que esses ingleses chegaram a Baião. Vejamos esta chegada sob a narrativa pessoal de Alfred Russel Wallace, assim ele descreve:

> Nós tínhamos de aportar a um sítio, Jambuaçu, 15 milhas abaixo de Baião, onde o Sr. Seixas, para quem levávamos uma carta, costumava passar algum tempo. A casa está situada no barranco de um estreito igarapé, cuja boca mesmo os nossos índios tiveram dificuldade para encontrar, porquanto já era noite, quando ali chegamos. Eu e o Sr. Leavens fomos então, de montaria, pelo estreito igarapé, onde os galhos das árvores quase esbarravam em nossas cabeças, tornando ainda mais escuro o canal. Havia apenas umas poucas centenas de jardas até à casa, onde encontramos o Sr. Seixas, ao qual entregamos a carta de seu sócio em Belém do Pará. E, como tal carta é um interessante documento, que põe à mostra a polidez portuguesa e está redigida em bom estilo, faço da mesma, aqui, a sua literal transcrição: *"Sr. José Antônio Correia Seixas & Cia. – Baião. – Amigos e senhores. – Na certeza de que é sempre agradável a VV. SS. ter uma oportunidade de patentear os seus generosos e elevados sentimentos de hospitalidade com os estrangeiros em geral, e muito especialmente para com aqueles que visitam o nosso país, com o proposto de nele fazer descobertas e estender a esfera dos seus conhecimentos, eu não hesito em tomar a liberdade, neste ensejo que a excursão do Sr. Charles Leavens e seus dois esforçados companheiros apresenta, de recomendá-los à amizade e proteção de VV. SS. na empresa científica que ora empreendem para o propósito de estudar as nossas produções naturais, as quais tornam a nossa província uma terra clássica na história dos animais e das plantas. "Nesta laboriosa empresa, que os ilustres (elites) viajantes empreendem, eu desejo muito que possam alcançar de VV. SS. tudo que os limitados recursos do lugar permitam não só para que se lhes removam quaisquer dificuldades que encontrem, mas também que VV. SS.possam tornar menos árduas as privações e trabalhos, que necessariamente hão de passar. "E, para homens como eles, inteiramente devotados à ciência, cujo verdadeiro alimento é a história natural, em um país como o nosso, onde se encontram as mais curiosas produções, será fácil a VV. SS. arranjar meios que disto os compensem. "Eu, por isso, espero, e, acima de tudo, rogo a VV. SS. a fineza de satisfazer todos os meus desejos nas atenções que VV. SS. houverem por bem dispensar ao Sr. Leavens e a seus companheiros, dando-me assim mais uma prova de estima e de consideração. – De VV. SS. – Amigo servo obediente – João Augusto Correia.* (WALLACE, 2004, p. 97).

Importante dizer que o Sr. José Antônio Correia Seixas citado por Alfred R. Wallace, além de ser dono do Casarão de 1888 (*Prefeitura Velha/Casa da Cultura*) que hoje está resguardado na qualidade de entorno do bem tombado, também era dono de seringais e terras nas proximidades da cidade de Baião, sendo homem de grande poder político e econômico e de

prestígio social. Alfred R.W. e Henry W. Bates foram hospedados na casa de Seixas conforme já havia relatado Bates anteriormente.

> Em toda a roda da povoação, por algumas milhas de extensão, nos terrenos altos e secos, há cafezais e matos de segundo crescimento, onde encontramos muitas borboletas algumas novas para nós, particularmente alguma brancas e amarelas, das quais capturamos seis ou sete espécimes, que ainda não havíamos visto. A janela da casa, em que estávamos hospedados, e que dava para a rua, enquanto eu preparava os insetos ou depenava os pássaros, ficava quase sempre apinhada de meninos e de alguns homens, que ali permaneciam horas seguidas, com a mais infatigável curiosidade, acompanhando e observando as minhas operações. Toda vez que viam um pássaro depenado repetiam e exclamavam:
>
> – Oh, a paciência dos brancos!
> Em seguida, um cochichava para outro:
> – Será que ele tira toda a carne?
> – Eu ainda não vi – respondia o outro:
> – Olha como ele faz os olhos de algodão!
> E travavam-se diálogos, quanto aos fins a que poderiam destinar-se aqueles bichos. – Para mostrar – era a resposta quase sempre.
>
> Mas, ao mesmo tempo, entretanto, parecia que julgavam isto pouco satisfatório, não acreditando que os ingleses fossem tão tolos assim, que quisessem ver só umas poucas de peles de papagaio ou de pombos. Quando o Sr. Seixas chegou, insistiu para que tomássemos as nossas refeições em sua casa. Ele foi muito amável e muito prestativo para conosco. Seu filho, um menino de 6 ou 7 anos, brincava em casa completamente nu. Os vizinhos, uma vez ou duas por dia, ali apareciam para ver o que os brancos estavam fazendo e também para palestrar, o que faziam às mais das vezes com o Sr. Leavens, que sabia falar o português fluentemente. Um perguntava se na América (significando os Estados Unidos) havia terra firme, pois que acreditava que lá fosse tudo uma manada de ilhas. Outro inquiria se havia campos e se o povo cultiva mandioca e seringueira. Ao ser-lhe dito que não havia nem uma coisa trem outra, quis saber ainda o motivo por que não eram plantadas, pois ele presumia que lá pudessem ser cultivadas as seringueiras e assim obter-se o leite fresco para a manufatura de sapatos de borracha. Quando, retrucando-lhe dissemos que o clima é muito frio e que a mandioca e a seringueira, se lá fossem plantadas, não poderiam vingar, ficou deveras espantado, admirando mesmo como é que o povo pode habitar um país onde essas coisas tão úteis e tão necessárias não possam ser cultivadas. Todavia, sentia ele, ao mesmo tempo, como que uma espécie de superioridade sobre nós, por causa da nossa vinda ao seu país, especialmente para comprar borracha e cacau, tal qual o modo de julgar dos habitantes do Celeste Império, que imaginam que somos realmente uns pobres e miseráveis bárbaros, e que, por isso mesmo, somos forçados a ir lá tão longe, para lhes comprar chá. O próprio Sr. Seixas, que é um brasileiro educado e comandante do distrito, perguntou se o governo da Inglaterra era constitucional e despótico. Ele ficou muito admirado, quando ouviu dizer que o nosso país é governado por uma mulher. Conseguimos, afinal, arranjar dois homens mais, e dali prosseguimos a nossa viagem rio acima, depois de termos passado quatro dias agradavelmente em Baião (WALLACE, 2004, p. 100-101).

No ano de 1863 o então Presidente da Província do Pará, Francisco Carlos de Araújo Brusque, encarregou ao geógrafo Domingos Soares Ferreira Penna, um estudo sobre a navegabilidade do rio Tocantins. Ferreira Penna cumpriu a missão navegando o Tocantins entre os meses de dezembro de 1863 e janeiro de 1864. Penna assim descreveu a cidade de Baião:

> A vila está situada na margem direita do braço oriental do Tocantins sobre a esplanada de uma alta barreira que se eleva 9 a 10 braças acima do nível do rio. O porto, onde não há habitação alguma por falta de lugar em que se possa edificá-la, é apenas uma quebrada da barreira com um pequeno remanso ou reentrância para 8 ou 10 canoas de mediana lotação. Para chegar dali à vila é preciso subir pela barreira acima, galgando 126 degraus, feitos de achas de acapu atravessadas em um estreito caminho, ou seguir pela quebrada de um trilho cheio de covas, formadas pelas torrentes fluviais. A vila conta com três ruas de curta extensão e 2 praças- a da Matriz e a do Rosário. A primeira está na linha da frente que dá para o rio, tendo 6 braças de largura e 25 de comprimento. A do Rosário, que está contígua ao mato, foi aberta a pouco tempo e forma um quadrado, no meio do qual há uma capela em construção e já concluída na obras exteriores; tem amplo recinto e bastante altura; feita de esteios com paredes barradas; a coberta deve ser de telhas, mas que a provisoriamente tem é folhas de buçu. Dos lados desta praça há 12 cabanas, ou palhoças, a praça do Rosário é bela e aprazível, e será em breve tempo uma das mais formosas do interior se o progresso da vila for auxiliado pela dupla ação do comércio e da administração. A matriz é uma capela pequena; feita de adobes e pedras miúdas, obra ligeira, sem gosto nem mérito artístico; ao menos, porém, é uma capela decente para o culto e tem sido conservada com todo o zelo. Isto já não é pouco nesta província, onde os fiéis, esperando tudo do governo, raras vezes contribuem para o esplendor e mesmo decência da casa de Deus" (FERREIRA PENNA, 1973, p. 76-77).

É através deste relatório de Ferreira Penna intitulado *O Tocantins e o Anapu*, que é possível termos uma noção das características arquitetônicas da Igreja do Rosário, que tanto habita o imaginário da cidade, bem como, abre caminho para entendermos que, já neste período, Baião contava com outro templo religioso católico, chamado por ele e demais viajantes apenas de matriz. As duas igrejas também aparecerão nos relatos do português *Oscar Leal*. O relatório de Ferreira Penna nos situa a respeito da organização da cidade naquele tempo, tanto do ponto de vista urbano, como da administração política da cidade. Ele dirá:

> A Câmara Municipal funciona em casa particular, numa sala rente ao chão, ocupando a sua secretaria uma saleta próxima. A cadeia pública é a outra parte dessa mesma casa. Seus cômodos são somente uma sala na frente, que é a sala livre, e um quarto ou alcova anexa à sala: não é assoalhada. Por cima da porta principal há uma espécie de mirante ou sótão da largura da única janela que tem. Neste sótão, para o qual se sobe por uma estreita escada, mora o carcereiro. Na cadeia havia na ocasião de minha visita, 3 presos, estando 1 na sala livre, por ser leve a sua pena. A vila contem 57 casas entre boas e más. As que se acham em construção não são poucas para uma povoação tão esquecida dos legisladores provinciais e da mesma administração, a quem por vezes se tem procurado fazer crer que a vila é incapaz de progresso. A despeito desse juízo menos exato e que tem feito arredar da vila toda sorte de auxilio e proteção. Baião é, depois de Cametá, a povoação mais importante e mais notável do Baixo-Tocantins, e talvez, de todo este rio pelo seu ramo Araguaia. O comércio em Baião pouco mais importante é do que em Mocajuba; raras são as suas casas de negócios, sendo em geral tavernas, e essas mesmas pouco sortidas (FERREIRA PENA, 1974, p. 77).

Quase quarenta anos após a passagem dos ingleses Henry Walter Bates e Alfred Russel Wallace e de Domingos Ferreira Penna por Baião, no ano de 1886 quem chegara àquelas longínquas paragens seria o português Oscar Leal, escritor, médico, memorialista e viajante. Importante dizer que os registros de Leal estão todos concentrados no que hoje conhecemos como área histórica e tombada de Baião. Assim ele descreve sua chegada:

> No dia 26 de dezembro saltava no Baião pela segunda vez. Como já disse, esta vila está deleitavelmente assente num alto aprazível e vistoso, à margem direita do Tocantins. Dão acesso à povoação duas enormes escadarias, com perto de 200 degraus cada uma. No começo de uma delas há um pequeno trapiche, onde atracam os vapores das companhias Amazonas Steam e Marajó e Tocantins. A fundação desta povoação data de 1694, sendo o seu fundador um português de nome Antônio Baião. Da igreja do Rosário restam apenas as ruínas. Baião está distante da sede da comarca 49 quilômetros. Subi rompendo o povo que se apinhava na escada (LEAL, 2012, p. 76).
>
> A pequena vila apresentava um aspecto festivo e saltitante. Romeiros de diversos pontos acabavam de chegar e já se ouvia na extensa praça de folguedos o *túgu-túgum, túgu-túgum,* singular e genuína onomatopeia, cujos sons se sumiam nas vastas redondezas da vila, aliás monótona e tranquila. A festa do Baião, pelo seu caráter lendário, atrai anualmente gente de todos os pontos, e de todas as classes e posições. (Ibid., p. 77).
>
> Seria a vila por demais pequena para abrigar confortavelmente o grande número de romeiros, se a maior parte deles, por seu próprio costume, se não sujeitasse aos incômodos da ocasião. A praça dos folguedos, completamente limpa e preparada, apresentava um conjunto singular. Barracas e caramanchões haviam sido levantados em volta do largo, reinando ali alegria dia e noite. No giro constante que fazíamos de par com senhoras e cavalheiros, o mais simples divertimento reunia mil atrativos que fruíamos com sobejado prazer (Ibid.).

A praça dos folguedos ao qual se refere Leal é a que hoje conhecemos como Praça João Câncio, também chamada pela população de praça do parque, por ter havido ali durante os anos 70/80 do século XX alguns aparelhos/brinquedos para diversão das crianças, daí o nome de parque. Curiosamente, esta praça de folguedos é a mesma apontada pelas memórias dos mais velhos como sendo o local onde existira em outrora a tão famosa igreja que ruiu em 1917, após a celebração de uma missa. Esta praça hoje encontra-se protegida sob o alcance da poligonal da área de entorno do patrimônio tombado em Baião, como área de interesse histórico. Sobre o arraial que encontrara armado em Baião, Leal segue descrevendo-o:

> Aqui era o *rururu* da roleta, que muitas vezes deixava na *pindaíba* os mais submissos súditos da princesa jogatina; ali os sons macambúzios partidos de um realejo desafinado, e que, mesmo assim, eram ouvidos entre bulício e o rumor compacto da multidão; acolá, uma gritaria desenfreada, sem vias de fato, apesar das gargantas receberem repetidas fricções da endiabrada *geribita*; além, a perder-se mui longe, o infernal samba dos negros, cujo cadenciado ritmo era apontado pelo contínuo *túgu-túgum*nu tambor em forma de canudo, instrumento rudimentar e quase no todo de uma só cor. Nestas festas, a musa popular era aplaudida e as vezes confundida, apesar do ruído indescritível, no meio do qual, o *jiktijim* das violas, alternadamente parecia deleitar-nos os ouvidos. De súbito, uma cabocla moça bela, carregada de fitas e adornos esquisitos, conquistando dum salto o centro do local em que tinha lugar o batuque, formava o solo, sendo o final da cantiga repetido como estribilho por dezenas de vozes acompanhadas de esgares e requebros, quedas e umbigadas, provocadas pelo entusiasmo e animação. Pouco a pouco me convenci de estar, não na presença de uma estrela coreográfica, mas sim, diante de uma neurótica. Era na verdade, um tipo imponente, de cabelos cor de ônix, tez bronzeada, corpo esbelto, cheio de graça e de agilidade. No dançar, tinha ondulações de jiboia, movimentos provocantes, requebros de estontear o homem mais sério e sisudo, que ali se achasse. Vergando-se às vezes, de cabeça pendida, o olhar enlanguescido, os cabelos a adejarem-lhe em volta do rosto, onde pairavam um sorriso voluptuoso, lascivo, debochado, dir-se-ia que tinha

> diante de mim um gênio epilético, uma Vênus histérica. Através destes folguedos, notava-se a mais feliz ingenuidade. A pilhéria era despida de cores fátuas e a moral sempre respeitada, se bem se o rigor das modas despertasse aos intrusos raramente uma má interpretação. (Ibid., p. 77-78).

A respeito dos batuques dos negros relatados por Leal, encontramos em *O Negro na Formação da Sociedade Paraense,* de Vicente Salles, explicações de sua existência na região amazônica. Para este autor, Lundum, voz corrente na Amazônia de lundu, é a mais antiga expressão da lúdica negra documentada na Amazônia. Espécie de samba de roda, dança e canto comum em todo o Brasil desde o século XVIII. Popular e folclórico, o lundum abrange extensa área geográfica da Amazônia. Pode-se afirmar que, entre as danças brasileiras de origem africana, é o lundum a de maior penetração no vale amazônico (SALLES, 2004). O caráter sensual da dança é um dos pontos que distingue seus compassos vivos e sua coreografia exultante. E os versos se caracterizam por um sentido lírico, erótico, satírico, comentador da vida cotidiana e, não raro, crítico (Ibid.). Na área de influência negra mais acentuada – Baixo-Tocantins, bacias do Acará, Capim, Igarapé-Miri e região das ilhas – o lundu é geralmente dançado apenas por mulheres, cabendo aos homens fazer parte da roda. O instrumental é o mesmo, podendo aparecer cordas, cavaquinho ou viola e flauta. Homens e mulheres formam vasto círculo. A dançarina entra na roda e dança, fazendo graciosos volteios, arregaçando a saia e, jogando sobre a cabeça de um dos homens, provoca, com isto, hilaridade geral e encerra sua parte. Em sua obra, Vicente Salles apontará variações e diferenciações de lundu em outras regiões do Pará.

Leal segue descrevendo a festa, as pessoas e o espaço hoje patrimonializado em Baião. Assim continua:

> Justamente a ilharga do sítio, onde se realizava este clamoroso batuque, uma gorda mulherona, em estreito repartimento coberto por um teto de palha, assentada junto de um braseiro, assava no espeto postas de pirarucu, que eram logo vendidas aos foliões. Um rapazote que lhe servia de ajudante e cujas feições se assimilavam às da velha matrona, servia igualmente aos fregueses, sobre um balcão improvisado, cachaça, gengibirra, açaí, bacaba e outras bebidas. Na noite de 24 para 25 de dezembro, o povo em massa dirigiu-se à matriz, onde se disse a conhecida missa do galo. A data de nascimento de Cristo foi naquelas paragens, comemorada fielmente. Em todos os rostos se desenhava o mais vivo regozijo e imenso respeito em face da solenidade religiosa. A boa fé, a pura crença, tinham ali pronunciados adeptos. Felizes os que, vivendo isolados dos grandes centros, e desconhecendo vis preconceitos, gozam de uma vida longa e tranqüila. As ridículas afetações que se geram na sociedade portuguesa e brasileira transparecem levemente neste meio, sem obterem franca entrada. Ao passo que, no largo da matriz, reinava profundo silêncio, rompia os ares o constante *túgu-túgum*, e uma vozeria surda ainda partia do centro dos folguedos. Terminada a cerimônia religiosa, dispersou-se gradualmente a multidão, sem impedir, no entanto, que grupos esparsos em vários pontos esperassem o romper da aurora, para saudá-la ao som da música e de radiante alegria. No dia 25, a procissão saiu da igreja, percorrendo todas as ruas. Precedia o préstito uma caterva de pretos esquisitamente mascarados, que cantavam e dançavam acompanhados pelo irrequieto

> tambor-canudo. Senhores e cavalheiros, pertencentes às poucas famílias ali residentes, e mesmo de fora tomavam parte no acompanhamento, repletos todos de visível alegria. À noite, na residência do senhor Nascimento, houve uma reunião, dançando-se até tarde. Então foi-me dado ver que o belo sexo do Baião e suas imediações é bastante amável e sedutor, havendo alguns exemplares de sofrível beleza, e jovens de encantadores semblantes, em que a cor morena se ostentava em maioria. No meio do entusiasmo que se divisava em todos os ângulos da sala, notava-se, contudo, pequeno número de dançantes. Se a música convidava e as moças eram muitas e formosas, que faltava pois? Cavalheiros; não havia cavalheiros. Assim, a festa esfriaria, se não fosse a animação de que pareciam possuídos os poucos que ali se achavam. A dança é um exercício útil e higiênico, que não deve ser desprezado pela mocidade. Finalmente, nesta noite, dançou-se animadamente até de madrugada, saindo os convidados penhorados em peso pela atenção e delicadeza que lhes dispensaram os donos da casa (Ibid., p. 79-80).

Importante dizer que as festas descritas por Leal também eram comuns nas cidades vizinhas, desta maneira foram classificadas por Ferreira Penna, como: Natal, Ano Bom e Reis. Em meio a tantas experiências vividas por Oscar Leal em Baião, entre festas particulares na casa do Padre Miguel Fernandes e banhos de rio em frente à cidade, uma das mais curiosas seja seu registro para o primeiro veículo sobre rodas e de tração humana vista na cidade de Baião. Segue o relato:

> A gente do *túgu-túgum* conservava-se firme no seu posto. Na praça principal surgiam novidades para entreter a população. Também eu era portador duma delas: consistia no aparecimento do meu velocípede, que provocou espanto e admiração entre os foliões. A maior parte deles, habitantes daqueles centros, nunca havia visto um simples carro, quanto mais um velocípede. Os homens ao verem-me sobre o engenhoso aparelho, a descrever curvas e passar por eles em vertiginosa carreira, batiam palmas e estabeleciam considerações estapafúrdias; as mulheres mormente as velhotas, acocoravam-se benzendo-se e clamando ser aquilo obra do Diabo! As mais moças e tímidas buscavam esconder-se e as crianças, avistando-me, corriam em uma algazarra infernal. Quando passava, os curiosos formavam compacto círculo e à custa de algum mais corajoso que tentava ganhar o selim, riam a bom rir, no momento em que o chão lhe crismava o nariz (Ibid., p. 81).

Uma das interessantes passagens contidas no diário de bordo de Oscar Leal é de seu encontro em pleno rio Tocantins, já nas proximidades de Baião, com a embarcação de dois judeus marroquinos e mascates naquela região. Assim ele relatou o encontro:

> Costeada a margem e soltos os remos dos toletes, foi o barco preso sob as palmas de uns açaizeiros que projetavam sobre as águas trêmula sombra. Bem perto achava-se encostado um bote de "regatão" pertencente a dois judeus. Na popa do mesmo, resguardado por impermeável *tamacarica* (tolda), jaziam harmonicamente dispostos fardos de fazendas, gêneros de várias qualidades, artigos de perfumaria, de armarinho e quanta bugiganga e teteia pode despertar a curiosidade e a cobiça dos compradores. Uma verdadeira loja flutuante. Ao fundo da proa, havia grande quantidade de sementes de cacau e alguns fardos de borracha provenientes da compra e troca de mercadorias. Via-se ali desde o mais ordinário poaçu até o mais fino *amanaju.* Este sistema de mascateação flutuante é muito conhecido e usado nos grandes rios e produz quase sempre bom êxito desde que o negociante conheça a maneira de se fazer afreguesar, adquirindo estima e simpatia (Ibid., p. 72).

O registro de Leal traz à tona uma página importante do processo de ocupação e imigração na Amazônia, em especial na região tocantina que no início do século XIX recebeu grande leva de judeus marroquinos que espalharam-se pela região, instalando-se em povoados, vilas, beiras de rio e cidades, entre elas estava a cidade de Baião.

> As primeiras famílias de origem e fé judaicas se estabeleceram na Amazônia entre 1810 e 1820, quando esta região ainda vivia o ciclo das drogas do sertão, exportando cacau e outras especiarias como cravo, canela, anil, salsaparrilha, ipecacuanha, banha de tartaruga, penas de garça e outros produtos do extrativismo florestal e animal. A borracha, naquelas décadas, era ainda um produto de pouca demanda internacional, pois, no período de 1821 e 1830, haviam sido exportadas apenas 329 toneladas. [...] Na década de 1810/1820 quando os judeus começaram a chegar ao Pará, Belém tinha uma população de 24.500 habitantes. Marajó 10.500 e Cametá 8.050 pessoas. Eram três cidades pobres, vivendo do comércio das drogas do sertão e um pouco de borracha, que começava a aparecer na pauta de exportação. Quase toda a população nativa paraense era muito pobre e isolada. Pobreza e solidão que vinham desde os tempos coloniais (BENCHIMOL, 2008, p. 72).

A vinda dos imigrantes judeus para o Brasil, e especificamente para a região amazônica, está diretamente ligada ao processo de abertura de portos brasileiros às nações amigas em janeiro de 1808, ato assinado por D. João VI, bem como, a abertura do rio Amazonas e seus afluentes para navegação exterior, já sob o governo imperial de D. Pedro II através do decreto 3.749, de 7 de dezembro de 1886. O rio Amazonas até a sexta década do século XIX teve a sua navegação vedada às bandeiras dos navios de outras nações. As pressões do exterior eram grandes porque, nessa altura, despontava o ciclo da borracha. O interior da Amazônia não podia desenvolver-se sem acesso à livre navegação. Um novo passo político para viabilizar a colonização da Amazônia e o intercâmbio com o exterior e mais um incentivo aos migrantes judeus do Marrocos e de outros países para se estabelecerem na região, além do fascínio representado pelos altos preços da borracha amazônica nos mercados internacionais (BENCHIMOL, 2008).

A política de navegação contou com bastante incentivo federal e estadual para o estabelecimento de comunidades estrangeiras com estratégia de ocupação e desenvolvimento da região amazônica, uma vez que, esta população foi tratada nos relatórios dos viajantes, excepcionalmente no olhar do estrangeiro, como população indolente, sem aptidão para o trabalho. Esses investimentos facilitaram a interiorização dos judeus-marroquinos que, ao chegar a Belém do Pará, as sucessivas levas de imigrantes eram logo atraídas para o interior do Pará e Amazonas, estabelecendo-se em Cametá, Gurupá, Breves, Baião, Macapá, Santarém, Itaituba, Alenquer, Óbidos, Parintins, Maués, Itacoatiara, Manaus, Manacapuru, Coari, Tefé, Manicoré, Humaitá, Porto Velho e até Iquitos no Peru (Ibid.). A navegação do exterior ajudou a trazer os judeus-marroquinos para a Amazônia e a navegação interior os levou para os confins

da região, em busca de trabalho e de fortuna. Levando sempre a sua família para vencer a solidão do fim do mundo, e chamando novos parentes e aderentes de Tetuan e Tânger e das terras dos forasteiros, para formar uma ***kehilá*** e um ***ishuv*** – uma comunidade onde pudessem fazer sinagogas e obter o ***minyam*** (quórum de dez judeus) para poderem rezar e cumprir os deveres e as tradições dos seus antepassados (Ibid.).

Entre os próprios judeus que vieram para a Amazônia, haviam diferentes grupos formados e caracterizados de acordo com sua procedência e origem, entre os quais destacam-se: 1) *Serfaditas;* 2) *Askenazitas;* 3) *Foinquinitas;* 4) *Sefaraditas e Forasteiros.* Benchimol estabeleceu uma classificação muito útil: serfaditas, expulsos de Portugal, Espanha e Marrocos, que falavam português, espanhol e *haquitia* (alguns destes serfaditas tinham cidadania inglesa); forasteiros (*toshavim)*, nativos do Marrocos, que falavam *arbía* e *haquitia;* judeus sefarditas da Alsácia e Lorena, de fala francesa e alemã; asquenazitas, de língua ídiche da Europa; "foinquinitas", sefarditas do Oriente Médio ou das comunidades orientais, de língua ladino ou árabe, respectivamente (HELLER, 2010). Importante dizer que os hebraicos não se instalaram na Amazônia de uma única vez, foram quatro diferentes momentos do processo migratório de acordo com o contexto socioeconômico que se vivia na região. Desta forma:

> A primeira geração pioneira aceitou o desafio e foi para o interior- como jovens aprendizes, empregados, balconistas e vendedores ambulantes, contratados por firmas judias de Belém e Manaus- em busca de oportunidade de ganho e trabalho. *Aviados* por algum judeu próspero de Belém e Manaus, foram para o interior- Breves, Gurupá, Cametá, Baião, Macapá, Afuá... (BENCHIMOL, 2008, p. 83).

> A segunda geração: o boom do ciclo da borracha. Constituída de correligionário que havendo obtido sucesso no seu comércio, graças aos altos preços da borracha [...] conseguiram se estabelecer em Belém e Manaus, onde se tornaram grandes aviadores e comerciantes donos de empórios e armazéns, exportadores de borracha em concorrência com português, ingleses, franceses e alemães (Ibid., p. 116).

> A terceira geração de judeus-marroquinos compreende o período da grande crise, que vai de 1920 a 1950, quando, durante esse período de trinta anos, a economia amazônica entrou em crise e os descendentes da primeira geração e pioneiros, que se internaram nos mais remotos lugares, vilas, povoados e pequenas cidades da Amazônia, iniciaram o seu êxodo para Manaus e Belém (Ibid., p. 122).

> A quarta geração: Tempos dos Doutores e Profissionais. A partir do início dos anos 50 até 1970, durante perto de vinte anos, a economia amazônica atravessou novamente um período muito difícil [...] assim termina melancolicamente a terceira geração e se dá início ao quarto tempo e à quarta geração daqueles judeus-marroquinos que migraram para a Amazônia. Lá ficaram mais de cem anos e agora se transferiam, em grande massa, para o sul do país, ou quando não podiam migrar, ficavam em Belém e Manaus, abandonando a profissão dos seus pais. Com o surgimento das Universidades do Pará e Amazonas, passaram a se tornar, também, bons profissionais, médicos, doutores, advogados, economistas, contadores, auditores, administradores, engenheiros, consultores, executivos, professores, pesquisadores e tantas outras profissões e ofícios (Ibid., p. 151).

Assim como em outros lugares da Amazônia, falando especificamente de Baião, os judeus foram de mascates que navegavam os rios, furos e igarapés em seus batelões a vender suas mercadorias, passando pelos armazéns à beira do rio Tocantins, como a grandes comerciantes instalados no centro da cidade. Nahmias é registro mais antigo de sobrenome judeu do qual se tem notícia em Baião. Afastado, um pouco de Cametá, mas sob sua jurisdição, na localidade de Santo Antônio de Baião, à beira do Marariá, morava David Nahmias, que para lá foi em 1867 (HELLER, 2010). O processo de imigração dos hebraicos para região amazônica envolveu vários fatores de natureza de adaptação à nova cultura que passaram a conviver assim que chegavam. Para Benchimol (2008), na fase pioneira da chegada dos judeus no Pará, durante os anos de 1810 a 1820, poucos foram os que conseguiram ficar em Belém do Pará, sendo que a grande maioria se direcionou ao interior da Amazônia.

> Os jovens e adultos migrantes recebiam informações sobre a região, como deviam se comportar nos sítios, flutuantes, batelões, casas de comercio, portos de lenha, seringais e castanhais para onde deviam se deslocar como caixeiros-viajantes e empregados das casas aviadoras de Belém, as quais serviam de consulados na capital. Embarcavam logo para vender como regatão e comprar borracha e gêneros regionais (VELTMAN *apud* BENCHIMOL, 2008, p. 89). Se tudo desse certo nas primeiras viagens era mais prático se localizar numa pequena cidade perto de Belém, onde já houvesse seus patrícios, como Gurupá, Breves, Macapá, Cametá, Baião e lá se instalavam com comércio próprio de barracão, flutuante e casas comerciais modestas, onde a sala da frente era a loja, o balcão para atendimento dos fregueses e a parte dos fundos ficavam os cômodos da família, pois logo mandavam buscar a esposa que ficara em Belém, ou pediam a Tânger ou Tetuan que suas mães lhes mandassem uma noiva, geralmente prima ou vizinha de um *melah*ou juderia marroquina (Ibid.).

A chegada e permanência dos judeus na Amazônia, assim como dos sírio-libaneses, nordestinos e estrangeiros de outras nacionalidades, aqueceu a economia da região onde se instalavam. Para Benchimol (2008), época dos pioneiros do povoamento e do surgimento da fronteira econômica do interior que alimentava as capitais dos Estados e enchiam de impostos as arcas do Tesouro Estadual, Federal e de libras e dólares o Balanço do Comércio e de Pagamento do País. Ainda de acordo com este autor, eles vieram trazer o seu capital, talento e trabalho para tornar a Amazônia viável e próspera, mesmo que de forma efêmera e passageira.

Foi justamente por conta da pujança econômica provocada e alimentada por esse grupo, que a região tocantina registrou perseguição e até um movimento antissemita no ano de 1901. Uma onda de antissemitismo varreu as cidades de Cametá, Baião, Mocajuba, Bacuri, Arequereruba, Mangabeira, Marariá e Prainha, avançando pelas margens dos rios, onde muitos judeus tinham suas casas-armazéns. Ficou famoso o episódio do “mata-judeu” e o massacre de Massauari, em Maués (HELLER, 2010). A explicação para as hostilidades e tamanha violência proferidas contra aqueles judeus, estava concentrada na concorrência comercial que estes

imigrantes provocaram na região, além da histórica perseguição ao seu povo em vários outros países. Eles desafiavam o grande poder e o monopólio dos aviadores (*comércio de venda a crédito para o interior, no vocabulário amazônico)* portugueses e dos coronéis-de-barranco cearenses e nordestinos, que constituíam as elites dominantes que fechavam os rios e eram os donos da praça para que seu monopólio de comércio fosse mantido, pois vendiam as suas mercadorias mais baratas e compravam os produtos diretamente dos seringueiros a preços mais altos. Como o sistema era fechado e constituía um desafio ao poder dominante, eram mal vistos pela oligarquia local, pelos jornais e pelas associações comerciais, que reclamavam a concorrência desleal dos regatões judeus no interior de toda a região (BENCHIMOL, 2008).

Para este autor, judeu sempre foi, sociologicamente falando, padrão de terra boa, e aonde ele vai com a sua família e inicia o seu trabalho, a prosperidade chega. Quando ele sai é sinal de crise e depressão. Nos velhos tempos costumava-se dizer que para uma vila ou povoado crescer e prosperar na Amazônia era preciso: um caboclo para fazer roça, um cearense para cortar seringa, um judeu para vender suprimentos e comprar produtos regionais, uma filial das Lojas A Pernambucana para vender tecidos e um padre para batizar, casar e enterrar. Ainda sobre as motivações do movimento antissemita, Heller (2010) afirma que, entretanto, já havia amplo consenso de que o verdadeiro motivo foi a competência comercial porque eles, os negociantes israelitas, se contentavam com lucros modestos. O referido episódio foi noticiado pelo *Jornal do Brasil*, em 26 de abril de 1901, sob o título *Contra os Israelitas,* da mesma forma que também chegava na imprensa internacional como na Alemanha e Israel.

Para finalizar sobre a presença dos judeus na formação de Baião, ainda encontramos nos dias de hoje na cidade alguns sobrenomes oriundos desse tempo de imigração judaica para a Amazônia, tais como: *Bohadana, Benchimol, Bendelack, Bemmuyal, Nahmias e Leão.* Há poucas décadas ainda era possível encontrar os descendentes da família *Azancot*, porém, segundo informações colhidas em conversas informais, estes mudaram-se de vez para Belém, não deixando na cidade seu sobrenome. Depois dos cearenses e portugueses, no entanto, a maior contribuição, tanto quantitativa quanto qualitativa, proveio dos sefaraditas marroquinos, cujos nomes e vozes familiares até hoje colorem o caleidoscópio cultural da pluralística sociedade amazônica (BENCHIMOL, 2008).

Na obra *De Belém a São João do Araguaia - Vale do Rio Tocantins*, de 1896, o engenheiro ferroviário Ignácio Baptista de Moura, descreverá suas impressões sobre a cidade de Baião e sobre os baionenses daquele fim de século XIX. Publicada pela primeira vez em 1910, a obra é a reconstituição da viagem realizada por ele em 1896, de Belém do Pará a São João do Araguaia, no Alto Tocantins. Realizada através do rio Tocantins, essa viagem tinha o

objetivo de fiscalizar o Burgo de Itacaiúnas, atual cidade de Marabá-PA, território concedido pelo governo do Estado do Pará a Carlos Leitão, para formar uma vila e explorar a agricultura, a pecuária e o extrativismo da castanha do Pará. Por ter guardado um diário do itinerário da viagem e do contato com o universo das águas, com a natureza e com os ribeirinhos, 16 anos depois Moura publicou um livro no qual propôs, de um lado, mostrar as riquezas e o potencial do Pará tocantino e, de outro, chamar a atenção para a necessidade de se promover o crescimento econômico da região (CORMINEIRO, 2015). Nesta obra, ao chegar à cidade de Baião, Ignácio Moura descreve suas impressões:

> Pela madrugada do dia seguinte, saltando da rede e fazendo enrolar as sanefas do convés, tivemos de ficar maravilhados ante o belo panorama das altas barrancas de Baião. O céu estava de um azul lavado, tal como acontece quase sempre nos dias sucessores das noites tormentosas; o sol alastrava a imensidade do espaço de uma luz vivificante e boa, dando a linha da mataria da beirada uma cor de verde de primavera. As admirações cresciam, mas nenhum de nós tinha palheta e pincéis de artista para dar ao leitor destas notas, uma cópia daquele quadro soberbo de manhã tropical. Enfileirado no elevado tabuleiro, a que a tabatinga do rio serve de pedestal, uma linha de casas sofríveis deu-nos a entender que estávamos em frente a cidade de Baião (MOURA, 1989, p. 124).

No trajeto entre a embarcação e a sua subida até a cidade alta, o autor chama atenção no seu relato para o encontro com uma centenária mulher, disse ele: “apesar de forte talude, vi por essa ponte subir uma velha de 115 anos, chamada Victorina, que representava um bom atestado da longevidade do povo” (MOURA, 1989, p. 126). Mais adiante, após descer e subir o rio Tocantins, já de regresso a Baião e rumo a Belém, o autor se reencontra com a mulher: “encontrei junto à escada do rio, a velha Victorina, de quem já falei em outra parte, a decana das lavadeiras da cidade, e que já chegou a festejar o seu centenário, sem entregar o coração a nenhum dos guapos rapazes de seu tempo, os quais, quase todos, já foram para a eternidade” (Ibid., p. 366).

A respeito dos aspectos morfológicos e urbanos da cidade de Baião daquele ano de 1896, descreverá:

> A cidade de Baião ocupada verdadeiramente uma topografia admirável. Situada acima de um barranco argilo-pedregoso, que lhe serve de muralha ou cais natural, se estende sobre o tabuleiro ou planície elevada a 40 metros acima do nível do rio, na margem direita do Tocantins, onde se podia edificar, com todos os melhoramentos higiênicos, qualquer cidade moderna importantíssima. As casas, porém, são todas antigas e de aparência pobre, a não ser o belo edifício da Intendência Municipal, uma ou outra edificação de gosto, e uma igreja católica. A cidade tem em seu litoral uma ponte de madeira, que apesar de muito elevada acima do nível d’água no verão, ficou em fevereiro de 1896 com leito a 2 metros abaixo do rio. Vimos atracada a um dos esteios dessa construção uma canoa puramente típica do lugar, que conduzia 2 ou 3 bois, destinados ao matadouro da cidade, que raras vezes tem carne verde para seu abastecimento. A antiga e tradicional escada de 126 degraus de tábuas de acapu está convertida em uma rampa cimentada de beton e de declive suave, pela qual o viajante

> se transporta de baixo até a cidade alta. Entretanto, ainda existem outras escadas particulares, dentre as quais uma junto à casa do tenente-coronel Tocantins, muito trafegada pela serventia pública (Ibid., p. 126).

O referido autor afirmara naquele tempo que Baião é uma das cidades do Pará que tem os melhores elementos de prosperidade, sendo um município tão extenso, que a navegação a vapor não lhe poderá roubar a importância de ser um ponto obrigatório para subida e descida das cachoeiras nas quatro 5ª.s. partes do rio Tocantins. Pouquíssimos anos antes de Ignácio de Moura, especificamente em 1883, Joaquim de Almeida Leite Moraes, que viria a ser avô do escritor Mário de Andrade, após ter saído de Goiás e navegado os rios Araguaia e Tocantins, escreveu na obra *Apontamentos de Viagem*, mesmo que de forma ligeira, a cidade de Baião:

> 9 de janeiro- Ao longe avistamos uma luz; supusemos um farol, e respondeu-nos o piloto que era a iluminação de uma pequena povoação, em cujo porto chegamos às 5 horas da manhã. Saímos e fomos percorrê-la, quando seus habitantes começavam a despertar-se. Baião tem umas trinta casas cobertas de telha, uma capela bem regular, um cemitério decente e uns vinte lampiões, isto é, ultima povoação paraense na parte superior do Tocantins, e na margem direita, iluminada, e a capital de goiana às trevas. Baião está numa situação elevada e magnífica, e em condições de constituir-se bela e populosa cidade. Sobe-se do porto por uma escada de pau, enterrada cujo degraus estão na superfície (MORAES, 1883, p. 223-224).

Neste mesmo período de Ignácio Moura, haverá também o pequeno registro do geógrafo e explorador francês Henri Anatole Coudreau, em *Voyage au Tocantins-Araguaya: 31 decembre 1896 - 23 mai 1897-*, que ao passar por Baião dirá:

> Hoje à noite ancoramos em frente à Baião, das 4 às 5 horas. Baião, com cerca de 100 casas, se estende em um platô com um pico dominando o rio. Ao fundo desse platô, na margem do Tocantins, apenas uma casa. Ancorado, ao pé do planalto íngreme, vemos de Baião apenas o penhasco íngreme; com uma manobra fomos de volta ao meio do rio, descobrimos, assim, a igreja, algumas casas isoladas, um bairro inteiro da pequena cidade que parece se estender já ao descanso, com certeza do seu destino (COUDREAU, 1897, p. 2, tradução nossa).

Finalmente chegamos aos relatos do último viajante nos quais a cidade de Baião é descrita por seus aspectos urbanos e humanos sob o olhar de um estrangeiro ao lugar e ao Brasil. No ano de 1909 seria a vez de Henrique Almeida Gonçalves, outro português a registrar sua passagem por Baião. De acordo com Larêdo:

> Não sabemos a data do início. Contudo, temos a data do mês de maio de 1961, em que Henrique Almeida Gonçalves concluiu seu livro intitulado *"Nas Terras do Grão-Pará"*, editado em Coimbra-Portugal, no ano de 1964, para contar as *"atribulações de um emigrante adolescente"*, conforme ele mesmo diz no subtítulo da obra, narrando sua estada no Brasil, mais precisamente no Estado do Pará e, detalhadamente, na cidade de Baião, no Baixo-Tocantins, provindo de Portugal quando tinha apenas 13 anos, e depois para lá voltara e escreve sua odisséia. Henrique escreveu um livro terno sobre seus sofrimentos em Baião, o desperdiçar de sua juventude. Homem sensível, sua obra é a prova da sua dor, das marcas da malária, da falta de afeto, da saudade. Não conseguiu amealhar bem material algum. Mas

> imortalizou sua passagem por Baião. O livro foi escrito com ternura e eterniza seu autor. Obra rara, devia ser reeditada pela prefeitura de Baião e posto a disposição do público leitor. Será uma pequena homenagem que se pode tributar ao jovem português, pela maneira encantada com que fala da cidade e do povo baionense. Henrique, sem pretensão de ser escritor ou historiador ou mesmo antropólogo, ao pôr no papel, em Portugal, suas recordações- anotou o que viveu em três cadernos escolares- o que experimentou na vida em Baião, presta-nos preciosas informações, uma verdadeira etnografia, para melhor compreensão do passado, contando como era uma cidade do interior do Pará, centro da Amazônia, no caso, Baião, comprovando a importância de se registrar os fatos, construindo a memória, que leciona para o presente o futuro que virá (LARÊDO, 2013, p. 549).

Diferentemente dos demais viajantes, para os quais Baião era apenas uma rota de passagem, em se tratando de Henrique Gonçalves, este morou na cidade por três anos sendo morador na casa do Sr. Teotônio de Moura, bem como, caixeiro em seu armazém. Henrique chegara a Baião no dia 02 de dezembro de 1909, tendo sido encaminhado do seringal Tamanduá, em Mocajuba, cidade vizinha. Embarcou rumo a Baião no vapor *Rio Araguaia*. Assim relata sua chegada:

> No dia seguinte ao de minha chegada a Baião, logo pela manhã, fiquei surpreendido ao ouvir uns cânticos harmoniosos que vinham de uma casa que distava cerca de cem metros do estabelecimento do meu patrão. Um colega de balcão, a uma pergunta minha, informou-me tratar-se do edifício do Grupo Escolar e que quem cantava eram os alunos, iniciando assim as aulas. Fiquei a saber, também que o grupo se compunha de cinco professoras, um diretor, um porteiro e dois serventes, com freqüência de cento e oitenta alunos, aproximadamente. A hora do recreio, o diretor ministrava ginástica aos alunos do sexo masculino, dispondo para isso de apetrechos apropriados. As meninas faziam exercícios, em quintal separado, sob direção de uma professora, e dispondo de cordas para saltarem. O material didático do Grupo Escolar era completo e estava a grande distância para melhor, dos tarecos usados na escola onde aprendera em minha terra. Os alunos, regra geral, andavam descalços fora da aula, no entanto, por mais pobrezinhos que fossem, não iam assim para escola. Pelo menos levavam umas chinelinhas nos pés e traziam roupa lavada. Quando confrontava tudo isto com o que se passava na minha terra em matéria escolar, senti-a entristecido com o contraste tão desfavorável ao meu orgulho pátrio. Da casa do meu patrão freqüentavam a escola duas meninas e três rapazes. Aos serões, eu ensinava os mais atrasados e aprendia com os mais adiantados muita coisa que não sabia. O meu português ao pé do deles parecia vernáculo; depois, com o decorrer do tempo, acabei por lhes imitar o sotaque (GONÇALVES, 1964, p. 52-53).

O autor descreverá em longas páginas a sua jornada e agruras em pequenos vilarejos pertencentes a Baião, quando dos negócios comerciais de seu patrão se faziam necessários nesses lugares. Antes, fará uma descrição do pequeno centro de Baião, referencia o abastecimento de água, do qual hoje a cidade herdou seu reservatório de ferro, que, por sua vez, é o ponto de partida e eixo central do processo patrimonializador da cidade, bem como, sobre as sensações, topografia, entre outros. Assim ele diz:

> Eu gostava muito de Baião, não só porque os seus habitantes, regra geral, eram mais evoluídos e de mais alto nível social do que a gente do interior dos municípios, como também pela topografia e configuração da terra. Era abastecida de água canalizada em quase todas as casas e a principal rua tinha passeios cimentados a todo o comprimento.

> A posição da cidade, num barranco a mais de quarenta metros do nível do rio, causava satisfação ao meu espírito acostumado à região montanhosa onde nasci. Também me satisfazia ver os descampados da povoação, apenas com árvores implantadas aqui e além, o que contrastava com os outros sítios do Tocantins, como o do Tamanduá, no qual a vegetação é de tal maneira exuberante que nos amarfanha a alma. Mal diria, quando cheguei àquela cidade, que a rampa cimentada, que conduz da beira-rio ao tabuleiro cimeiro, seria o meu calvário, o principal calvário de toda esta história. Para ir da beirada do rio à casa do meu patrão, tínhamos de subir uma escadaria de betão, depois a rampa, e a seguir percorremos cerca de cinqüenta metros em plano. Nos primeiros meses, apenas ia ao rio para algum recado, para tomar banho ou para transportar, acidentalmente, algum pequeno volume. Depois, talvez por me julgarem mais taludo, arvoraram-me em carregador efetivo (Ibid., 1964, p. 58-59).

Entre suas crônicas passadas em Baião, o autor é o único entre todos os viajantes estrangeiros a registrar as sérias consequências das divergências e dissidências políticas partidárias locais que acabaram culminando em agosto de 1912, na invasão da cidade por parte de um grupo de homens armados vindos de Belém e que por razões de apadrinhamentos políticos, segundo o próprio autor, foram libertos das cadeias da capital e aterrorizaram a cidade de Baião com saques às lojas e sitiando o povoado, provocando a fuga de muitos e reações de enfretamento por parte de outros. É também de Henrique Gonçalves o primeiro e mais antigo registro da cultura popular de Baião, excepcionalmente sobre a existência de um cordão de Boi-Bumbá para bandas do bairro da Bela Flor e/ou bairro de São Francisco, reduto negro no perímetro urbano da cidade de Baião e que hoje consta no novo plano diretor municipal como Zona de Interesse Cultural.

Em linhas gerais, é importante pontuar que a grande maioria dos viajantes, em especial os estrangeiros que passaram por Baião entre os séculos XIX e início do XX, apresentaram uma forte carga preconceituosa sobre as pessoas e os modos de vida naquelas paragens brasileiras. O olhar do estrangeiro, do europeu, do letrado, acaba por definir perfis e imagens que circularão o mundo científico na Europa, sem levar em conta as peculiaridades locais. Desta forma, nos relatos de quase todos os viajantes, os moradores de Baião, bem como da Amazônia como um todo, serão classificados como figuras ociosas, lentas, indolentes e preguiçosas, sem aptidão para o trabalho, entre tantas outras classificações depreciativas.

CAPÍTULO 2

Memórias atravessadas pelo patrimônio

2 MEMÓRIAS ATRAVESSADAS PELO PATRIMÔNIO

Do que são feitas as memórias? Para Candau (2012), a memória é a própria identidade em ação, considerando que, a memória é uma faculdade e a identidade um estado. O mesmo autor as considera ambíguas, pois, segundo ele, essas duas noções estão subsumidas no termo das representações, um conceito operatório das Ciências Humanas e Sociais. A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento (CANDAU, 2012)

No sentido contrário de Candau e bastante anterior a este, mais especificamente na obra *Memória e Vida,* Henri Bergson afirmará que a memória não poderá ser tratada como faculdade, uma vez que, o passado não cessa em crescer. A memória não é uma faculdade de classificar recordações numa gaveta ou de inscrevê-las num registro. Não há registro, não há gaveta, não há aqui, propriamente falando, sequer uma faculdade, pois uma faculdade se exerce de forma intermitente, quando quer ou quando pode, ao passo que a acumulação do passado sobre o passado prossegue sem trégua (BERGSON, 2006).

Os estudos da memória dividem-se entre a Neurociência através do conhecimento da estruturação física e neural do cérebro e seu funcionamento, tal como, nascimento, vida e morte de neurônios e as sinapses (conexões neurais) que formatam nossa capacidade de aprendizagem e de memorização, contribuindo para estabelecer uma impressão mnésica cada vez que uma nova informação é adquirida (CANDAU, 2013). A memória é um fenômeno físico e bioquímico que acontece no Sistema Nervoso Central e que engloba neuroanatomia, neurofisiologia e neuroquímica. Dessa forma, é caracterizada como se situando no córtex cerebral, mais especificamente no hipocampo do lobo temporal (SANTOS, 2013). Ao esmiuçar a questão da memória dentro do espectro da Neurociência, a autora afirma:

> A amígdala cerebral é o núcleo modulador dos aspectos emocionais da memória. Os neurônios (células nervosas) são ativados por mecanismo bioquímicos, mas emitem suas mensagens por meio de atividade elétrica. As conexões entre neurônios chamam-se sinapses, que levam impulso elétrico de uma célula a outra, mediado por substâncias químicas, chamados neurotransmissores e moduladores. Na formação das memórias pelo hipocampo, participam a expressão gênica, a síntese proteica e várias vias metabólicas celulares (SANTOS, 2013, p. 136).

Ainda de acordo com Santos (2013), o fator subjetividade da memória também se fará presente no universo da Neurociência através das intensidades emocionais de fatos vividos.

Cada estado emocional é acompanhado por constelações de efeitos hormonais e neuro-hormonais (humores), situando-se a memória no limite das sensibilidades neuronais. Aprofundando ainda mais a complexa existência da memória dentro da Neurociência, Santos (2013) dividirá esta memória em três tipos, são elas: memória de trabalho, memória de curta duração e memória de longa duração. A autora assim as define:

> A chamada ***memória de trabalho***, que não forma arquivos duradouros, desaparece em segundos ou, no máximo, em minutos, é fugaz e depende da atividade elétrica dos neurônios do córtex pré-frontal, que são ativados em respostas às experiencias de cada momento e somente as vezes persiste um pouco mais, servindo para discriminar informações e selecionar quais correspondem ou não a memórias preexistentes (filtro). Este tipo de memória analisa a realidade incompreensível ou alucinatória (por exemplo, pelo cansaço extremo ou excesso de informações). O esquecimento rápido é sua propriedade fundamental; ela adapta o ser humano no mundo, quando escolhe fazer algumas coisas e evitando outras. A ***memória de curta duração*** forma-se em poucos segundos a partir da memória de trabalho, resiste por algumas horas (3-6), suficientes para formar a memória remota; mas não precisa de síntese proteica e nem expressão gênica, mas de processos moleculares e bioquímicos. Já a ***memória de longa duração*** (remota) dura 24 horas ou mais (até décadas) e é metabolicamente mais complicada (SANTOS, 2013, p. 137).

Já por sua vez, a Antropologia Social, que reconhece as formas de manifestação social da memória e suas classificações, tais como, a memória coletiva, a memória individual, a memória compartilhada, protomemória, metamemória. Este trabalho está alicerçado na Antropologia da memória, e é por este caminho que buscaremos conhecer as memórias, de homens e mulheres entrevistados, para com o patrimônio edificado e tombado na cidade de Baião, Estado do Pará. Começaremos nosso percurso tratando da memória coletiva proposta por Maurice Halbwachs (1877-1945), que assegura que as lembranças individuais originam-se no meio social em que cada pessoa está inserida, desta forma, a lembrança individual sempre será um resíduo do coletivo, pois, segundo Halbwachs, o indivíduo é fortemente influenciado pelo meio em qual vive, o que ele classificou como quadros sociais da memória (família, escola, igreja, bairro, entre outros).

Para cada quadro/grupo social há uma memória coletiva formada a partir da experiência grupal e dentro dela as experiências individuais, o que sugere uma espécie de colcha de retalhos alinhavada na mobilidade entre indivíduo e coletivo e vice-versa. Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós (HALBWACHS, 2003). Nunca nos lembramos sozinhos: pode-se resumir desta forma a tese de Halbwachs. Um indivíduo volta-se sempre para o passado, o seu ou do grupo a que pertence, socorrendo-se mais ou menos dos quadros sociais em que ele vive. A sua

memória individual é, pois, socialmente orientada, o que não significa necessariamente ser partilhada (CANDAU, 2013).

Ao considerar o proposto de Halbwachs, Candau (2013) aponta uma certa noção vaga do que viria a ser a memória coletiva, uma vez que, ela seria uma reprodução perfeitamente autônoma do passado, que emergiria de um conjunto de memórias individuais funcionando de forma muito paralela, para utilizar uma metáfora informática, ou ainda como sedimentação coletiva das aluviões de memórias individuais, para utilizar desta vez um vocabulário geológico. O autor garante que esta perspectiva não é mais defendida pela maioria dos pesquisadores que se interessam por este domínio. Ela é na verdade tão vaga como todas as retóricas comunitárias, tão ambígua quanto todas as concepções holísticas da cultura, das representações, dos comportamentos e das atitudes. Isto explica que a memória coletiva possa ter sido considerada como qualquer outra coisa de misteriosa (CANDAU, 2013).

Segundo Candau (2013), os estudos sobre memórias coletivas esbarram em três armadilhas que causam uma certa confusão. A primeira consiste em confundir as recordações memorizadas e as recordações manifestadas. Ora estas últimas não são necessariamente o reflexo exaustivo e fiel das recordações tal como elas se conservaram e cujo conteúdo permanece incerto, incluindo para os primeiros interessados. Ao citar Maurice Bloch, antropólogo britânico, Candau afirma:

> Observando as variações da rememoração aquando de um inquérito sobre as recordações do levantamento de 1947 em Madagáscar, Maurice Bloch (1995b) retirou a conclusão de que não se devia em caso algum confundir uma narrativa de um acontecimento com a recordação que os participantes guardaram dele. A parte da recordação que é verbalizada (a evocação) não é a totalidade da recordação. A descoberta da multiplicidade das narrativas possíveis de um mesmo acontecimento, estimuladas pelos contextos mutáveis, tem alcance antropológico considerável: ela mostra que a presença do passado no seio do presente é bastante mais complexa, bem menos explícita, mas pode ser muito mais poderosa do que a existência de narrativas explicitas o poderia fazer crer. [...] Desde logo, qualquer tentativa de descrever a memória comum a todos os membros de um grupo a partir das únicas recordações manifestadas só pode ser prejudicial porque ela deixa na sombra aquelas que, precisamente, não o são (CANDAU, 2013, p. 86).

A segunda armadilha consiste em induzir a existência de uma memória partilhada a partir da constatação de atos memoriais: coletivos, constatação facilitada na presença de numerosos dados empíricos: comemorações, construção de museus, mitos, narrativas, visita familiar a um túmulo no cemitério, etc. Frequentemente, nós somos enganados por um efeito de falso consenso: porque um grupo assume as mesmas referências memoriais (por exemplo, uma comemoração diante de um monumento aos mortos do 11 de novembro), nós pensamos que todos os seus membros partilham as mesmas representações do passado. Os atos de

memória decididos coletivamente podem delimitar uma área de circulação das recordações sem com isso determinar a via que cada um vai seguir. Algumas vias são alvo de uma adesão maioritária, mas as memorias dissidentes preferirão caminhos secundários ou seguirão outras vias mal delineadas. A terceira e última armadilha consiste na ideia de que o que é dito, escrito ou pensado, dá conta da existência de uma memória coletiva, ou seja, tem função muito importante - uma função metamemorial, ela reforça a crença de cada indivíduo na existência de uma memória coletiva (CANDAU, 2013).

Mas nem tudo é discordância por parte de Candau (2012), segundo ele, Halbwachs foi exitoso quando insistiu na ideia dos quadros sociais como estruturas sociotransmissoras e morada das memórias coletivas. Halbwachs teve, contudo, o imenso mérito de insistir nesta impossibilidade para o homem de memorizar fora da sociedade. A noção de memória coletiva, por outro lado, é prática, porque não há outra forma de designar algumas formas de consciência do passado (ou de inconsciência no caso do esquecimento) aparentemente partilhadas por um conjunto de indivíduos (CANDAU, 2013).

Sobre a teoria de Maurice Halbwachs, Ecléa Bosi (2016) afirmara que, para o sociólogo, a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão, em suma, com os grupos de convívio e de referência peculiares deste indivíduo. Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo; e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade (BOSI, 2016). Halbwachs não vai estudar a memória, como tal, mas os quadros sociais da memória. Assim sendo:

> A noção de quadros sociais, como sociotransmissores que a pode substituir, ajuda a compreender como as recordações individuais podem receber uma certa orientação própria de um grupo, e como essas orientações se podem tornar semelhantes ao ponto de produzir uma representação partilhada do passado que adquire então a sua própria dinâmica no que diz respeito às memorias individuais. Deste ponto de vista, a noção de memória partilhada parece mais operatória do que a de memória coletiva, no sentido que ela sugere a existência de processos concretos de convergência, de encontro e de agregação de recordações, tornadas possíveis pela presença dos sociotransmissores (CANDAU, 2013, p. 97).

Importante registrar que Maurice Halbwachs é profundamente marcado e influenciado pelas teorias de Émile Durkheim (1858-1917), sociólogo francês considerado um dos precursores da sociologia enquanto ciência. Halbwachs prolonga os estudos de Émile Durkheim que levaram à pesquisa de campo as hipóteses de Auguste Comte sobre a precedência do “fato social” e do “sistema social” sobre fenômenos de ordem psicológica, individual (BOSI, 2016). Ainda de acordo com a autora:

> Com Durkheim, o eixo das investigações sobre a "psique" e o "espírito" se desloca para as funções que as representações e ideias dos homens exercem no interior do seu grupo e da sociedade em geral. Essa preexistência e esse predomínio do social sobre o individual deveriam, por força, alterar substancialmente o enfoque dos fenômenos ditos psicológicos como a *percepção*, a *consciência* e a *memória* (BOSI, 2016, p. 53).

O esforço de Halbwachs em decodificar a memória coletiva o levará a se distinguir do trabalho de Henri Bergson (1859-1941), filósofo francês que defendeu a memória como uma força subjetiva e espiritual no qual o passado se conserva intacto sem interferências sociais ou culturais. A memória é, para o filósofo da intuição, uma força espiritual prévia a que se opõe a substância material, seu limite e obstáculo (BOSI, 2016). Nessa grande oposição de memória e matéria, a última aparece como algo genérico, indiferente, espesso, opaco. Na esteira do pensamento de Bergson, Santos (2013, p. 138) explica: "o papel do corpo não é armazenar lembranças, mas simplesmente escolher, trazendo-as à consciência, pois há uma reserva memorial que reside no nosso espírito e que o corpo tem o poder apenas de acessá-la de forma fragmente."

Para Ecléa Bosi (2016), no estudo de Bergson defrontam-se, portanto, a subjetividade pura (espírito) e a pura exterioridade (a matéria). À primeira filia-se a memória; à segunda, a percepção. Não há, no texto de Bergson, uma tematização dos sujeitos-que-lembram, nem relações entre sujeitos e as coisas lembradas; como estão ausentes os nexos interpessoais.

Noutra ponta dos estudos sobre memória, Halbwachs jogará luz sobre as instituições sociais formadoras do sujeito, para afirmar a memória coletiva como entidade mobilizadora das lembranças individuais. Desta forma:

> O caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é, segundo Halbwachs, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiencias do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, "tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista (BOSI, 2016, p. 55).

É neste universo de interseções entre uma memória ora individual, ora grupal, que buscaremos respaldos de valoração social para o processo de patrimonialização ocorrido na cidade de Baião entre os anos de 2014 a 2018, apoiada na perspectiva da ressonância patrimonial proposta por Gonçalves (2005). As entrevistas realizadas seguiram as referências de tempo e vida de homens e mulheres com algum vínculo memorial para com a região patrimonializada, ainda que, quase todos, com exceção de um entrevistado, não residam nesta

referida região da cidade, porém, em algum momento de suas biografias mantiveram com este espaço relação de vida, moradia, trabalho, lazer, celebrações, religião, família, entre outros.

Levando em consideração a disponibilidade das pessoas mais velhas, buscou-se realizar as entrevistas de maneira objetiva e prática, pois, foram sucessivas interrupções, inúmeras vezes silêncios, cansaços físicos e mentais, paradas para a alimentação das horas marcadas, bem como, para os medicamentos que os mantêm vivos e sãos em longeva idade. Respeitando os limites impostos pela idade da maioria dos entrevistados, estas interrupções eram prenúncio certo de que a entrevista já havia rendido o suficiente para composição deste trabalho, de que não seria respeitoso, muito menos proveitoso, darmos continuidade à entrevista. Portanto, ora nos depararemos com entrevistas fartas, robustas, com estofo de dados e informações; ora com outras mais curtas, espaçadas, com respostas vagas, quando não, ausência dessas respostas.

Na célebre obra *Memória e Sociedade: lembranças de velhos* (2016), Ecléa Bosi já nas suas linhas introdutórias alertara para os limites impostos pelo avanço da idade durante a realização de suas entrevistas. Suas memórias contadas oralmente foram transcritas tal como colhidas no fluxo de sua voz. E eles encontraram também os limites de seu corpo, instrumento de comunicação às vezes deficitário. Quando a memória amadurece e se extravasa lúcida, é através de um corpo alquebrado, dedos trêmulos, espinha torta, coração acelerado, dentes falhos, urina solta, a cegueira, a ânsia, a surdez, as cicatrizes, a íris apagada, as lágrimas incoercíveis (BOSI, 2016). Sabe-se que o estado emocional do narrador, as influências que sofre, pode ter um efeito sobre a natureza das lembranças evocadas sem que se possa realmente determinar se a qualificação feita do acontecimento, quando recordado, deva-se a elementos seus ou a projeção do seu humor no mesmo momento da reminiscência (CANDAU, 2012).

Foram seis entrevistados, sendo quatro homens e duas mulheres, quase todos octogenários e nonagenários, são elas: *Lucimar Lemos Gonçalves*, 94 anos, professora aposentada, viúva; *Adalgisa Rocha*, 96 anos, viúva aposentada. E eles: *Raimundo Pinto da Silva*, 87 anos, trabalhador rural, viúvo aposentado; *José Dias Rodrigues*, 88 anos, antigo Mestre de Obras da Prefeitura de Baião, aposentado; *Estulano Neves da Paixão*, 92 anos, trabalhador rural aposentado. A memória geracional é também uma memória de fundação que tem seu lugar no jogo identitário. Ela é por vezes horizontal e vertical e apresenta duas formas, uma antiga e outra moderna. A forma antiga é uma memória genealógica que se estende para além da família. Ela é a consciência de pertencer a uma cadeia de gerações sucessivas das quais o grupo ou o indivíduo se sente mais ou menos herdeiro (CANDAU, 2012).

Por último e em situação diferente dos demais, *José Henrique Silva*, este com apenas 46 anos de idade. A inclusão do último entrevistado se deu por ser ele morador e comerciante na

área patrimonializada, logo, torna-se imperioso que conheçamos suas percepções sobre o lugar, sobre o patrimônio e sobre a cidade, ou seja, um olhar pelo lado de dentro de quem vive diariamente na região em questão.

Começamos as entrevistas pelo momento presente para que pudéssemos entender/conhecer a percepção dos entrevistados sobre a cidade na atualidade. Falando do hoje, provocamos o movimento de regresso ao passado, isto é, não há como falar de um presenteísmo sem que haja um caminho traçado pelo e para o passado, desta forma, o trabalho se deu na direção inversa do habitual: presente, passado e futuro. Porque a memória organiza os traços do passado em função dos engajamentos do presente e logo por demandas do futuro. O apelo ao passado é um constante desafio lançado ao futuro, consistindo em ponderar hoje sobre o que foi feito e o que poderia ter sido feito (CANDAU, 2012). O roteiro de entrevista fora composto das seguintes indagações:

1) Como o senhor/senhora vê a cidade de Baião hoje?
2) Na sua juventude, o que o senhor/senhora imaginava que seria a cidade hoje?
3) Então, como era a cidade de Baião no seu tempo de juventude?
4) Sobre a parte antiga da cidade, o que o senhor/senhora pode nos dizer?
5) O senhor/senhora considera essa parte antiga da cidade importante? Por quê? Sabia que hoje esta parte da cidade é protegida por lei?

2.1 As entrevistas

1) Como o senhor/senhora vê a cidade de Baião hoje?

> Muito diferente. A sociedade não vale de nada. Antigamente era sociedade. As festas eram bailes, as moças eram moças. Essa cidade está uma imundície. Não existe respeito. Estou falando de segurança, antigamente Baião era uma beleza. **(Lucimar Lemos Gonçalves, 94 anos).**

> Hoje, por uma parte está boa. Antigamente era muito difícil o dinheiro. A gente vivia da roça, do marisco, nossa alimentação era bem melhor. Tínhamos arroz, feijão, maxixe, jerimum, tudo plantado por nós. Ninguém mexia na nossa plantação. Tínhamos nosso gado, leite gostoso, tirávamos seringa na ilha. **(Raimundo Pinto da Silva, 88 anos).**

> Mudou, não totalmente, mas houve mudanças. A educação melhorou, a alimentação mudou bastante, se comia muito peixe, praticamente todos os dias. Eu vendia peixe

> pelas ruas de Baião. Saia com três cambadas e vendia uma. Comércio era pouco, tinha comida, mas não tinha dinheiro para comprar. Carne era pouca. **(José Dias Rodrigues, 89 anos).**
>
> Triste. Porque hoje em dia não tem respeito, humilhado por bandido não podemos sair. Falta respeito, se tem um casco eles roubam, o matapi eles roubam, o peixe está envenenado. **(Estulano Neves da Paixão, 92 anos).**
>
> Parada no tempo. Para uma cidade localizada nessa região, deveria estar mais desenvolvida. O acesso à cidade é complicado. O transporte de mercadoria entre Belém e Baião é mais caro do que para Tucuruí. No meu ponto de vista, tem muito a se desenvolver por causa da qualidade da terra de Baião. A agricultura seria a saída para a economia local. Temos que sair da monocultura da pimenta do reino. **(José Henrique Silva Dias, 47 anos).**

A sequência de respostas dadas à primeira pergunta revela o quanto do passado ainda é balizador para que essas pessoas possam avaliar o momento presente da cidade de Baião. O passado vivido é encarado como uma espécie de modelo de sociedade, cidade e valores. Ao manifestar frequentemente a nostalgia por um passado pintado em cores dos "bons e velhos tempos", o narrador entrega-se a uma crítica de sua sociedade atual que pode revelar a exigência subjacente de mudança para o futuro. O conteúdo da narração é neste caso uma transação entre uma certa representação do passado e um "horizonte de expectativa" (CANDAU, 2013, p. 168). As respostas dos entrevistados vão em direção a um ideal de cidade que talvez nunca tenha se cumprido ao longo dos últimos cem anos de Baião, uma vez que, os próprios entrevistados denunciam um estado profundo de pobreza vivida, inclusive, com certa medida de escassez de comida. Durante o relato de dona Lucimar Gonçalves Lemos e dos senhores Raimundo Pinto da Silva e Estulano Neves da Paixão, notou-se certo pesar em suas falas, identificado pelas mudanças em seus tons de vozes, acentuando desta forma, uma frustação com o presente vivido pela e na cidade de Baião. Para Candau (2013), o estado emocional do narrador, as suas afeições, podem ter um efeito sobre a natureza das recordações evocadas, sem que se possa realmente determinar se a qualificação feita do acontecimento passado quando ele é relembrado é devido aos seus caracteres próprios ou antes à projeção da tonalidade efetivada do próprio momento da reminiscência. O autor indica que as narrativas feitas por idosos apresentam duas características específicas, são elas: tendência em embelezar o passado, efeito ao mesmo tempo do esquecimento que diz respeito sobretudo às más recordações e ao fato de que a juventude, retrospectivamente, é mais considerada como um período feliz. Por outro lado, segundo a lei de regressão de Ribot (1881) e se acreditarmos na metáfora da armazenagem-desarmazenagem das recordações de Cabanis (1884: 2013), quando a memória se desfaz, as recordações antigas tendem a estar menos afetadas do que as recordações recentes, o que se traduz, nas narrativas

de pessoas idosas, por uma sobre-representação das primeiras. Os demais entrevistados apresentaram respostas um pouco mais complacentes com o momento presente de Baião.

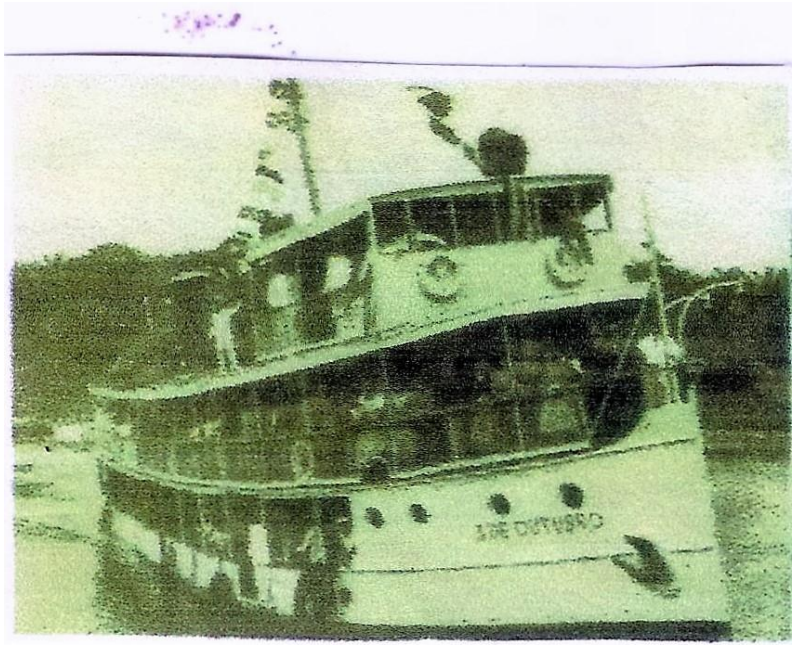
2) Na sua juventude o que o senhor/senhora imaginava que seria a cidade hoje?

> Esperava que fosse melhor, pelo menos na comunicação melhorou bastante, no transporte também. **(Lucimar Lemos Gonçalves, 94 anos).**
>
> Imaginava uma vida mais fácil, ter nossa lavoura. Hoje tudo se vende, qualquer coisa, um frango, ovo, maxixe, uxi. Naquele tempo a gente tinha a plantação da família. Não era para o comércio. **(Raimundo Pinto da Silva, 87 anos).**
>
> Que a cidade não podia ficar daquele jeito. Precisava crescer para outras áreas. A parte antiga da cidade foi esquecida e assim seria sucessivamente. **(José Dias Rodrigues, 88 anos).**
>
> Não pensávamos nisso, vivíamos o presente. **(Estulano Neves da Paixão, 92 anos).**
>
> Na realidade nunca pensei muito nisso. **(José Henrique Silva Dias, 46 anos).**

Mais uma vez, a relação passado-presente atua na determinação de parâmetros entre períodos onde a cidade de Baião é balizada entre o que foi e o que poderia ter sido, porém, nota-se que maioria das respostas dos entrevistados apontam para o aparecimento de pequenas melhorias que viriam impactar a dinâmica da cidade, como é no caso de resposta de dona Lucimar G. Lemos, que já de saída elege a comunicação e o transporte como um dos fatores de pequenas melhorias advindas de um esperado futuro. De acordo com Candau (2012), nossa memória acrescenta à lembrança o futuro dessa lembrança. Por esta mesma razão, o tempo da lembrança não é o passado, mas “o futuro já passado do passado”. Isto significa dizer que, ao fazer o movimento de regresso ao passado e de retorno ao presente, dona Lucimar G. Lemos apresenta uma noção clara de que uma dificuldade vivida no passado – no caso, transporte e comunicação em Baião – estava satisfatoriamente resolvida no presente, ou seja, as soluções para os tais problemas estavam, para aquela geração de baionenses, num futuro ou esperança que se desenhava no horizonte. Sobre esse vislumbrar o passado em um futuro, Candau (2012) o classifica como tempo real e presente real, o primeiro é o tempo interrompido, no sentido preciso de uma interrupção imaginária de fluxo de tempo. Por sua vez, o presente real é tempo contínuo, feito de heranças e projetos, ganhos e perdas, combinação sutil de um passado que não é totalmente passado e de um futuro inscrito em um horizonte de espera. Desta forma, o presente real é rico de uma “memória de ação” (CANDAU, 2012, p. 94), e o tempo real encerra uma ação sem memória.

É de suma importância salientar que a citação de dona Lucimar G. Lemos sobre a comunicação e o transporte nos remete a um longo processo histórico de distanciamentos e isolamentos do município de Baião com o restante do Estado do Pará, principalmente com Belém, a capital. Durante anos a fio os únicos meios de transporte eram os navios a vapor da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, que nasce para atender as necessidades da navegação fluvial entre as províncias do Grão-Pará e do Rio Negro, mais especificamente Belém e Manaus. A 204 quilômetros de Belém, por muito tempo, Baião ficou um tanto isolado da capital do Estado. As viagens eram demoradas e o percurso era coberto com aproximadamente cinco dias de fatigante viagem nas bajaras à vela, dificultando o comércio e o desenvolvimento do município, visto que o rio era o único caminho para Nova Vila de Santo Antônio do Tocantins. No início deste século a distância começou a ser coberta com menor tempo por vapores que sulcavam o Tocantins (REVISTA BAIÃO BICENTENÁRIO, 1979). Logo, porém, que os barcos a vapor abriram seio dessas águas, descobrindo e explorando, ponto por ponto, o território extenso e feracíssimo, permitindo a atracação em qualquer parte das margens intermediárias, edificação e a população das cidades ficaram diminuídas, e em maior proporção se foi alastrando o comércio e aumentando o número de habitações nas margens do rio, até então despovoadas (MOURA, 1989).

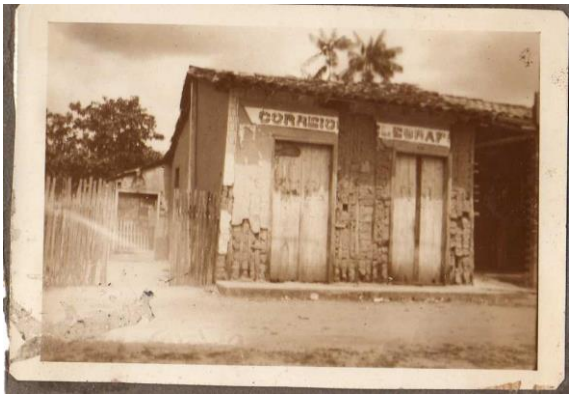
Figura 14 – Navio a vapor *03 DE OUTUBRO* que fazia a linha entre Belém e Baião no início do século XX até a década de 1950.



Fonte: Ademir Rocha.

Por sua vez, a comunicação em Baião também apresentou certas dificuldades para se estabelecer de forma eficaz, foram décadas de limitações telegráficas até a chegada da telefonia no final dos anos de 1970, com a implantação de um posto telefônico das Telecomunicações do Pará S/A (Telepará) na cidade. O posto atendia com duas linhas públicas abertas à população e alguns pouquíssimos ramais instalados na casa ou comércio de quem apresentava naquele tempo algum poder aquisitivo para ter a sua disposição este serviço. Os valores cobrados por cada ligação feita eram mensurados por minutos e segundos e o movimento diário no posto era razoavelmente grande devido às filas de espera que se formavam dentro e fora do estabelecimento. O serviço de telefonia em Baião também disponibilizava de um funcionário mensageiro que saía de bicicleta para repassar os avisos de ligações recebidas nos endereços destinados. Porém, muito antes da chegada da telefonia, a Empresa de Correios e Telégrafos era a única forma de comunicação que Baião possuía. Instalada na cidade desde a primeira metade do século XX, a emissão e recepção de correspondências/encomendas eram feitas através da chegada e partida dos vapores que chegavam de Belém mensalmente.

Figura 15 – Primeiro posto dos Correios e Telégrafos de Baião. Início do século XX.



Fonte: Arquivo de Durval Damasceno.

Figura 16 – Posto dos Correios e Telégrafos de Baião, pós-reforma. Primeira metade do século XX.

Fonte: Arquivo de Durval Damasceno.

O senhor José Dias Rodrigues nos responde com consciência de que o futuro da cidade seria o crescimento da malha urbana, sua expansão, uma vez que, para ele, a cidade de Baião não podia mais restringir-se aquele pequeno núcleo urbano, ou seja, um desenrolar de tempos e acontecimentos. A possibilidade de um futuro inevitável traz consigo uma gama de expectativas que podem se confirmar ou não numa linha de horizonte próxima, por isso, a importância de reconhecimento dessa modulação entre tempo e esperança, tempo e constatação. De acordo com Candau (2013), esta memória portadora de uma estrutura possível de futuro é sempre uma memória viva, porém, sua estrutura poderá mudar sua forma e conteúdo porque o

sujeito presentifica a informação relembrada. A relação entre o esperado no futuro e o constatado no presente também se confirma nas palavras do senhor Raimundo Pinto da Silva, que esperou por uma cidade mais sustentável nas relações interpessoais. Sua referência de futuro está alicerçada no próprio modelo de vida agrícola vivida no passado pelo entrevistado. É a forma de sustento e subsistência de uma vida mais modesta, pautada no cultivo da terra, nas trocas mútuas, numa relação quase de escambos, de permutas. O mesmo não aconteceria diante da resposta fornecida pelos senhores Estulano Neves da Paixão e José Henrique Dias, uma vez que, profundamente fincados no presente não estabeleceriam no passado uma relação horizontal com o futuro. Suas respostas, delimitam uma clara visão de presenteísmo, tanto praticado no passado como no agora. Neste sentido:

> o tempo antigo pode subsistir ao lado do novo, e mesmo nele, para os membros do grupo a quem essa transformação menos tocou, como se o grupo antigo recusasse se deixar absorver inteiramente pelo novo, que saiu de sua substância. Embora a memória atinja regiões do passado em distâncias desiguais, segundo as partes contempladas do corpo social, não é porque uns tem mais lembranças do que outros-mas porque as duas partes do grupo organizam seu pensamento em volta de centros de interesse que já não são exatamente os mesmo (HALBWACHS, 2003, p. 149).

3) Descreva como era a cidade de Baião na sua juventude:

> Muito melhor que agora, tinha-se mais respeito. Tudo de bom que não temos hoje. Alimentação era melhor, falo da qualidade. Naquele tempo usávamos cadernos de anotação, tínhamos conta. Para comprar um quilo de carne tínhamos que levar a nota. Hoje tem tudo, tendo dinheiro, tem tudo. A educação antigamente era só a terceira série, estudávamos até enjoar. As salas de aula eram nas casas, alugadas pelo Estado. A sala da casa de minha mãe era alugada para ser sala de aula. As aulas eram só pela manhã, até a terceira série. A quarta série foi dada pela irmã Lima, primeira diretora que veio para cá. A saúde era péssima, a gente se tratava com um senhor chamado Coronel, que também extraía dente, dava consulta, consulta de remédio que tinha para dar. (**Lucimar Lemos Gonçalves, 93 anos).**
>
> Antigamente em Baião as festas eram só as de santo. São Sebastião, São Pedro... Na festa de São Pedro tinha uma gravata amarrada no esteio, este era o sinal que só podia dançar de paletó (risos). Baião era só esse centro, essa bola. (**Raimundo Pinto da Silva, 89 anos).**
>
> A cidade era comandada pelo comércio, era um poder econômico, mais que político. O comércio de Baião aceitava da prefeitura um vale que apelidamos de Basílio Osório. Quem prestava serviço para a prefeitura recebia em compras. Seu Henrique Alemão era um deles. O comércio mudou a cara da cidade. A família Viera deu um impulso no comércio local. (**José Dias Rodrigues, 89 anos).**
>
> Tenho a lembrança quando a gente estudava. Tinha o tinteiro, a professora só falava duas vezes, se a gente errasse ganhava um ovo de pato (desenho). Nossa roupa era alfacina. A carteira era para dois alunos. (**Estulano Neves da Paixão, 92 anos).**
>
> Para efeito de padrão de vida era melhor. Antigamente o estudo era bom e razoável. Hoje a segurança é um problema. O acesso às drogas e bebidas trouxeram sérios problemas para a cidade. Antes podíamos andar tranquilamente a qualquer horário e

> ninguém mexia. Baião tinha ladrão de galinha apenas. Mas tem lugares com situação pior que a de Baião. **(José Henrique Silva Dias, 46 anos).**

Ao serem indagados sobre como teria sido a cidade de Baião em seu tempo de juventude, dois dos entrevistados deram relevância especial à educação no município. A educação aqui é entendida e colocada num patamar de convivências e sociabilidades, até bem mais do que o processo de escolarização em si. A senhora Lucimar G. Lemos destaca também a dinâmica da política organizacional da educação em Baião, tal como o aluguel de espaços nas residências de algumas famílias para serem usadas como salas de aulas. Já o senhor Estulano N. da Paixão refere-se ligeiramente ao processo de aprendizagem de seu tempo, ao mencionar o ovo de pato em forma de desenho no caderno. O entrevistado riu-se de maneira jocosa ao lembrar que aquele desenho era praticamente um distintivo entre os colegas de sala e um alerta da professora a respeito do erro gramatical. Sobre a escolha de ambos entrevistados pela educação na cidade de Baião como ponto de referência do passado, Bosi (2016, p. 413) dirá "o que as recordações tenham em comum, ou em paralelo, é o que esperávamos, mas o que nos chama a atenção são as diferenças de observações sobre o mesmo fato e essas lembranças em contraponto que embelezam ainda mais duas vidas já em si tão belas". Em outras palavras, ambos entrevistados abordam o mesmo campo de memória sob ângulos diferentes, o que significa discursos e abordagens diferentes de uma mesma memória.

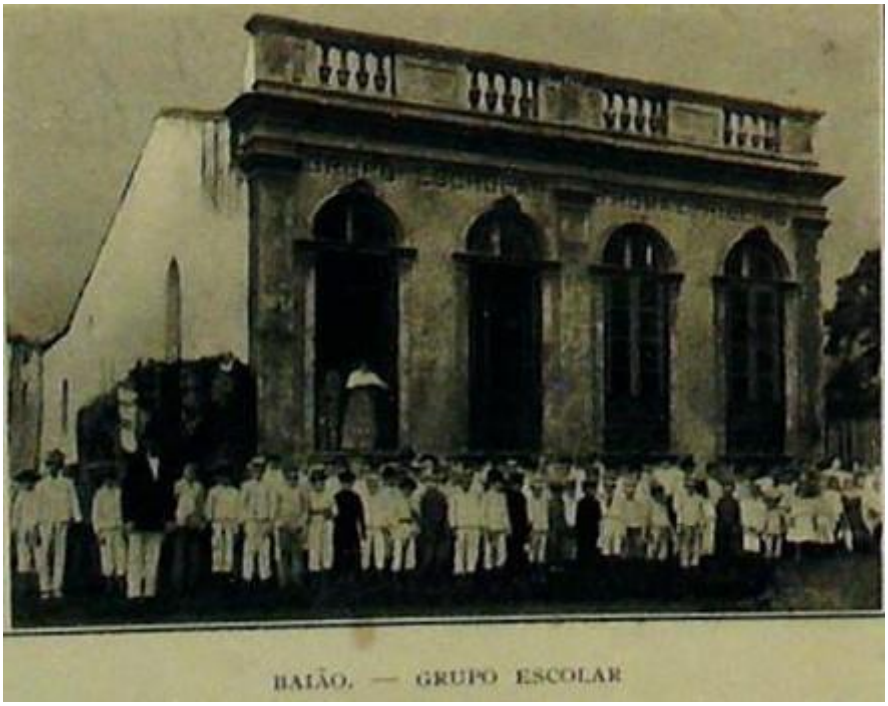
Curiosamente, o histórico da educação formal na cidade de Baião registra-se na virada do século XIX para o XX, mais precisamente no ano de 1904 através da instalação de grupo escolar na cidade, conforme documento (Mensagem) do governo do Estado do Pará encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado:

> Grupo da Cidade de Baião- Instalação deste grupo, alugou o governo em prédio de Nicandro Corrêa Seixas, que melhores condições apresentou para aquele fim, conforme o parecer do engenheiro que foi encarregado de fazer o exame das casas oferecidas ao governo (Mensagem de 07 de setembro de 1904. p. 96).

Através desta citação e deste documento encontramos a gênese do processo da educação formal na cidade de Baião, fato esse que décadas depois se desdobrará em um novo capítulo com a chegada de um grupo de freiras da ordem religiosa Filhas de São Vicente, presente até hoje na cidade. Ainda de acordo com o documento acima citado, o grupo escolar de Baião foi inaugurado em 15 de agosto de 1904, na gestão do governador Augusto Montenegro, sendo neste mesmo período Levindo Dias Rocha o intendente municipal de Baião. Após fechado acordo com o proprietário da casa, a escola foi inaugurada com o nome de Grupo Escolar Thomáz Ribeiro. Ao julgarmos pelo sobrenome do proprietário e localização do casarão que

recebeu a primeira escola formal de Baião, especula-se que este tenha sido irmão ou filho do senhor José Antônio Correa de Seixas, proprietário do casarão de 1888 que foi incluído na condição de entorno no processo de patrimonialização em Baião, uma vez que, ambos casarões eram vizinhos. Importante ressaltar o registro feito pelo português Henrique Gonçalves (ver pág. 70) quando este se refere ao grupo escolar de Baião comparado aos de Portugal.

Figura 17 – Grupo Escolar Thomáz Ribeiro, em Baião/Pa.



Fonte: Álbum do Pará de 1908. Biblioteca Pública Arthur Vianna - Fund. Cultural do Estado do Pará.

É de suma importância salientar que o Grupo Escolar Thomáz Ribeiro teve apenas nove anos de existência, quando foi extinto no ano de 1913. Desta forma:

> Nos idos de 1890 poucos eram os estudantes em Baião, visto que não havia escola e as aulas eram ministradas por alguns letrados que cobravam sempre o que era inatingível para a grande massa populacional, em consequência, apenas frequentavam escolas filhos de comerciantes ou de grandes proprietários. Contudo, a partir de 15 de agosto de 1904, a escola tornou-se acessível aos menos favorecidos com a instalação do primeiro grupo escolar denominado "Thomáz Ribeiro" ao tempo do intendente Levindo Dias Rocha, que para o perfeito funcionamento do educandário contratou as professoras Porfíria Rodrigues da Silva, Amélia das Mercês e Silva, Vitória do Carmo e Ignez Machado de Mendonça, todas normalistas, e ainda, no corpo docente, Bráulio de Jesus Lopes de Mendonça exercia o cargo de diretor. Com essa conquista o estudo em Baião se popularizou e por volta de 1906 seu corpo discente já contava com 180 alunos de ambos os sexos, funcionando regularmente e inclusive com aulas de educação física, ministradas separadamente para cada sexo e com instrumentos próprios. Em 1º de janeiro de 1913, por decreto do governador João Antônio Luiz Coelho, foi extinto o referido grupo escolar, passando as aulas a funcionarem isoladamente em casas particulares. A mais notável destas foi a Escola Isolada Mista, que funcionava onde hoje se vê a Casa Interiorana. Após a Revolução de 1930, na

> interventoria do major Joaquim Cardoso de Magalhães Barata, foram as referidas escolas transformadas em Escolas Reunidas. Até então em passos engatinhantes, Baião ganhou novo sopro com a vinda das Irmãs de Caridade da Ordem de São Vicente de Paula- as Irmãs Vicentinas- A 3 de fevereiro de 1941, que tomaram parte ativa no trabalho educacional, pois eram professoras (REVISTA BAIÃO BICENTENÁRIO, 1975, p. 18).

Importante dizer que, em 1940, Tranquilo Brito, então prefeito de Baião, tentava obter a presença das freiras na cidade, conseguindo da Irmã Visitadora a designação de três religiosas, faltando apenas a nomeação pelo governo para que elas tomassem conta da escola governativa de Baião. Assim consta no Livro de Tombo da Paróquia de Baião de 1940, documentado pelo pesquisador Salomão Larêdo na obra *Terra dos Romualdos, País dos Maparás*, de 2013. Nesta obra, Irmã Rosilda Ferreira de Oliveira narra:

> As primeiras irmãs chegaram à cidade de Baião no dia 3 de fevereiro de 1941, às 22 horas, no vapor "Almeirim". É assim que consta no resumo histórico da fundação da referida casa, arquivado na cúria congregacional, em Belém, que relata desse modo o início. Então, as fundadoras são as irmãs Vicência Monteiro (Zulmira), Clotilde Heloísa Lima (Irmã Catarina), Helena Pereira e Joana Dourado (Inês). Baião se tornava a primeira cidade no Baixo Tocantins a receber as Filhas da Caridade e a ter um colégio funcionando (LARÊDO, 2013, p. 524).

A chegada das freiras na cidade de Baião em 1941 causou grande movimentação entre os moradores da cidade com o desembarque das religiosas no trapiche municipal, com a entonação de efusivos hinos de louvores e até uma pequena celebração na igreja. A partir daquele momento, uma ordem religiosa conduziria o processo educacional na cidade com projeto de ensino que ia do jardim de infância até a quarta série e posterior admissão no ginasial. Vale dizer que, além dos serviços educacionais, as irmãs da caridade também atuavam no posto de saúde de Baião, através de pequenos atendimentos de enfermagem, bem como, faziam visitas domiciliares aos mais pobres. Pouquíssimos anos depois da chegada destas religiosas a Baião, mais precisamente em 1943/44, por razões políticas as freiras foram destituídas de suas funções na escola e no posto de saúde. De acordo com Larêdo (2013), no dia 1º de julho de 1943, as irmãs foram retiradas do posto médico e a 31 de julho de 1944, da escola. Sem se intimidarem, a 1º de setembro ainda de 1944 fundou-se o Externato da Imaculada Conceição, com 64 alunos. Em 1945 continuou com 83 alunos (Ibid., p. 528). As anotações encontradas no referido livro de Tombo da Paróquia, nos dão uma possível pista dos motivos que levaram as religiosas enfrentarem uma certa resistência local de grupos políticos que controlavam a cidade, assim consta:

> Irmãs. Uma após outra as irmãs foram dispensadas como professoras do grupo escolar, sendo alegado o motivo de que os votos de obediência ao superior eclesiástico impede a obediência ao governo. No dia 1º de setembro, as irmãs abriram um colégio

> particular, denominado Colégio Imaculada Conceição, que desde o princípio contou com boa frequência (LARÊDO, 2013, p. 513).

Ainda de acordo com Larêdo (2013), o mesmo livro também registra duas importantes situações da chegada das primeiras religiosas a Baião, quando estas foram preparar o caminho para as demais que viriam logo depois. Neste registro, surgirá o nome do senhor José Lemos como proprietário da casa alugada para as freiras, fato este, que se comparado a mensagem do governador Augusto Montenegro, dirigida à Assembleia Legislativa do Estado, sugere uma possível mudança de propriedade do casarão entre Nicandro Corrêa Seixas, primeiro nome citado em relatório do governo do Estado do Pará, em 1904, e José Lemos, o segundo nome que aparecerá no Livro de Tombo da Paróquia de Baião, já no ano de 1940. Está escrito:

> Pela "União" chegaram aqui a vinte e três de janeiro as irmãs, Helena e Vicência, Irmãs da Caridade de S. Vicente de Paulo, para preparar a residência das irmãs. O Snr. Prefeito alugou para este fim a casa de José Lemos por 50 $ mensais e uma casa para ele morar. A 27 do mesmo voltou a Belém a irmã Vicência, acompanhando um filhinho do Snr. Prefeito que ia ser recolhido ao hospital. Isto a pedido do Snr. Prefeito e exigência da senhora dele. Domingo 2 de fevereiro houve incidente desagradável. O dono da casa ocupada e alugada pelas irmãs entrou na casa em estado de embriaguez. A irmã Helena se recolheu na igreja esperando providências, que foram tomadas pelo secretário da prefeitura, a pedido reiterado do Vigário (LARÊDO, 2013, p. 512).

Com o passar dos anos o trabalho educacional administrado pelas religiosas foi sofrendo mudanças em seu formato de projeto pedagógico de acordo com o momento político da época, tais como:

> Com a chegada de Irmã Almeida, em 1955, começou a construção da Casa das Irmãs, com verbas federais e ajuda de Deus, e também a escola, com boa contribuição das irmãs, alunos e pais, que ajudaram a carregar os tijolos subindo a rampa. De 1962 a 1963 funcionava a Escola Normal Regional e, depois, a Escola Industrial Doméstica e o Ginásio Rural Jarbas Passarinho, com direção de irmã Nadir Albuquerque, que teve como substituta a irmã Flora Aragão Sabino, que deu continuidade aos trabalhos. Em 1966, a escola foi inaugurada no Ginásio Rural Jarbas Passarinho, oficializada em outubro de 1967. Em 1971, esta escola passou a ser chamada Ginásio Estadual Jarbas Passarinho. Em 1979, por força da Lei de Educação, sob a direção da irmã Rosalie Vieira, a escola passa a ser Escola de 1º Grau Jarbas Passarinho, sempre em convênio com o sistema de Educação do Estado (LARÊDO, 2013, p. 528).

Figura 18 – Freiras em atividade extraclasse, em frente ao antigo prédio do Grupo Escolar Thomáz Ribeiro, provavelmente data comemorativa.

Fonte: Acervo pessoal de Durval Damasceno.

Figura 19 – Freiras em atividade extraclasse, em frente ao antigo prédio do Grupo Escolar Thomáz Ribeiro, provavelmente data comemorativa.

Fonte: Acervo pessoal de Durval Damasceno.

Nos últimos quarenta anos a escola seguiu passando por mudanças advindas da esfera federal, como a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9694/96, e a municipalização do ensino fundamental em 1997. Outra mudança, foi a alteração do nome da escola ocorrida em 2001, devido à filosofia da ordem religiosa que conduz o trabalho à frente desta escola. Estando na direção da escola a irmã Maria Benedita Ferreira da Costa, iniciou-se o processo de

readaptação do nome da escola, que passou a se chamar “Escola em Regime de Convênio de Ensino Fundamental Instituto Imaculada Conceição”, regularizada e reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação no ano de 2003 (LARÊDO, 2013). Desta forma, a escola retoma ao seu nome de origem quando da chegada das religiosas na cidade de Baião em 1941. Naquilo que se refere ao antigo prédio que foi o pontapé inicial da estruturação da educação em Baião, este deixou de existir na década de 1960, quando foi demolido para dar lugar a uma nova construção, agora maior, moderna, adequada e mais funcional para finalidades educacionais.

Figura 20 – Estudantes e freira em frente a atual E.R.C.E.F. Instituto Imaculada Conceição.

Fonte: Nostalgia Baião.

Figura 21 – Atual E. R.C.E.F. Instituto Imaculada Conceição.

Fonte: Nostalgia Baião.

Ao apontarem a vida escolar como referências de passado e até um certo padrão de comportamento, disciplina e sociabilidade, as memórias de dona Lucimar G. Lemos e a do senhor Estulano N. da Paixão inserem-se naquilo que Maurice Halbwachs classificou como quadros sociais da memória. Neste aspecto, Bosi (2016) explica que a memória do indivíduo dependerá da relação estabelecida com as instituições sociais, tais como: família, classe social, escola, igreja, profissão, entre outros. São essas instâncias de convivências que moldarão a memória do indivíduo. É como se essas instituições sociais fossem pontos de convergências para uma vida em comunidade, ou seja, é através destes grupos (quadros sociais) que o indivíduo estabelecerá relações de identidade, pertencimento e práticas comportamentais. É através das memórias da pessoa idosa que será indicado qual quadro social mais influenciou, pesou e criou condições de experiências durante sua jornada da infância até a velhice. Sendo assim:

> O grupo é suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso seu passado. Quando o grupo é efêmero e logo se dispersa, como uma classe para o professor, é difícil reter o caráter e a fisionomia de cada aluno. Para os alunos as

> lembranças são mais sólidas, pois tais fisionomias e caracteres são sua convivência de anos a fio. O grupo de colegas de uma faculdade é, em geral, duradouro, constitui, pouco a pouco, uma história e um passado comuns, não raro se definindo por alguma maneira de atuar na sociedade que caracteriza sua geração (BOSI, 2016, p. 414).

Num caminho diferente dos entrevistados acima, os senhores José Dias Rodrigues e Raimundo Pinto da Silva referendam suas memórias na vida mais dinâmica da cidade, digamos, num plano mais aberto às circulações de pessoas, trocas comerciais, ruas e festas, diferentemente do espaço escolar fechado em seus regramentos. Comecemos pelo depoimento do senhor José D. Rodrigues, que traz para o centro informações sobre as relações políticas entre o poder público e comerciantes, o que segundo ele, tratava-se de um prestígio social em função de seu poder aquisitivo. O entrevistado cita-nos uma política de compensação salarial através da emissão de um crédito de compras nos armazéns da cidade, segundo ele, o tal crédito recebeu o engraçado apelido de Basílio Osório, no entanto, o entrevistado não soube precisar a razão deste apelido ao crédito pago pela prefeitura aos seus prestadores de serviços, mas diz ele, talvez trate-se de algum antigo comerciante da cidade que deva ter sumido da memória dos moradores. Entre os vários comerciantes que aceitavam tal crédito em compras, estava Heinrich Karl Hermann Heidtmann, popularmente conhecido em Baião como Henrique Alemão, homem de origem alemã, mais precisamente de Hamburgo, cidade portuária do norte da Alemanha. De maneira bastante resumida, alguns relatos nos dão conta que o imigrante teria fugido de seu país durante o período de ascensão política de Adolf Hitler na década de 1930. Na companhia de mais quatro amigos, teria se lançado ao mar em uma pequena jangada, sem rumo, sem direção, sujeitos a vontade do mar. E assim teriam feito a travessia do oceano até chegar ao Brasil. Informações da família dão conta de que, dois dos companheiros não resistiram a travessia e morreram, sendo seus corpos entregues ao mar. A viagem/fuga dos três alemães terminou na costa do Maranhão, donde seguiram seus caminhos no novo país. Com a nova vida no Brasil, trabalhou em um barco/motor de nome “Nova Pátria”, que pertencia a Emílio Klema- que supõem-se ser também de origem alemã - e que fazia a linha entre Belém e Tucuruí, inevitavelmente passando por Baião. Foi justamente no porto de Tucuruí que Henrique teria conhecido Quitéria Lopes da Paixão (Enoy) que estava de passagem pela cidade e que logo viria ser sua esposa. Henrique foi até Baião pedir permissão de casamento aos pais da moça. Deste casamento nasceram sete filhos. Assim começaria a nova vida do imigrante na cidade de Baião, lugar onde se tornaria próspero comerciante de nome e de prestígio social e econômico.

É sabido na cidade que Henrique Alemão, mesmo já familiarizado com a língua portuguesa e gozando de simpatia e confiança das pessoas da cidade, teria enfrentado momentos de xenofobia dada sua origem alemã, principalmente com o fim da 2º Guerra Mundial e

consequentemente com a derrota da Alemanha para os Aliados. A respeito desse período, vale frisar que, um grupo de baionenses festejando a vitória dos Aliados, grupo do qual o Brasil fazia parte, saíram em passeata pelas ruas da cidade parando em frente à residência daquele estrangeiro e deram início a uma sessão de xingamentos, provocações, cantos de chacotas e palavras de ordem para que Henrique Alemão viesse até a porta e assim pudesse ser hostilizado por todos como celebração ao desfecho da guerra. Segundo Larêdo (2013, p. 569):

> O nome da mercearia de Henrique era "A Brasileira", nome pintado numa peça de madeira, com a bandeira brasileira. E como a tábua pintada estava estragada, Henrique substituiu por uma nova e aproveitou a velha para fazer um banco para as pessoas sentarem dentro de sua casa de comércio e foi acusado de estar desrespeitando a bandeira brasileira, sendo então algemado e conduzido à prisão, em meio a tumulto grande na cidade. O prefeito à época (1953/1954) era Maurício Ramos, do Partido Social Progressista (PSP) e Henrique era ligado ao PSD. Para analistas, a prisão tinha motivação política, por ser Henrique de outro partido, com a agravante de também ser estrangeiro e ter liderança popular em razão de ser próspero comerciante; precisava ser desmoralizado publicamente.

Figura 22 – Casa "A Brasileira", armazém de propriedade de Henrique Alemão.

Fonte: Acervo da Família Heidtmann.

Figura 23 – Henrique Alemão sentado ao centro com criança ao colo, na companhia de sua esposa Enoy, filhos, cunhado, amigos e pároco.

Fonte: Acervo da Família Heidtmann.

De acordo com as informações da família de Henrique Alemão, este naturalizou-se brasileiro por volta de 1957/58, falecendo aos 77 anos de idade na cidade de Belém, Pará. Ainda sobre a posição política e social de Henrique Alemão na cidade de Baião, destaca-se:

> Henrique- conta Mary- era uma espécie de chefe político em Baião, ligado ao Barata, porque do PSD e em sua casa muita gente se reunia, por ser um local onde circulavam as notícias. Era uma casa muito bonita, com um sobrado, plantas, bem pintada, cheia de conforto, inclusive uma geladeira Gelomatic a querosene e rádio a pilha seca, que transmitia o noticiário. Lá era um ponto de encontro das pessoas. A prosperidade de tio Henrique se deve mesmo ao seu trabalho e a grande ajuda que recebeu do comerciante cametaense Gonçalves Pereira, firma forte, potente, que, em Belém, financiava a mercadoria, era uma espécie de patrão do tio Henrique, que possuía uma mercearia sortida; tinha, como se dizia, de um tudo, equivaleria hoje a uma grande loja de departamentos ou um pequeno shopping (LARÊDO, 2013. p. 569).

Figura 24 – Casa A Brasileira, armazém de propriedade de Henrique Alemão.

Fonte: Acervo da Família Heidtmann.

O senhor José D. Rodrigues também se refere aos Vieiras como comerciantes de peso em Baião. Os Vieiras, é um grupo de comerciantes formado por laços familiares, que sempre tiveram no comércio sua força de trabalho e de posição social na cidade. Fazem parte dessa linhagem um grupo de irmãos todos oriundos da comunidade Mangabeira, localizada à margem esquerda do rio Tocantins, nos limites entre o município de Baião e Mocajuba. Imagina-se que possam ser descendentes de libaneses ou judeus que vieram como mascates para a Amazônia na segunda metade do século XIX, porém, informação ainda não confirmada. Fazem parte dessa leva de comerciantes que se instalaram em Baião, os senhores: Lauro Vieira, Elpídio Vieira, Manuel Vieira e José Vieira. Todos os filhos de Benjamin e Agostinha Vieira, que segundo contam, o casal já estava instalado em Baião quando os demais membros da família chegaram. Depois desses, veio outra geração da família que seguiu no ramo profissional até os dias de hoje.

No que tange à presença da figura de Henrique Alemão nas memórias do senhor José D. Rodrigues, ainda que de maneira bastante pontual, esta presença nos remete ao processo de memória das tragédias como recurso identitário proposto por Candau (2012). Segundo este autor, a memória da tragédia pertence aos acontecimentos e contribuem para a definição do campo memorável. Ora, a perseguição vivida por Henrique Alemão não se dava tão somente por razões comerciais e políticas, mas sim, também de sua procedência alemã, uma vez que, o

mundo estava em guerra, e os horrores desta guerra ressoaram em Baião através de uma tentativa de linchamento ao alemão morador da cidade. A identidade historicizada se constrói em boa parte se apoiando sobre a memória das tragédias coletivas (CANDAU, 2012). Se a Segunda Guerra Mundial acontecia do outro lado do mundo, por que um homem que vivendo numa pequena cidade da Amazônia haveria de sentir seus efeitos? A identidade do sujeito aqui é elemento chave para que possamos compreender a razão das adversidades vividas, simplesmente pelo fato de se ser aquilo que se é. Nesta direção, Candau (2012) afirmará que a identidade (cultural, coletiva) que serviu de substrato para todos os grandes *slogans* totalitários do século é certamente uma "ideia de morte" (Ibid., p. 31). Isto significa dizer o quanto era perigoso ser de origem judaica na Alemanha ou em qualquer lugar da Europa que estivesse sobre o controle e o julgo nazista, bem como, também era arriscadíssimo ser um alemão em terras estrangeiras, quando o país em que se estava era oponente da Alemanha na guerra, mesmo que se trate de um rincão em plena região amazônica, muito longe dos locais de combates. A defesa da identidade e o sentimento de pertencimento exigem que esse peso trágico seja sentido e transmitido.

De um modo geral, a resposta do senhor José D. Rodrigues está basicamente assentada na memória da dinâmica comercial e do sistema de trocas entre grupos sociais na cidade de Baião. Neste sentido é importante afirmar que, para Halbwachs (2006), os grupos econômicos resultam do lugar dos homens, não do espaço, mas na produção, em uma diversidade de funções e também em modos diversificados de remuneração, da distribuição dos bens; no plano econômico, os homens são diferenciados e se aproximam pelas qualidades ligadas à pessoa e não ao lugar.

Por sua vez, o senhor Raimundo Pinto da Silva cita-nos como referência as festas populares, em especial, aquelas ligadas aos santos populares. As festas mencionadas pelo entrevistado não possuem uma data específica de seu início, sabe-se que elas ocorrem, no mínimo, há mais de oitenta anos nas comunidades de Sítio São Francisco e Maracanã, dois bairros vizinhos. A festividade de São Pedro está ligada à atividade pesqueira dessas comunidades, mais precisamente na de Sítio São Francisco, onde também está a sede da Colônia de Pescadores de Baião Z-34. A festa sempre acontece no dia 29 de junho de todos os anos e consiste em um cortejo pelas ruas da cidade. À frente da procissão vai a bandeira com a imagem do santo, pintada à mão, seguida a pequena imagem do santo é levada no andor pelas mulheres e crianças. Logo atrás, os homens conduzem o Mastro de São Pedro, que é um tronco de madeira, de aproximadamente de três metros e enfeitado com folhas, flores e frutos, simbolizando a fartura. Os homens que carregam o mastro, cantam e dançam realizando

manobras e gracejos, movimentos circulares, movimentos em planos altos e baixos. Durante a execução do plano baixo, quando o mastro chega rés ao chão, os demais brincantes realizam movimentos ligeiramente sensuais e/ou eróticos com as pernas abertas enquanto o mastro executa movimentos para frente e para trás. O mastro vira, neste momento, um elemento fálico dentro de uma festa do cristianismo popular. Durante o cortejo são servidas aos brincantes pequenas doses da gengibirra, bebida de cor clara que lembra um suco de limão, porém, de sabor muito forte e peculiar, pois esta bebida é feita a base de gengibre misturada à aguardente. O cortejo que acontece sempre ao fim da tarde do dia 29 de junho, depois de sair da comunidade do Sítio São Francisco, circular pelo centro da cidade, retorna para seu lugar de origem, onde a festa seguirá por toda noite.

Figura 25 – Mastro de São Sebastião, comunidade de Sítio São Francisco.

Fonte: Stéfano Paixão.

Figura 26 – Mastro de S. Sebastião, chegando ao terreiro de Mãe Zulmira.

Fonte: Stéfano Paixão.

Estrutura semelhante ocorre com a festa de São Sebastião, na qual o santo é celebrado no dia 20 de janeiro, e da mesma forma, também se registra o mastro, seus brincantes, a bebida, o cortejo, porém, dois detalhes a diferenciam da primeira festa. Primeiro, a novena para São Sebastião que antecede o dia 20 de janeiro, acontece simultaneamente tanto na comunidade do S. S. Francisco, como na comunidade de Maracanã. Segundo detalhe, as duas comunidades se desdobram para se fazerem presentes nas duas celebrações, sendo que, na comunidade de Maracanã a festa tem caráter católico, e na comunidade do S. S. Francisco a festa acontece no terreiro de Umbanda Seara de Jurema, espaço afroreligioso comandado por Mãe Zulmira Barroso, dentro do espectro do sincretismo religioso.

Figura 27 – Mãe Zulmira Barroso, celebração a S. Sebastião.

Fonte: Stéfano Paixão.

Figura 28 – Chegada do Mastro de S. Sebastião, terreiro de Mãe Zulmira Barroso.

Fonte: Stéfano Paixão.

Como já fora dito anteriormente, não se tem a data exata de quando teve início a festa em honra de São Sebastião, porém, o que se tem como memória contada pelos mais velhos, é que, nos idos dos anos 30/40 do século XX, quando Baião ainda se restringia bastante ao seu pequeno núcleo urbano central, a comunidade de Maracanã era considerada localidade bem distante, um tanto que isolada, e os homens que iam da cidade para acompanhar os festejos do santo, iam geralmente em grupos, e por se tratar de um período chamado de inverno amazônico, a chuva era companheira certa. Pois bem, a solução encontrada para enfrentar o temporal sem precisar abrir mão da festa, era que, em determinado ponto do caminho, todos tirassem suas roupas e as colocassem em uma sacola e assim seguiriam nus pela estrada até avistarem o primeiro ponto de luz que era prenúncio de que a comunidade estava perto, e a esta altura da caminhada a chuva já dava sinais de trégua. Com o fim da chuva e a proximidade do local, todos deveriam vestir-se novamente e assim apresentar-se à festa salvos e enxutos. Conforme diz o próprio entrevistado, só podia participar da festa aqueles que estivessem devidamente trajados de paletó, daí a importância de uma gravata amarrada ao esteio como símbolo de que a festa tinha organização, modos, padrão de comportamento e decência. O sentido da festa e da existência da gravata como elemento disciplinador e distintivo, expressam o que Candau (2012) denominará de reprodução e invenção da tradição, dirá:

> aquilo que denominamos como tradição própria a um grupo é a combinação entre transmissão protomemorial e memorial que interagem uma sobre a outra fazendo, por exemplo, da tradição religiosa um sistema organizado de pensamentos. Para viver e não apenas sobreviver, para ser transmitida e, sobretudo, recebida pelas consciências individuais “em inter-relação, em conexão de papeis, em complemento de funções”, essa combinação deve estar de acordo com o presente de onde obtém sua significação (Ibid., p. 121).

De um modo geral, ao tratarem da cidade de Baião em suas juventudes, os entrevistados a pontuam pelo poder e papel desempenhados pelas instituições sociais. A igreja com suas celebrações e festas, a escola e seus regramentos disciplinadores, o comércio e suas relações de trocas e privilégios e o Estado como provedor da disciplina. A seleção das lembranças de cada um revela sua identidade para com estas instituições sociais. Transmitir uma memória e fazer viver, assim, uma identidade não consiste, portanto, em apenas legar algo, e sim uma maneira de estar no mundo (CANDAU, 2012).

4) Sobre a parte antiga da cidade, o que o senhor/senhora pode nos dizer?

> A família que morava lá era a família Moura (Elpídio, Pedro e Lourival). A dona Ilda Bittencourt era dona da pensão; a praça do parque era um descampado, onde se jogava bola. Sei também que lá era a igreja que desabou quando tinha muita gente na hora da missa. Minha tia Ermita Brito foi atingida por uma telha na cabeça. A Luzia Pinto achou um cálice da antiga igreja dentro d'água, levou para o padre ver e depois não sei o que aconteceu. O cálice era de ouro. Lá onde foi o primeiro hospital de Baião era a casa do teu bisavô Ricardo Ramos, que era professor em Baião. Depois foi casa do seu Amadeu, irmão do teu avô Mundico. A Caixa D'água tinha uma bola que subia quando a caixa estava cheia. Tomei muito banho ali (risos). Todas as casas de Baião tinham água na torneira e com fartura. Teu outro bisavô Izaac Paixão, era o responsável pelo abastecimento da água em Baião. Pagava-se uma taxa, meus pais pagavam. **(Lucimar Lemos Gonçalves, 93 anos).**
>
> Tinha o Círculo Operário, que era casa e o comércio do judeu Menassés. Tinha a casa do Amadeu Santos, tinha também a casa do professor Ricardo Ramos, teu bisavô né? A rua era roçada no facão. Tinha a primeira igreja, que era onde hoje é a praça do parque. A igreja velha caiu. Onde hoje é a praça era rodeada de casas. Havia também carnaval, que era dentro das casas. Tinha na casa do teu bisavô, na prefeitura velha, tinha também na casa do teu outro bisavô, o velho Izaac Paixão. Esse pedaço da cidade atrás da igreja era só da família Paixão, a gente chamava Vila Paixão. Essas festas eram só por convites, a gente se fantasiava, as roupas eram iguais. Acontecia de ter duas festas em duas casas ao mesmo tempo. As ruas eram iluminadas por lampião a óleo. O velho Dário Tavares e o Oscarlino eram responsáveis para acender os lampiões todo dia. Eles eram funcionários da prefeitura. Tem também o nosso trapiche. O navio atracava no barranco, porque Baião não tinha trapiche, o navio era a vapor. O prefeito Mimico foi quem mandou fazer o porto. O mercado de peixe era lá embaixo. Tinha também a casa da Coletoria, hoje é um terreno abandonado. A usina era nessa parte velha de Baião. A usina tinha três motores. Tinha a Caixa D'água também que bombeava água do igarapé da encanação, a máquina era chamada de Caldeira e era movida a lenha. O Izaac Paixão e o Sito tomavam conta da casa de máquina. Lembro que o cavalo que carregava a lenha era o Bem-te-vi. Às vezes ele fugia de cansado, era um cavalo vermelho. A gente pagava uma taxa para ter água. (**Raimundo Pinto da Silva, 88 anos).**
>
> Naquela região existiu o hotel da dona Ilda Bittencourt, o cartório do município, tinha também uma casa da prefeitura que abrigava os policiais que vinham de fora. Em frente à casa do João Machado, o prefeito Pedro Moura. A casa do seu Ricardo Ramos, teu bisavô, que era professor em Baião. Ele era rígido, ensinava de graça. Havia a casa do judeu Menassés que ficava ali naquela região. O antigo jornal de Baião também era por ali. Eu mesmo achei algumas vezes os tipos (teclas, letras) do maquinário. Era a primeira gestão do Chico Ramos, trabalhei na ampliação da igreja. Quando cavamos demos certinho na tubulação que existia ali embaixo. Era um tubo de ferro inglês, de 100 milímetros (4 polegadas). Cada tubo tinha quatro metros. Não tenho muita certeza, mas

> acho que foi no governo do Durval Damasceno que ela foi desativada por não atender mais as necessidades de Baião. A parte de cima (tampa) do reservatório não é mais original. Na época do Chico Ramos ele tentou tirar, mas os vereadores não deixaram. O Armando Rocha sugeriu uma pequena reforma. Lembro que a porta principal da prefeitura velha era de vidro seguida de uma porta de madeira (acapú), trabalhada, talhada, recortes. O teto era trabalhado em madeira. Cada ambiente era um forro diferente. Eram desenhos de meia esquadrias. O assoalho era de acapú e pau-amarelo. O banheiro era nos fundos, o vaso sanitário era dos antigos e a pia do mesmo material. A Escadaria do Pau-da-Gaivota eu a conheci quando ainda era de madeira e sobreposta no barro. Foi o prefeito Durval Damasceno que construiu ela de concreto. Ele juntou a funcionalidade com a vontade de embelezar. Quem a construiu a mando do prefeito foi o Diomédio. Suponho que foi pensada por um arquiteto. Ali também existiram duas usinas termoelétricas, o motor era Catterpiller. Lembro que umas duas vezes roubaram o magneto do motor. **(José Dias Rodrigues, 88 anos).**
>
> Só me lembro da Caixa D'água de ferro. Ela tinha escada de ferro. Água encanada só no centro da cidade. Tinha um senhor chamado Izaac Paixão que ia toda madrugada, às 03:00 da manhã colocar lenha para fazer a máquina funcionar. Às 06:00 ele dava o apito, que era o sinal que a água ia chegar. Mas a água era só para cidade, para as casas do centro. Da prefeitura velha, me recordo que quem trabalhava lá era um tal de Ramiro da Conceição. A escadaria do Pau-da-Gaivota quem fez foi o Durval Pires Damasceno, antes era uma descida feita no chão. (**Estulano Neves da Paixão, 92 anos).**
>
> Sei bem pouco sobre isso, mas sei da necessidade de preservar. A Caixa D'água é a mais antiga do interior do Estado. Por se tratar de um patrimônio com esse know hall, deveria ser restaurada como merece e não apenas pintar. Tem que haver um restauro criterioso, pois esse tipo de material não sei se ainda se encontra. Na época que o mercado funcionava, as pessoas jogavam resto de água com sangue e sal, isso danifica a estrutura da Caixa D'água. **(José Henrique Dias, 46 anos).**

De tudo que foi dito pelos entrevistados, a antiga igreja de Nossa Senhora do Rosário e a Caixa D'água de Ferro, são personagens recorrentes das memórias dessas pessoas. A praça João Câncio, mais conhecida na cidade como Praça do Parque, é oriunda do núcleo de ocupação urbana mais antigo de Baião que se tem notícias. Foi no entorno dessa praça que se desenvolveu vidas e práticas sociais que já foram relatadas por estrangeiros que passaram pela cidade no século XIX, como por exemplo a existência da igreja, tão falada e mencionada nas memórias de outras pessoas mais velhas de Baião, e seu arraial com caramanchões, batuques, festas, folguedos e comidas que foram descritas por viajantes. A respeito do antigo arraial ligado à igreja do Rosário descrita pelo viajante Oscar Leal, integra-se de maneira definitiva a descrição feita por Sandoval Ramos (2013) para os festejos populares, diz ele:

> Outras manifestações religiosas foram levadas a efeito no município de Baião e, nas localidades interioranas, ainda são festejados os santos padroeiros. Na sede, a veneração popular que foi extinta, mas que não pode ser esquecida, visto sua importância no passado, foi a festa do Rosário: tradição religiosa e folclórica de origem afro-lusitana, que iniciava em dezembro no período natalino, e encerrava em janeiro no dia seis, quando era comemorado o dia dos reis. O rei e a rainha eram escolhidos no ano anterior para o desempenho desse papel. No início da festividade, os soberanos desse evento eram levados pelos fiéis e pelo grupo de foliões do bangulê (chamavam banguê) até a igreja onde recebiam as coroas. Eles assistiam à ladainha e retornavam aos seus barracões erguidos em local escolhido chamado arraial,

> seguindo-se daí o tradicional samba de cacete. Isso acontecia durante o período dos festejos, que encerrava no dia seis de janeiro com a escolha do rei e da rainha do ano seguinte. A intransigência de alguns párocos de não acatar realização do ritual da coroação do rei e da rainha no recinto da igreja, fez com que essa manifestação de religiosidade popular fosse extinta em meados da década de 30 do século XX. Não obstante, tem-se o conhecimento da realização de folclore desse gênero em outras paróquias deste Brasil. (RAMOS, 2009, p. 61).

A tradição oral conta que esta igreja teria desabado no ano de 1917 logo após a celebração de uma missa, e que, por muitos anos objetos sacros foram encontrados aleatoriamente entre a terra firme e nas águas do rio Tocantins, especificamente, na parte destinada a banhos. A principal peça mencionada nos relatos das pessoas são sempre cálices de ouro e/ou de prata e posteriormente suas tampas. Por muito tempo acreditou-se que esta igreja estivesse ligada à fundação da cidade de Baião em 1694, pois, convencionou-se dizer que, por aquele lugar o português Antônio Baião teria escalado o paredão de tabatinga e ao chegar no alto fundou a cidade de Baião, cumprindo então a missão sesmeira.

Documentos levantados recentemente sugerem que a igreja do Rosário pode ter sido construída por volta de 1872, dado ao teor da denúncia anônima feita contra o coronel José Antônio Correia de Seixas, principal liderança política de Baião naquele tempo e primeiro dono do casarão de 1888, que está adscrito no processo de tombamento em Baião na condição de entorno. Vejamos a denúncia:

Figura 29 – Denúncia anônima contra José Antônio Correia de Seixas.

Baião, 26 de Maio de 1872.

Sr. redactor.—Occorrem factos tão graves por estes lugares que a sua narração corre o risco de ser averbada de falsa, maxime quando os criminosos teem tido a habilidade de illudir a opinião publica, ante cujo tribunal se apresentão mascarados como homens honrados, e verdadeiros patriotas.

Vamos hoje occupar-nos d'um d'esses factos, isto é, vamos fallar-lhe de um dos *bellos feitos* do nosso coronel o sr. José Antonio Correia de Seixas.

No anno passado este sr. combinado com os srs. Jacintho Pereira de Carvalho e Francisco de Brito destelharão a igreja de N. S. do Rozario d'esta Villa, e com as tellhas desse templo cobriram suas propriedades particulares! Não contente com isto, o sr. coronel Seixas, ou por outra, vendo que ninguem se apresentava para pugnar pelos interesses do povo de Baião, pois que aquella igreja fôra feita com donativos e serviços dos habitantes, auxiliados pelo governo com a quantia de 1.000·000 rs., tratou este anno de arrancar as pernas mancas da mesma igreja, que assim ficou completamente inutilisada.

Cremos que o facto é tão grave que não carece de commentarios.

Passemos a outro assumpto.

Consta-me que n'esta data dous vereadores da camara officiaram ao exm. sr. presidente da provincia, consultando se é incompativel o exercicio do cargo de collector geral com o de agente do correio, secretario da camara, commandante de companhia, visto que o nosso collector reune em si todos estes cargos, com grave detrimento do publico serviço.

Esperamos a solução á mesma consulta, chamando entretanto desde já a attenção da presidencia para estas cousas,

Por hoje ficamos aqui.

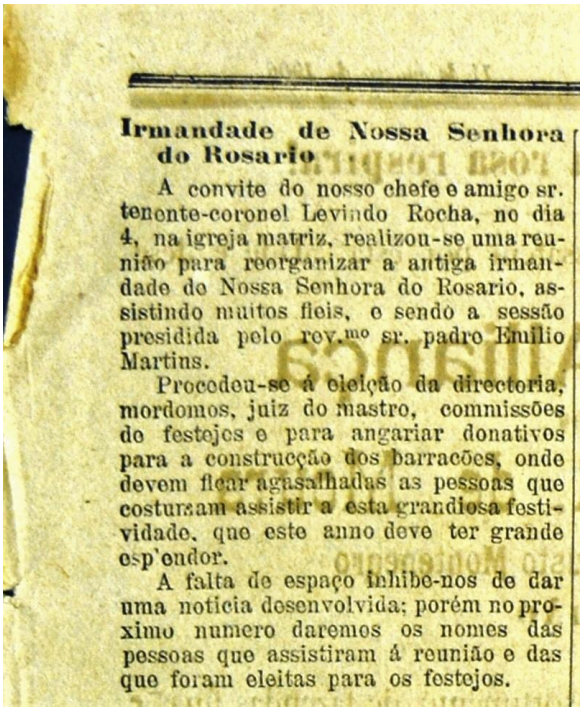
Com a publicação d'estas linhas, sr. redactor, muito obrigara o seu constante leitor

W.

Fonte: Arquivo Público Arthur Vianna, Obras Raras, acervo digital.

Este será o registro mais antigo que se tem a respeito da igreja de Nossa Senhora do Rosário, lembrando que, a referida igreja está presente nos relatos de vários viajantes que estiveram em Baião no final do século XIX, conforme já fora descrita no tópico 1.4 da primeira parte deste trabalho. O culto à Nossa Senhora do Rosário em Baião também registra a existência de uma irmandade que tinha como responsabilidade organizar os festejos e o arraial. Durante a realização desta pesquisa, infelizmente, não foi encontrado nenhum material de natureza visual, como fotografias, gravuras, pinturas, planta baixa, croqui ou rabiscos referentes à igreja do Rosário. Portanto, as informações concentram-se no cruzamento dos depoimentos das pessoas mais velhas, nos documentos e relatos de viajantes da época.

Figura 30 – Jornal O Baionense, de 11/03/1906.



Irmandade de Nossa Senhora do Rosario

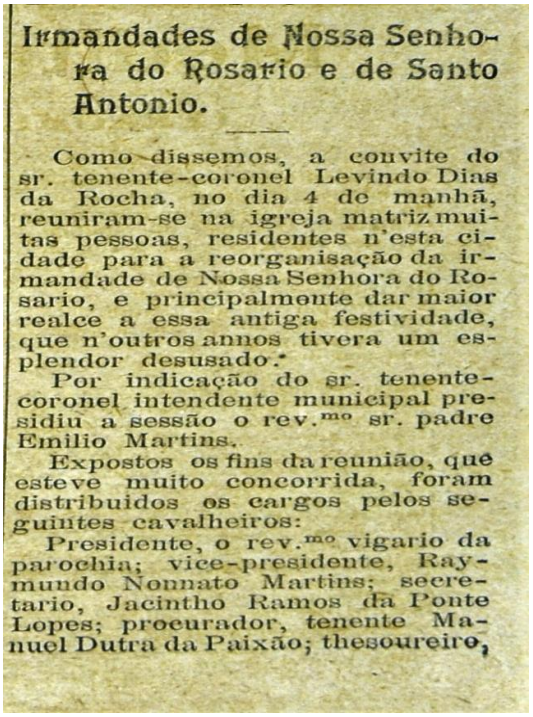
A convite do nosso chefe e amigo sr. tenente-coronel Levindo Rocha, no dia 4, na igreja matriz, realizou-se uma reunião para reorganizar a antiga irmandade de Nossa Senhora do Rosario, assistindo muitos fieis, e sendo a sessão presidida pelo rev.mo sr. padre Emilio Martins.

Procedeu-se á eleição da directoria, mordomos, juiz do mastro, commissões de festejos e para angariar donativos para a construcção dos barracões, onde devem ficar agasalhadas as pessoas que costumam assistir a esta grandiosa festividade, que este anno deve ter grande esp'endor.

A falta de espaço inhibe-nos de dar uma noticia desenvolvida; porém no proximo numero daremos os nomes das pessoas que assistiram á reunião e das que foram eleitas para os festejos.

Fonte: Arquivo Público Arthur Vianna, Obras Raras, acervo digital.

Figura 31 – Jornal O Baionense, de 18/03/1906.



Irmandades de Nossa Senhora do Rosario e de Santo Antonio.

Como dissemos, a convite do sr. tenente-coronel Levindo Dias da Rocha, no dia 4 de manhã, reuniram-se na igreja matriz muitas pessoas, residentes n'esta cidade para a reorganisação da irmandade de Nossa Senhora do Rosario, e principalmente dar maior realce a essa antiga festividade, que n'outros annos tivera um esplendor desusado.

Por indicação do sr. tenente-coronel intendente municipal presidiu a sessão o rev.mo sr. padre Emilio Martins.

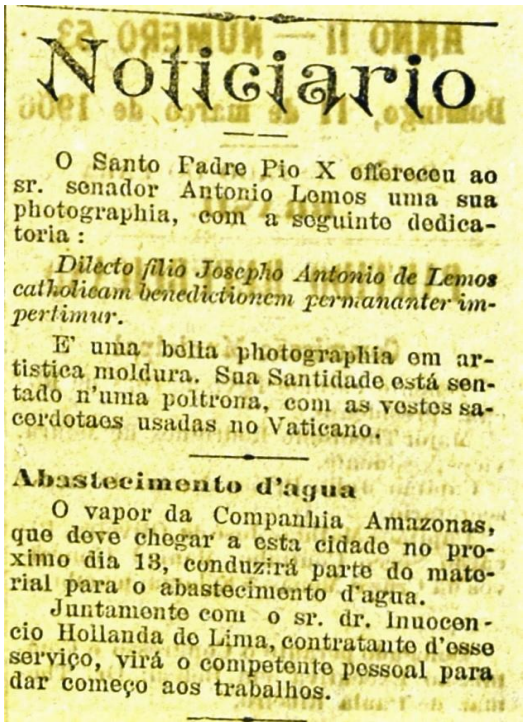
Expostos os fins da reunião, que esteve muito concorrida, foram distribuidos os cargos pelos seguintes cavalheiros:

Presidente, o rev.mo vigario da parochia; vice-presidente, Raymundo Nonnato Martins; secretario, Jacintho Ramos da Ponte Lopes; procurador, tenente Manuel Dutra da Paixão; thesoureiro,

Fonte: Arquivo Público Arthur Vianna, Obras Raras, acervo digital.

O sistema de abastecimento de água em Baião datado de 1906 e hoje materializado na Caixa D'água é o segundo ponto de convergências das memórias pesquisadas. A instalação do sistema teve início no ano de 1905, sendo responsável pela obra o engenheiro Inocêncio Holanda de Lima, oriundo da capital do Estado para esta finalidade. De acordo com jornal da época, o material foi todo feito em ferro inglês, chegou a Baião em partes separadas e em datas diferentes, transportados pelos vapores que desciam o rio Tocantins, até sua completa formação e inauguração em 07 de setembro de 1906. O mencionado engenheiro Inocêncio de Holanda Lima, é o mesmo que esteve na equipe de construção do Reservatório Paes de Carvalho, em Belém. É bastante provável que parte de sua equipe de trabalho também esteve envolvida na instalação do sistema de água em Baião.

Figura 32 – Notícia do Abastecimento de água em Baião. Jornal O Baionense, 11/03/1906.



Noticiario

O Santo Padre Pio X offereceu ao sr. senador Antonio Lemos uma sua photographia, com a seguinte dedicatoria:

Dilecto filio Josepho Antonio de Lemos catholicam benedictionem permananter impertimur.

E' uma bella photographia em artistica moldura. Sua Santidade está sentado n'uma poltrona, com as vestes sacerdotaes usadas no Vaticano.

Abastecimento d'agua

O vapor da Companhia Amazonas, que deve chegar a esta cidade no proximo dia 13, conduzirá parte do material para o abastecimento d'agua.

Juntamente com o sr. dr. Inuocencio Hollanda de Lima, contratante d'esse serviço, virá o competente pessoal para dar começo aos trabalhos.

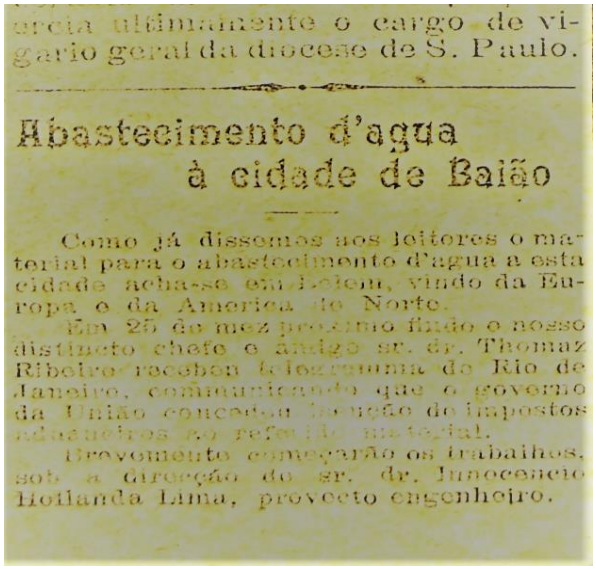
Fonte: Arquivo Público Arthur Vianna, Obras Raras, acervo digital.

Figura 33 – Equipe de construção do Reservatório Paes de Carvalho, em Belém. Sentado ao centro (de guarda-chuva) está o engenheiro Inocêncio de Holanda Lima.

Fonte: BALEIXE, Haroldo. Reservatório Paes de Carvalho, histórico e problemas relatados em 1908. Blog da Fau, Belém, 20.07.2012. Disponível em: https://fauufpa.org/2012/07/20/reservatorio-paes-de-carvalho-historico-e-problemasrelatados-em-1908//. Acesso em: 04 maio 2019.

O mesmo jornal noticiava, em 4 de fevereiro de 1906, a informação que o governo brasileiro isentara o município de Baião de todos os impostos alfandegários aplicados a produtos de importação pela entrada do material do reservatório no país. Devido ao seu alto grau de envelhecimento e de ilegibilidade, transcrevemos logo abaixo, a notícia reportada no jornal *O Baionense*.

Figura 34 – Jornal O Baionense, 04/02/1906[1].



ureia ultimamente o cargo de vigario geral da diocese de S. Paulo.

Abastecimento d'agua à cidade de Baião

Como já dissemos aos leitores o material para o abastecimento d'agua a esta cidade acha-se em Belem, vindo da Europa e da America do Norte.

Em 25 do mez proximo findo o nosso distincto chefe e amigo sr. dr. Thomaz Ribeiro recebeu telegramma do Rio de Janeiro, communicando que o governo da União concedeu isenção de impostos aduaneiros ao referido material.

Brevemente começarão os trabalhos, sob a direcção do sr. dr. Innocencio Hollanda Lima, provecto engenheiro.

Fonte: Arquivo Público Arthur Vianna, Obras Raras, acervo digital.

Até o momento, este é o único registro a respeito da procedência da Caixa D´água de Ferro de Baião, sendo que foram realizadas inúmeras investidas ao arquivo da Companhia Docas do Pará na busca de documentos que informem a entrada do material pelo porto de Belém, porém, sem sucesso. A burocracia institucional dificultou a coleta de fontes/dados desta pesquisa. O sistema de abastecimento de água em Baião foi realizado durante a gestão de Levindo Dias da Rocha, intendente municipal entre os anos 1903-1915 e de 1926-1929. Segundo Ramos (2009), Levindo Rocha foi o intendente que mais tempo ficou no poder. Havia naquele tempo uma expectativa de melhoramentos das condições higiênicas de Baião, como a construção de calçadas e canelas para escoamento da lama. O abastecimento de água encanada era o principal entre os melhoramentos. Um dos argumentos para a criação do sistema de abastecimento de água em Baião, talvez seja o principal, era interromper o consumo de água

[1] "Como já dissemos aos leitores, o material para o abastecimento d'água a esta cidade acha-se em Belém, vindo da Europa e da América do Norte. Em 25 de mês próximo findo, nosso distinto chefe e amigo sr. dr. Thomáz Ribeiro recebeu telegrama do Rio de Janeiro, comunicando que o governo da união concedeu isenção de do imposto aduaneiro ao referido material. Brevemente começarão os trabalhos, sob a direção do sr. dr. Inocêncio de Holanda Lima, provecto engenheiro" (Texto da Figura 34).

coletada diretamente do rio Tocantins, que naquele período apresentou riscos à saúde da população, bem como, facilitar a vida de quem precisava descer/subir a empinada ladeira da cidade equilibrando a lata d'água na cabeça, tarefa ingrata geralmente designada às mulheres das casas. Assim noticiou o jornal local:

Figura 35 – Jornal O Baionense, 25/03/1906.

ANNO II — NUMERO 55

Domingo, 25 de março de 1906

BAIÃO—ESTADO DO PARÁ
BRASIL

PARTIDO REPUBLICANO

Commissão Municipal

Tenente-coronel Levindo Dias da Rocha, presidente.
Major Theotonio Rodrigues de Moura, vice-presidente.
Capitão Julio Primo Aarão de Brito, secretario.
Capitães Mathias José de Oliveira, Ricardo Secco Coutinho, Manuel Gonçalves da Cruz e Menassé Ephima, membros.

Delegado perante o Congresso e Commissão Executiva em Belem: Dr. Thomaz de Paula Ribeiro.

O abastecimento d'agua

Trouxe-nos o vapor *Cabral*, chegado ao nosso porto no dia 23 do corrente mez, parte do material encommendado para o abastecimento d'agua potavel aos habitantes da cidade de Baião, (e em poucos dias teremos aqui o restante), obra inadiavel e entregue á competencia do distincto engenheiro sr. dr. Innocencio de Hollanda Lima, melhoramento que honra a administração municipal baionense, provando que os reditos publicos são empregados com criterio e zelo no interesse dos municipes.

A agua será canalizada para as casas, a pedido dos respectivos proprietarios, e em differentes pontos da cidade haverá postes de ferro com torneiras para serviço do publico.

Dissemos obra inadiavel e affirmamos uma verdade.

Até hoje, n'este municipio como nos outros da zona tocantina, em geral, a população serve-se das aguas do rio, d'ahi a origem das pavorosas febres, além d'outras doenças provenientes do impaludismo, assim como da morphéa, que no Tocantins faz tantas victimas, e mercê de Deus ainda não attingiu este municipio.

A' iniciativa do sr. tenente-coronel Levindo Dias da Rocha, digno intendente, auxiliado efficazmente pelo sr. dr. Thomaz Ribeiro, devemos a realisação d'esse urgentissimo melhoramento publico, que teve approvação unanime do Conselho Municipal e os louvores d'esta população laboriosa, reconhecedora e grata á gestão municipal do chefe do municipio, zeloso cumpridor do seu mandato, trabalhando com o maior desinteresse e patriotismo pela prosperidade de Baião.

De poucos annos a esta data a administração municipal tem-se dedicado em engrandecer esta hospitaleira terra, hoje, sem lisonja ou vaidade, apontada pelo progresso, desenvolvimento do commercio e lavoura, condições hygienicas e melhoria de alimentação; e dentro de curto periodo será uma das cidades do interior onde os melhoramentos publicos se multiplicaram com methodo e criterio, e ao mesmo tempo com indiscutivel economia.

Aos homens cultos não restam dúvidas da necessidade urgente de transformar as cidades e villas do interior do Pará, ainda, com algumas excepções, cheias de defeitos, sem condições de habitabilidade. Esqueceram-se os fundadores das commodidades publicas hoje exigidas para conforto da população, de condições de hygiene e embellezamento.

Os projectos do digno intendente municipal de Baião, com o apoio e dedicação do nosso honrado chefe sr. dr. Thomaz Ribeiro, não se limitam a certos melhoramentos, muito em moda, de calçar uma rua, mudar-lhe o nome, abrir uma travéssa ou alargar uma praça.

E' mister que uma cidade, digna d'este nome, cuide quanto antes da arruação, nivelamento das ruas, abastecimento d'agua e luz, limpeza publica, afastamento dos dejectos, regulamentação das construcções, além da viação rapida, segura e economica.

E', pois, com o maior jubilo, que podemos affirmar que a cidade de Baião vae transformando-se radicalmente, tornando-se em poucos annos uma cidade moderna, sem o aggravo de novos impostos, dentro das verbas do orçamento, como se verifica pelo que existe, pelos trabalhos encetados ou em projecto.

Sem violencias nem sacrificios ha de effectuar-se a transformação da cidade, não esquecendo as villas e povoações do municipio.

Realmente uma cidade do interior não póde competir em palacetes, praças ajardinadas e monumentos com as capitaes. Estas possuem recursos para essas bellezas, que maravilham os viajantes, recursos que têm produzido verdadeiros milagres, como a cidade de Belem, desde que a administração foi entregue ao nosso benemerito supremo chefe sr. senador Antonio Lemos, que póde transformar completamente a capital do Pará, causando a admiração de nacionaes e estrangeiros.

O que precisamos no municipio de Baião é acabar com o vezo d'alguns proprietarios, julgando que uma cidade do interior deve ter palhoças em vez de moradias hygienicas. E' necessario convencel-os que uma casa deve ter esthetica, ser commoda e saudavel, construida com segurança e conforto; e tudo se póde realisar economicamente, sem vexames nem sacrificios.

As casas existentes, em más condições, poucos confortaveis e e anti-hygienicas, serão reformadas pelos seus proprietarios pouco a pouco; e as que se construirem ficarão d'ora em diante sujeitas á fiscalisação da municipalidade, de maneira que brevemente Baião será uma cidade moderna, agradavel e principalmente salubre.

Vamos ter boa agua potavel: é o começo da serie de melhoramentos e motivo bastante para congratularmo-nos com o povo d'esta terra e os patrioticos chefes politicos, em boa hora collocados á frente dos destinos do municipio.

Baião não olvidou as recommendações e conselhos do venerando e supremo chefe do Partido Republicano Paraense, quando, com a sua palavra auctorisada, disse, com razão e firmeza: *é preciso tratar de melhoramentos nos municipios do interior do Estado.*

«A Provincia do Pará»

Em 25 de março de 1876 appareceu em Belem *A Provincia do Pará*, fundada pelos srs. dr. Joaquim José de Assis, Antonio Lemos e Francisco de Sousa Corqueira.

O primeiro e o ultimo desapparecceram nos mysterios de além tumulo, deixando fundas saudades.

Eram tres homens trabalhadores, illustrados e conhecedores d'esta *via dolorosa* que se chama vida de imprensa;

Fonte: Arquivo Público Arthur Vianna, Obras Raras, acervo digital.

Figura 36 – Levindo Dias Rocha, Intendente Municipal de Baião.

Fonte: Acervo pessoal de Adalgisa Rocha.

O sistema de água encanada em Baião, muito embora tenha ficado restrito ao centro da cidade, previu também a instalação de torneiras públicas ao longo de seu traçado como forma de atender às famílias que estivessem fora do núcleo principal e/ou atender aqueles que por alguma razão não pudessem pagar por este serviço doméstico. O senhor Izaac Paixão, personagem constantemente citado pelos entrevistados, era o funcionário da prefeitura responsável pelo funcionamento da casa de máquina que bombeava água do igarapé da Encanação até o reservatório no centro da cidade. Vale dizer que, por ter sido esse o local de coleta da água, o referido igarapé recebeu o nome de Encanação, justamente por conta dos canos e tubulações do sistema de água encanada. De acordo com os entrevistados, a empreitada de Izaac Paixão começava por volta das 03h da manhã, colocando a lenha para queimar na caldeira até pegar pressão, para que, desta forma, a água fosse bombeada até o seu destino final. Essa lida entre o homem e a máquina demorava por volta de duas a três horas para que se atingisse o seu ponto alto, quando o dia já estava amanhecendo e através do acionamento do apito/sirene a cidade de Baião era avisada que a água já estava a caminho das torneiras das casas.

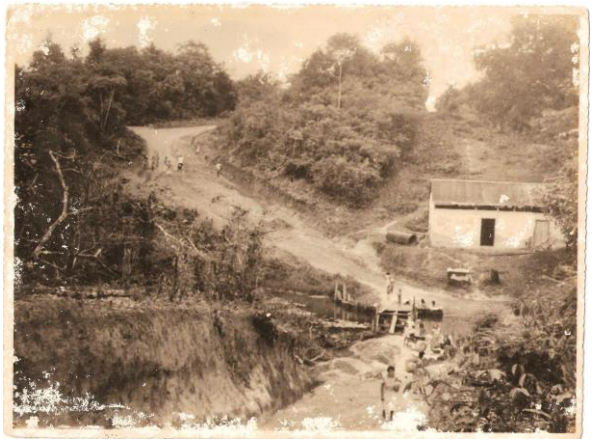
Figura 37 – Izaac Silveira da Paixão.

Fonte: Acervo de Antônio Éden da Paixão de Brito.

Figura 38 – Srs. Durval Pires Damasceno, Enéas Coelho e Izaac Paixão. O segundo da esquerda p/ direita não foi identificado. Na ponte sobre o Igarapé da Encanação e ao fundo a casa de máquina que bombeava água do igarapé até o reservatório que abastecia a cidade de Baião.

Fonte: Acervo de Durval Damasceno.

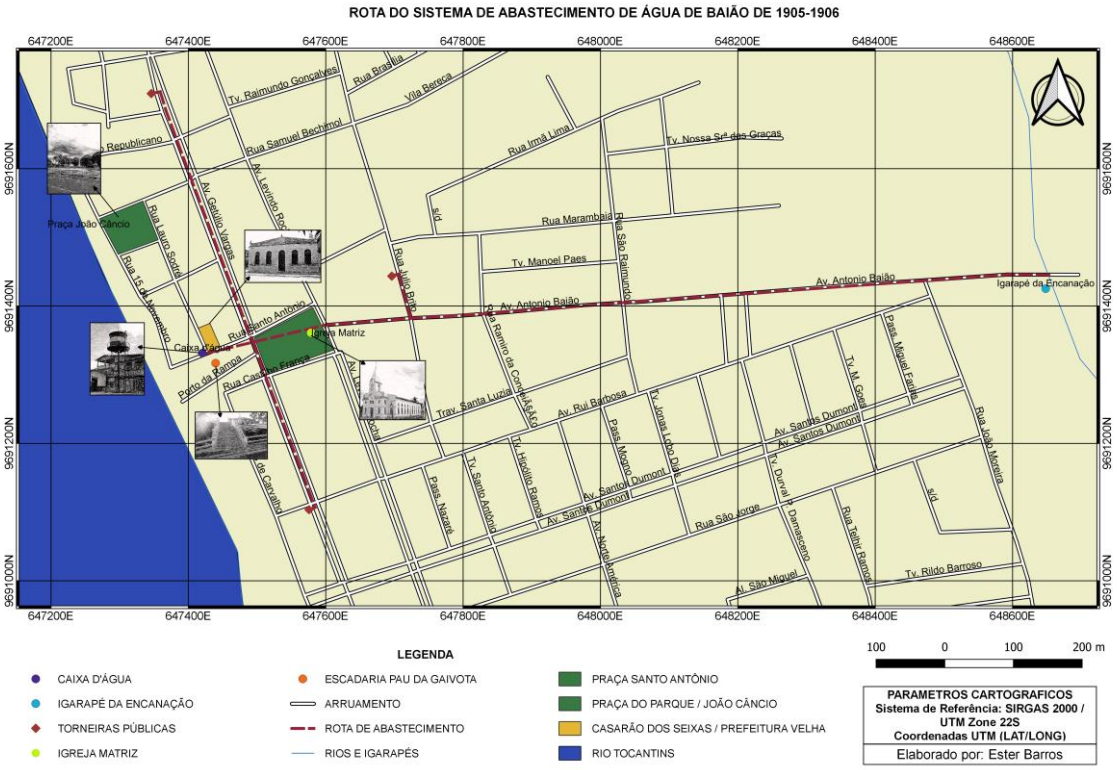
Figura 39 – A casa de máquina que bombeava água do igarapé da encanação até o reservatório que abastecia a cidade de Baião.



Fonte: Acervo da Família Heidtmann.

A pesquisa identificou junto aos entrevistados e algumas pessoas que foram consultadas de maneira informal, a respeito do número de torneiras públicas e suas respectivas localizações, assim ficou esclarecido: A) **1ª Torneira, ao leste:** situava-se na avenida Antônio Baião entre as ruas Levindo Rocha e Júlio Brito, lado esquerdo para quem vai do centro da cidade em direção ao igarapé da Encanação. B) **2ª Torneira, ao norte:** situava-se na avenida Pres. Getúlio Vargas entre as travessas Vila Cametá e 02 de novembro (em frente do antigo posto da Telepará), lado esquerdo de quem vai em direção ao bairro do Limão. C) **3ª Torneira, ao sul:** situava-se na Av. Pres. Getúlio Vargas, esquina com a rua Rui Barbosa, lado direito para quem vai em direção ao bairro Sítio São Francisco.

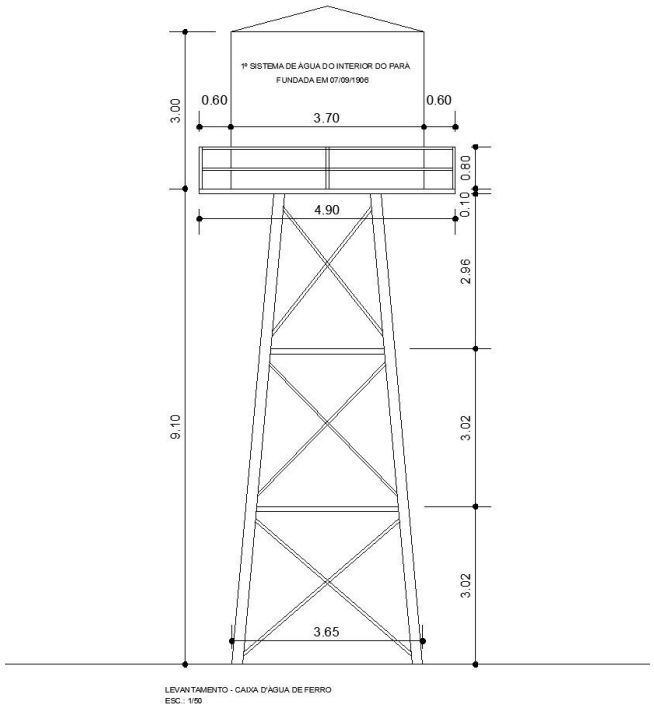
Figura 40 – Rota do Sistema de Abastecimento de água de Baião em 1905/1906.



Mapa: Ester Barros, fevereiro/2020.

A abundância de água ofertada pelo sistema de abastecimento foi fator bastante mencionado entre os entrevistados, devida a alta capacidade de cobertura propiciada pelo serviço. A cidade é dotada do serviço de água encanada, cuja captação é feita do Igarapé "Limão", distante um quilômetro da cidade. O reservatório tem altura de 15 metros, com capacidade para 48.000 litros (ENCICLOPÉDIA..., 1957).

Figura 41 – Croqui da Caixa D'água de Ferro.



Fonte: Ester Barros, 2018.

De acordo com depoimento do senhor José D. Rodrigues, esse primeiro sistema de água encanada foi extinto por volta das décadas de 1950/60 aproximadamente, por não mais atender a demanda populacional daquele tempo que, segundo a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros/1957*, era de 1.380 habitantes na sede do município. Theodoro Braga (1920, p. 318), ao descrever os bens públicos existentes na cidade, faz menção a hoje conhecida caixa d´água de Baião, nomeando-a como reservatório de água potável. Em sua descrição, destaca:

> Possui água canalizada e a iluminação pública é feita por meio de petróleo; tem duas rampas para embarque e desembarque, um trapiche municipal, a casa de cadeia e onde se alojam a coletorias federal e estadual; agência do correio, o Palacete da Intendência, o Reservatório de Água Potável, a capela e o cemitério com sua capelinha a ½ km da cidade e a Igreja Matriz; possui em seus arredores pitorescos arrabaldes. Já tem sido publicados 5 periódicos.

O sistema de iluminação da cidade também foi citado pelos entrevistados como um lugar de memória. Segundo eles, a iluminação pública de Baião era feita por lampiões espalhados pelas principais vias, tendo na figura do lampadista, a responsabilidade de acendê-los diariamente, tão logo que a noite caía. O lampadista era funcionário da prefeitura encarregado desta tarefa. Os senhores Dário Tavares e Oscarlino foram lembrados como lampadistas. Houve outros lampadistas, como os senhores Duca Peleja e Raimundo Hermes da Paixão. Durante longos anos a cidade serviu-se do sistema termoelétrico para sua iluminação, sendo seu motor

alimentado por óleo diesel. Baião teve duas usinas termoelétricas em momentos distintos de sua história. A mais antiga que foi construída na primeira metade do século XX, e a outra erguida na segunda metade do mesmo século.

A cidade de Baião conta com 16 logradouros públicos; 351 prédios e segundo o recenseamento de 1950, 1.380 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 13 logradouros e a domiciliária conta com 64 ligações (ENCICLOPÉDIA..., 1957). O fornecimento de energia elétrica durava em média de cinco a seis horas diárias, programado para ser sempre das 18h às 22h. Depois de inúmeras dificuldades para se estabelecer o fornecimento de energia elétrica na cidade, na década de 1970, a Centrais Elétricas do Pará (CELPA) chega a Baião. Atualmente o município de Baião é abastecido pela energia elétrica diretamente da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

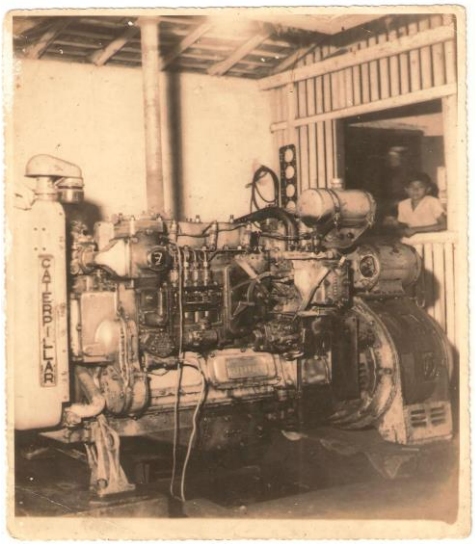
Figura 42 – Primeira Usina Termoelétrica de Baião.

Fonte: Acervo da Família Heidtmann.

Figura 43 – Segunda Usina Termoelétrica de Baião.

Fonte: Acervo da Família Heidtmann.

Figura 44 – Motor (Caterpillar) gerador de energia elétrica da antiga Usina Termoelétrica de Baião.



Fonte: Acervo da Família Heidtmann.

Destacamos que ambas as usinas sempre estiveram localizadas no entorno dos bens tombados em Baião, atuando como uma espécie de elemento de interseção entre eles. A primeira situava-se entre o Casarão dos Seixas e a Escadaria Pau-da-Gaivota e mais a Caixa D'água de Ferro. Já a segunda usina foi construída a poucos metros atrás da Caixa D'água de Ferro em direção ao rio Tocantins.

Figura 45 – Vista panorâmica: Ao centro, a Escadaria Pau-da-Gaivota. À esquerda, a primeira usina termoelétrica de Baião e no alto vê-se a Caixa D'água de Ferro. No canto direito, o Casarão dos Seixas.

Fonte: Acervo da Família Heidtmann.

Figura 46 – Outra perspectiva: À direita, a primeira usina termoelétrica de Baião. No canto esquerdo, vê-se parte da estrutura da Caixa D'água de Ferro e uma parte do Casarão dos Seixas.

Fonte: Acervo da Família Heidtmann.

A escadaria Pau-da-Gaivota é outro elemento constituinte da região antiga de Baião, também sendo mencionada por vários entrevistados. Durante o levantamento de dados dessa pesquisa, não foi encontrado nenhum tipo de documento que registre o histórico dessa construção e, mais uma vez, nos pautamos nas fotografias antigas e nos relatos dos mais velhos. Sabe-se pouca coisa a respeito dessa construção, que facilitou o acesso entre o porto da cidade e a parte alta onde se concentrou o mais antigo núcleo de ocupação em Baião. Os entrevistados afirmam que a escadaria foi construída na gestão do prefeito Durval Pires Damasceno (1951-1955), porém, muito antes disso, aquele declive já era utilizado pela população como atalho que encurtaria o caminho entre o porto e a cidade alta, no entanto, essa descida era esculpida no próprio barranco, sendo depois melhorada com uma escada em madeira e, por fim, a construção em concreto.

Figura 47 – Vista da Escadaria Pau-da-Gaivota.

Fonte: Acervo da Família Heidtmann.

Figura 48 – Antigo porto de Baião. No lado esquerdo da imagem, no alto, vê-se ligeiramente partes da escadaria Pau-da-Gaivota.

Fonte: Acervo pessoal de Adalgisa Rocha.

O nome Pau-da-Gaivota, segundo dizem os mais velhos, estaria associado aos primeiros tempos de utilização dessa encosta para o acesso ao porto, quando nesse mesmo local existira um tronco de árvore utilizado como pouso pelas gaivotas que atravessam o rio Tocantins, sempre no pôr-do-sol. Daí o nome Pau-da-Gaivota. A construção da escadaria em concreto estava dentro do escopo de melhorias associadas ao governo de Durval Pires Damasceno.

Figura 49 – Jornal O Liberal, 02/07/1951.

O LIBERAL — Sábado 2 de Julho de 1951 — Página 12ª

Novo surto de progresso no municipio de Baião

O preleito DURVAL PIRES DAMASCENO vem realizando notavel administração — Restabelecido o serviço de iluminação pública e restaurada a ponte municipal e predios publicos

Baião é um dos mais importantes municipios da zona tocantina.

Situado num dos pontos mais elevados do caudaloso rio, com uma população que ascende a 5.023 almas, Baião dentro de apenas quatro meses do atual administrador do prefeito Durval Pires Damasceno, já se nota um novo surto de progresso em todos os setores administrativos, apesar das contínuas dificuldades que assoberbam o município, ora a braços com várias compromissos a solver.

Assim é que em matéria de obras públicas já foi reconstruído o trapiche público, o prédio que serve de quartel do destacamento militar e a Cadeia Pública, além de ter sido mandado proceder reparo geral no caminhão "Chevrolet", que se encontrava parado.

Relativamente ao funcionalismo, a Prefeitura já conseguiu amortizar uma boa parte dos compromissos contraídos pela administração.

A cidade acha-se rigorosamente limpa e os Serviços de Luz que há meses de ano se encontravam parado, será possivelmente no dia 5 deste mês completamente restabelecido, voltando a funcionar normalmente.

Além de todas essas realizações, o atual administração tem se preocupado seriamente com o Serviço de Agua, ora em sérias dificuldades, devido á sua antiguidade.

O Legislativo Municipal, onde o Partido Social Democrático, conta com a maioria de vereadores, tem prestigiado fielmente o prefeito Durval Pires Damasceno.

E o presidente da Câmara o vereador Luiz Cincinato dos Santos, do P. S. D., que é brilhantemente coadjuvado pelos outros membros da bancada pessedista, vereadores João Valente Maciel e Carlos Assunção Costa.

A BIOGRAFIA DO PREFEITO

O prefeito Durval Pires Damasceno nasceu nesta cidade no dia 16 de maio de 1914. Pertence á tradicional família do então tenente coronel Leonido Dias do Rocha, tendo iniciado a sua vida pública na Prefeitura de Baião no ano de 1933 como Fiscal Geral, cargo que exerceu no mesmo ano em Marabá, voltando á Prefeitura de Baião no ano de 1934, onde ocupou o cargo de tesoureiro, função que exerceu até 9 de junho de 1935 quando foi exonerado a pedido, em virtude da nova situação politica. Em 1936 foi convidado a exercer no mesmo Prefeitura o cargo de fiscal geral, tendo solicitado exoneração em outubro do mesmo ano. De julho a dezembro de 1938 exerceu as funções de fiscal municipal na então vila de Alcobaça, hoje cidade de Tucuruí.

Em janeiro de 1939 e maio de 1940 exerceu as funções de escrevente da Terceira Divisão na Estrada de Ferro do Tocantins. De 15 de março de 1946 a 30 de maio de 1947 voltou á Prefeitura de Baião, onde exerceu as funções de tesoureiro, de outubro passando de 31 de maio do mesmo ano a 31 de janeiro de 1951 a exercer o cargo de secretário, data em que tomou posse do cargo de prefeito, para o qual foi eleito pela legenda do pujante P. S. D., no pleito de 3 de outubro.

CASA MEDEIROS
— DE —
Pedro Carneiro
Estivas — Tecidos — Ferragens
Madeiras e Miudezas
COMPRA: Castanha, Copaiba, Borracha, Madeiras e Peles
Silvestres
End. Teleg.: MEDEIROS
MARABÁ — PARÁ

FOGOS!

BAR, SORVETERIA E RESTAURANTE "UNIVERSAL"
O (Biriba)
— DE —
R. M. DE SOUZA
Rua Carlos Gomes c/ Boulique
FUNCIONANDO DIA E NOITE
Cozinha de 1a. ordem — Menú variado — Bebidas nacionais e estrangeiras a base. alemãdas "bebidas"

Fonte: Arquivo Público Arthur Vianna, Obras Raras.

O senhor José D. Rodrigues recorda o jornal O Baionense, periódico comandado pelo intendente municipal de Baião, Levindo Dias da Rocha. A folha foi inaugurada em 1905 e tinha como objetivo divulgar amplamente as obras e serviços realizados pelo então intendente municipal. Seu editorial era composto por: *Noticiários* (notas rápidas de acontecimentos variados), *Necrologia* (notícias de falecimentos), *Álbum Elegante* (notas de nascimentos, aniversários, casamentos, batizados, formaturas...), *Tribuna Particular* (artigos de inteira responsabilidade somente do autor), *Editais* (alistamento eleitoral e outros), *Anúncios* (propagandas de lojas, serviços, vendas de terras, casas, animais, trocas, aluguéis, mercadorias e outros). O editorial tinha também coluna para pequenos contos e relatórios administrativos, tais como: matrículas na escola, aumento e isenção de impostos e arrecadação municipal. O periódico também noticiava fatos nacionais e internacionais. Os planos de assinaturas do jornal poderiam ser: anual, semestral, trimestral, números avulsos e números atrasados. Para cada tipo de assinatura havia um valor diferente a ser pago. Suas publicações eram semanais e a circulação era sempre aos domingos. As razões e a data de sua extinção são bastante imprecisas, não podendo ser respondidas pelos entrevistados.

Figura 50 – Jornal O Baionense, 18/03/1906.

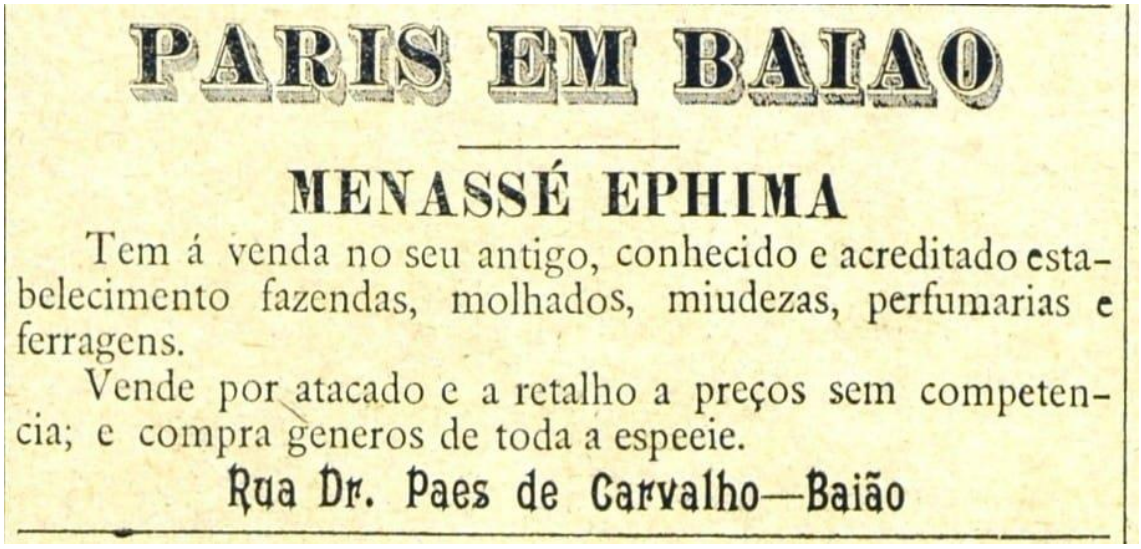
O Baionense.
ORGAM DO PARTIDO REPUBLICANO
As eleições
Eleição a 1 de março
Candidatos do Partido Republicano
Dr. Arnaldo Lemos
PASSAGEM
HUMAYTÁ
Folhetim do O Baionense
Folhetim ao jogo
FOGOS
PARIS EM BAIÃO
MENASSÉ EPHIMA
Drogaria Baionense
ARTHUR GARRIDO
Lemos & Irmão
Casa Alliança
Theotonio R. de Moura
Programma da Casa
União Baionense
JOSÉ BENARROZ & C.ª
Ver para crer
AGOUGUE MUNICIPAL
CARNE VERDE A 1$500

Fonte: Arquivo Público Arthur Vianna, Obras Raras, Acervo Digital.

Através do jornal O Baionense, encontramos evidências a respeito do senhor Menassés Ephima, judeu comerciante de Baião que foi mencionado pelos entrevistados como personagem que viveu no entorno da praça João Câncio. De acordo com o que já fora dito sobre os judeus em Baião, na parte inicial deste trabalho, tudo indica que Ephima fez parte da segunda geração

de hebraicos que vieram para Amazônia como mascates e viveram pelos rios da região em seus batelões, verdadeiras lojas flutuantes. No caso de Ephima, pode-se afirmar que este, pertencia ao grupo de judeus que, a muito custo, se estabilizaram nos centros das pequenas cidades. Não obstante, Menassés Ephima, foi uma das vítimas dos ataques sofridos por judeus em vários pontos da região amazônica, incluindo o município de Baião. O ataque antissemita ocorrido em 1901, ficou conhecido como "mata-judeu".

Figura 51 – Propaganda no Jornal O Baionense, 03/03/1906.


PARIS EM BAIAO

MENASSÉ EPHIMA

Tem á venda no seu antigo, conhecido e acreditado estabelecimento fazendas, molhados, miudezas, perfumarias e ferragens.

Vende por atacado e a retalho a preços sem competencia; e compra generos de toda a espeeie.

Rua Dr. Paes de Carvalho—Baião

Fonte: Arquivo Público Arthur Vianna, Obras Raras, Acervo Digital.

As memórias aqui apresentadas são em sua grande maioria memórias compartilhadas, pois apresentam vários pontos de referências da vida pública. A cidade aqui, melhor dizendo, a região antiga de Baião, é rememorada através de personagens, lugares e práticas sociais. Dois relatos em especial chamam a atenção: o de Estulano N. da Paixão ao falar do apito/sirene da Caixa D´água, e o detalhamento da composição interior do Casarão dos Seixas, fornecido pelo senhor José D. Rodrigues. Dos vários personagens rememorados, o senhor Izaac Paixão foi o mais mencionado pelos entrevistados, talvez pela sua figura de funcionário público ele tenha ficado marcado nas memórias dessas pessoas. Mas não somente por isso, muito mais pelo exercício diário de seu ofício que, naquele tempo, marcou a vida cotidiana da cidade de Baião. A prática de seu ofício foi, para aquelas pessoas de seu tempo, um marcador de horas e de rotinas de uma cidade inteira. Pelas entrelinhas das entrevistas realizadas, supõem-se que as atividades diárias da cidade só começariam após o soar daquele apito/sirene, pois além de anunciar que a água já corria entre as torneiras das casas, também marcava os primeiros raios de sol das manhãs. Neste caso, o som pode ser um disparador de memórias, neste sentido:

> É o som que faz pensar no objeto, porque reconhecemos o objeto pelo som. Quando escutamos um tinido de correntes ou um ruído de freios puxados, de cavalos em galope, um estalar de chicote, pensamos em prisioneiros, em uma corrida de carros. Quando vemos esses espetáculos numa tela de cinema, sem que uma orquestra invisível os acompanhe imitando seus sons, não evocaríamos esses sons, e as figuras que se movimentam no silêncio nos trarão muito menor ilusão (HALBWACHS, 2006, p. 193-194).

O cotidiano daquela cidade possivelmente marcado pela presença do apito/sirene todos os dias, às 06h da manhã, revela a lida do homem com a máquina e sua forma de controle sobre o tempo. Se tratando especificamente de Baião, o controle do tempo é mediado pela ação da máquina que, por sua vez, é manipulada pelo homem que fez o tempo girar pelo simples exercício do ofício. Quantas pessoas pautadas no ritmo de seus cotidianos, possam ter se perdido no tempo no dia em que aquele apito/sirene silenciou algumas vezes por simples defeitos da máquina, ou quando por definitivo? Ou então, quantas pessoas, já postas nos primeiros minutos do sol da manhã aguardaram o soar do apito/sirene e este não veio? Essa indagação se responde dentro da ideia de paisagem sonora proposta por Ecléa Bosi (2016) em *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. De acordo com a autora, os sons se complementam como uma conversa ou uma orquestra, sem ruídos antagônicos, envolvendo vida e trabalho em ciclos compreensíveis. O espaço sonoro compartilhado é um bem comum, mesmo os diminutos sinais que compõem suas mensagens são vitais para seus habitantes. Sons que desaparecem, que voltam, formam o ambiente acústico dos bairros. Curiosamente, o senhor Estulano N. da Paixão, ao ser perguntado sobre suas lembranças a respeito do sistema de abastecimento de água em Baião, nos fala sobre a existência de um apito/sirene, é bem provável que, para ele aquele som era um marcador de tempo. Tempo de acordar, tempo do café da manhã, o de ir para escola e/ou trabalhar, ou seja, um tempo de vida e cotidianos. Bosi (2016, p. 447) dirá:

> Ao perdemos uma paisagem sonora sempre poderemos evocá-la através de sons que subsistem ou na conversa com testemunhas que a viveram. Nós nos adaptamos longamente ao nosso meio, é preciso que algo dele permaneça para que reconheçamos nosso esforço e sejamos recompensados com estabilidade e equilíbrio. A vida do grupo se liga estreitamente à morfologia da cidade: esta ligação se desarticula quando a expansão industrial causa um grau intolerável de desenraizamento.

As memórias do senhor José D. Rodrigues sobre o Casarão dos Seixas, revelam detalhes minuciosos da constituição daquela casa, o que significa dizer, uma forte memória ancorada no espaço e no objeto. O entrevistado que no passado muito frequentou o casarão, pois ali fora seu local de trabalho, mantém com ele uma relação de pertencimento e até de autoridade sob uma determinada fase de seu passado. Sobre a relação da memória com o espaço, Halbwachs (2016)

dirá que cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, pelo menos o que nela havia de mais estável. José D. Rodrigues se prontificou em ser um informante se, porventura, o casarão vier ser restaurado.

Tão importantes quanto os dois relatos acima destacados, estão as demais memórias que constantemente se cruzaram no tempo e no espaço quando o assunto foi a região antiga de Baião. Foram citados festas, comércios, pessoas, órgãos públicos, ruas, espaços públicos de encontros e sociabilidades, comprovando que a história do local é povoada de uma memória coletiva, onde a cidade de outrora ainda existe de alguma forma. As sociedades caracterizadas por um forte e denso conhecimento recíproco entre seus membros são, portanto, mais propícias à constituição de uma memória organizadora forte (CANDAU, 2012). Esta memória assenta-se numa materialidade de "escombros" da cidade antiga, ainda renitente e agora patrimonializada. Assim, não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial.

> Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas as outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda. É ao espaço, ao nosso espaço- espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir- que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que aquela categoria de lembrança reapareça (HALBWACHS, 2016, p. 170).

As memórias aqui apresentadas e sua riqueza de detalhes por parte da maioria dos entrevistados, comprovam a ideia de que a região antiga da cidade de Baião é um lugar de referência espacial e de encontros de temporalidades.

5) O senhor/senhora considera importante essa parte antiga da cidade? Por quê? Sabia que hoje ela está protegida por lei?

> Sim. Porque eram lá as primeiras casas, as primeiras coisas. A cidade não foi fundada por lá? Não foi por lá que Antônio Baião subiu? Baião começa por lá. Não sabia. **(Lucimar Lemos Gonçalves, 94 anos).**
>
> Considero. Porque é uma cidadezinha boa, calma, mais zelada.
> Não sabia disso. Acho uma boa coisa, boa lembrança. Primeira coisa que me vem à cabeça é que eles cumpram a lei de proteger essa área. **(Raimundo Pinto da Silva, 89 anos).**
>
> Acho sim. A cidade começou por lá, acho muito importante.
> Não sabia, estou sabendo agora. Por isso que é bom a gente conversar. **(José Dias Rodrigues, 89 anos).**

> Não considero importante, pois só agora que ele (o governo) veio considerar? Para os novos é interessante, para nós os antigos não. Não sabia, e nem porque. **(Estulano Neves da Paixão, 92 anos).**

> Com certeza. É a raiz da cidade, é uma das primeiras ruas de Baião. Acho que deveria ser preservado, o que não está acontecendo. Veja, a casa da cultura que é de 1888, veja quanto tempo existe. Deveria ser recuperada, pois a própria prefeitura tem necessidades de espaços, ou então, transformar em um centro cultural, há espaço suficiente para isso. Acho que tem que revitalizar. Não sabia disso. Essa proteção por lei vai beneficiar em quê? Qual a influência disso? Até agora não vimos nada. **(José Henrique Dias, 47 anos).**

As respostas dadas pelos entrevistados trazem à tona a percepção sobre a cidade e suas possibilidades de futuro. A maioria do grupo concordou que a região antiga de Baião é importante para a cidade e que merece ser preservada. O lugar que deu origem à cidade é sempre visto pelos entrevistados como um lugar de respeito à história. Suas falas revelam respeito e até certa nostalgia que envolve essa região. O fato de ter se tornado uma região de preservação da memória e da história da cidade, sugere aos entrevistados, uma mudança de paradigma na gestão daquele espaço. É bastante comum que as pessoas esperem por mudanças, principalmente quando se trata de leis e suas aplicabilidades. Há espaços de recordação nos quais as expectativas de futuro de modo algum se desprendem da imagem do passado, mas são na verdade impulsionadas e sustentadas por determinadas recordações históricas (ASSMANN, 2016). Essa obsessão contemporânea pelas ruínas esconde a saudade de uma era anterior, que ainda havia perdido o poder de imaginar futuros (HUYSSEN, 2015). A espera por mudanças em um lugar com status diferenciado aos demais de uma cidade, gera o que Candau (2012) chamou de febre patrimonial que, segundo o autor, é uma resposta a uma demanda de passado. Essa necessidade de passado e de conservação, esse modo retromaníaco de valorização do passado (Candau), nem sempre encontra eco em todos os indivíduos, como foi no caso do Sr. Estulano N. da Paixão, para o qual o reconhecimento público daquele "novo" patrimônio veio tarde demais. Para o entrevistado, o "novo" patrimônio não teria valor nenhum para sua geração, mas para outras talvez sim. "O espírito patrimonial" reina sem ter necessidade de ser reconhecido como tal. Ele impõe uma finalidade à própria criação: o que é criado no tempo presente pertence ao registro da conservação presumida para tempos futuros (JEUDY, 2005). As percepções apresentadas pelos entrevistados revelam três formas diferentes de encarar o "novo" patrimônio de Baião. A primeira forma, confirma seu valor e importância para ser preservado. A segunda forma, é oposta a primeira, ou seja, nega seu valor e sua necessidade de preservação. A terceira via, nos parece uma conciliação entre as duas primeiras, uma vez que é colocada a possibilidade de preservação, porém, há ressalvas. Na terceira existe a possibilidade

da dúvida, da desconfiança, mas sem necessariamente abrir mão de uma política de patrimônio para aquela região da cidade de Baião.

No que diz respeito ao não reconhecimento do patrimônio por parte do Sr. Estulano N. da Paixão, se inscreve em um posicionamento político frente as demandas da política de uma memória fixada em uma região de privilégios sociais. Na memória política, os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em ser uma testemunha histórica "neutra". Ele quer também julgar, marcando bem o lado em que se estava naquela altura da história, e reafirmando sua posição ou matizando-a (BOSI, 2016). Para a autora, compreender a memória política do sujeito, perpassa e leva em conta a localização de classes e a profissão, para compreender seu ponto de vista.

2.2 Entrevista especial

Por fim, chegamos à senhora Adalgisa Rocha, nossa última entrevistada para esta pesquisa. Adalgisa hoje aos 96 anos mora em Belém, e faz muito tempo que não vai a Baião em virtude da idade avançada, pois uma viagem de carro, numa estrada longa, seria demasiadamente desgastante. Suas memórias são bastante pontuais, portanto, esta entrevista se deu de maneira diferente dos demais que se dispuseram a responder a cada pergunta. Neste caso, foi necessário ir direto ao ponto de interesse da pesquisa, uma vez que, a entrevistada apresenta acentuado grau de dificuldade de audição, inclusive, fazendo uso de aparelho auditivo. Portanto, não podendo provocar demais suas memórias entre perguntas e respostas. Dona Adalgisa Rocha é neta de Levindo Dias Rocha, intendente municipal e responsável pela instalação do sistema de abastecimento de água de Baião.

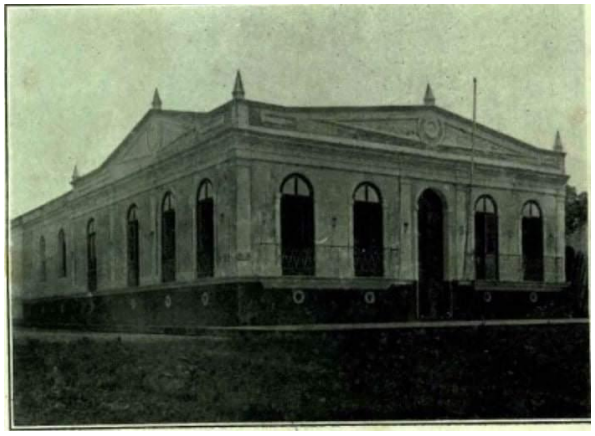
1) **Sobre a Caixa D'água, ela responde:** Quando era nova funcionava bem. Depois foi faltando aos poucos. Tinha muita água, abundante. Na nossa casa sempre tivemos água. A água derramava e a gente tomava banho. Ouvi dizer, mas não sei se é verdade, mas parece que foi a primeira dos interiores do Pará. Também sempre disseram que ela veio da Inglaterra, mas isso eu ouvi falar. Lembro que o seu Izaac Paixão era o responsável pela casa de máquina. A água vinha do igarapé da encanação.

Figura 52 – Ao pé da Caixa D'água de Ferro, de terno branco, Antônio A. Cunha, marido da Sra. Adalgisa Rocha. O outro homem não foi identificado. Baião/1939.

Fonte: Acervo de Adalgisa Rocha.

2) **Sobre o antigo prédio da prefeitura (Casarão dos Seixas), ela responde:** Quando me entendi a prefeitura velha era uma casa de família, tinha tudo lá dentro. Tinha uma mesa grande, polida, as cadeiras eram envernizadas que rodeavam a mesa. Ali funcionou também o júri. Sete de setembro se comemorava lá, dava-se chocolate aos presentes.

Figura 53 – Casarão dos Seixas de 1888. Também chamado de prefeitura velha e casa da cultura.



Fonte: Álbum do Pará, 1908.

3) **Sobre a Escadaria Pau-da-Gaivota, ela responde:** Eu já morava em Belém quando fizeram. Quando cheguei em Baião já estava construída.

4) **Sobre a cidade de Baião, ela responde:** Baião era iluminada por candeeiros, lampião. Nas casas eram candeeiros nas salas e cozinha, aceso a querosene. Na nossa rua tinha a

taberna do Antonico Couto, marido da dona Chuta. A distração em Baião era esperar o luar para brincarmos de roda. Meu pai tinha uma banda de música, ele gostava muito de música. Ele gostava de teatro, música, boi-bumbá. O seu Sothé tocava flauta, eu também tocava flauta, mas era só em casa, meu pai me ensinou. Uma vez eu toquei na missa no lugar do seu Sothé. Meu pai me chamou e perguntou se eu dava conta de tocar no lugar do seu Sothé. E eu toquei, era festa de Santo Antônio. As missas eram em latim. Meu pai era advogado em Baião, gostava muito de política. Minha casa era bem no canto da praça João Câncio. Antes de eu nascer, ali tinha uma igreja que caiu. Meu avô mandava cartas para todos os municípios pedindo dinheiro para construir a nova igreja. Casei com Antônio Antunes da Cunha, padre Pedro fez nosso casamento.

Figura 54 – Casamento de Adalgisa Rocha e Antônio A. Cunha.

Fonte: Acervo de Adalgisa Rocha.

Figura 55 – Adalgisa Rocha na janela de sua antiga casa no entorno da praça João Câncio.

Fonte: Acervo de Adalgisa Rocha.

Figura 56 – Adalgisa Rocha e seu pai João Câncio de Barros Rocha.

Fonte: Acervo de Adalgisa Rocha.

As memórias relatadas por Adalgisa Rocha estão ancoradas no aspecto do âmbito familiar. É por essa lente íntima do lar que a entrevistada alcança o passado e lança luz sobre ele, ainda que de maneira breve. Notamos que Adalgisa R. realça em suas memórias, basicamente, um elemento e dois personagens, são eles respectivamente, a casa, o pai e seu esposo. A casa materna é uma presença constante nas autobiografias. Nem sempre é a primeira casa que se conheceu, mas aquela em que vivemos os momentos mais importantes da infância (BOSI, 2016). A força da casa e da família é tão grande e poderosa nas memórias de Adalgisa R., que mesmo quando lhe é solicitado a falar sobre o Casarão dos Seixas (prefeitura velha e/ou casa da cultura), a entrevistada elege como referência a mobília da casa que um dia ali existiu. Desta forma:

> Mais que um sentimento estético ou de utilidade, os objetos nos dão um assentimento à nossa posição no mundo, à nossa identidade. Mais que da ordem e da beleza, falam à nossa alma em sua doce língua natal. O arranjo de sala cuja cadeiras preparam o círculo das conversas amigas, como a cama prepara o repouso e a mesa de cabeceira os instantes prévios, o ritual antes do sono. A ordem desse espaço povoado nos une e nos separa da sociedade: é um elo familiar com sociedades do passado, pode nos defender da atual revivendo-nos outra. Quanto mais votados ao uso cotidiano, mais expressivos são os objetos: os metais se arredondam, se ovalam, os cabos de madeira brilham pelo contato com as mãos, tudo perde as arestas e se abranda (BOSI, 2016, p. 441).

Ao consultar o seu passado, Adalgisa R. se reencontrará com a Caixa D'água de Ferro, porém, em seu ambiente doméstico, na rotina diária da família, na abundância da água na torneira, aspecto diferenciado dos demais entrevistados, que a referendam pela sua importância na vida pública de Baião. No espaço privado da entrevistada, a memória pública do reservatório encontra a memória familiar, ou seja, um espaço familiar atravessado pela memória coletiva do bem tombado. Sem dizer que, a história desse bem tombado, passa também pelos feitos de seus antepassados, no caso, seu avô. Nesses locais, amplia-se a memória do indivíduo na direção da memória da família, e aqui se cruza a esfera de vida do indivíduo com as do que a integram, porém, não estão mais ali. Em ambos os locais, uma recordação individual dilui-se em uma recordação geral (ASSMANN, 2016).

A lembrança de tocar flauta na igreja de Baião, traz para o centro do depoimento a figura paterna de João Câncio de Barros Rocha (Janjão Rocha), lembrado por ter sido em seu tempo, um entusiasta da cultura local, como Boi-Bumbá, teatro popular, folguedos e banda musical. As lembranças do grupo doméstico persistem matizadas em cada um de seus membros e constituem uma memória ao mesmo tempo uma e diferenciada (BOSI, 2016). A figura de seu pai é tão importante em seu rápido depoimento, que Adalgisa concentrou suas memórias em sua fase de mocidade, quando ainda era solteira. Não tratou de sua vida de casada, de mãe, dona de casa, limitando-se apenas a citar o nome de seu marido. Talvez por opção, cansaço da entrevista ou por não julgar importante para a pesquisa. Pensando nisso:

> A imagem de nosso pai caminha conosco através da vida. Podemos escolher dele uma fisionomia e conservá-la no decurso do tempo. Ela empalidece se não for revivida por conversas, fotos, leituras de cartas, depoimentos de tios e avós, dos livros que lia, dos amigos que frequentava, de seu meio profissional, dos fatos históricos que viveu...Tudo isso nos ajuda a constituir sua figura (BOSI, 2016, p. 426).

Figura 57 – Sra. Adalgisa Rocha, recebendo em seu aniversário a flauta e a partitura que pertenceram ao seu pai João Câncio. Presente de sua filha.

Fonte: Neide Solimões.

As memórias de dona Adalgisa Rocha sobre o Casarão dos Seixas, da Escadaria Pau-da-Gaivota e da Caixa D'água de Ferro, se sustentam por olhar a cidade antiga pelo ângulo doméstico, do ambiente familiar, da casa. Essa forma de memória se constitui em um campo de trabalho que Assmman (2016) chamará de *locais de gerações.* O que dota determinados locais de uma força de memória especial é antes de tudo sua ligação fixa e duradoura com histórias de famílias.

CAPÍTULO 3

A Cidade de Baião Pós-Tombamento

3 A CIDADE DE BAIÃO PÓS-TOMBAMENTO

O processo de tombamento de um bem edificado no centro histórico de qualquer cidade, seguido da delimitação da área de entorno, requererá do poder público local a revisão de sua política urbana e consequentemente de seus projetos construtivos de intervenção em região patrimonializada. De acordo com Pessoa (2011), o conceito de centro histórico nasceu na Europa para definir aquela parte da cidade onde esta surgiu e que se consolidou até o início da era moderna, sendo delimitada pelas suas muralhas do final da Idade Média e da Renascença. Para o autor, será esta a porção de cidade objeto de políticas de preservação urbana na Itália, França, Espanha, Portugal, entre outros países europeus. Estava, portanto, desde a sua concepção, o conceito de centro histórico ligado à ideia de cidade europeia - um pedaço do território, apropriado pelo homem, fisicamente delimitado (muralhas) e consolidado, contraposto claramente ao campo em termos funcionais e paisagísticos.

Para Nardi (2012), considerando uma perspectiva patrimonial mais abrangente, procura-se compreender de maneira mais ampla o centro histórico no contexto das cidades contemporâneas, através da relação dual entre valores a ele atribuídos pela visão própria do campo do patrimônio e os valores construídos socialmente no interior desse espaço urbano praticado por seus usuários. Para esta autora:

> Situa-se, portanto, o centro histórico no ponto de encontro entre duas trajetórias dinâmicas, construídas temporalmente: uma que corresponde à das definições conceituais e políticas que envolvem a preservação do patrimônio urbano e cultural; e outra que corresponde à dinâmica da cidade, com expansões e estagnações do território, transformações culturais, econômicas e sociais (Ibid., p. 238).

Geralmente, são para essas regiões centrais que se dirigem grandes projetos urbanísticos na intenção de se criar uma espécie de imagem da cidade. É através desta imagem construída que a governabilidade local tentará de alguma forma criar ambientes favoráveis à vida cultural da cidade. As políticas de imagens que as cidades contemporâneas adotam para atrair investimentos têm como uma de suas dimensões mais importantes a patrimonialização de bens culturais urbanos, sobretudo, localizados nas antigas áreas centrais (SCOCUGLIA, 2010). A produção e a reestruturação do espaço urbano nos países centrais se processaram, nas últimas décadas do século XX, em grande parte, sob a égide da cultura e do patrimônio. Como foi notado por vários autores, esse processo originou-se na crise do modernismo como projeto urbano, social e estético, a partir de seu uso intensivo nas reconstruções e renovações urbanas

após a 2ª Guerra Mundial, e de sua vulgarização por meio do “estilo internacional” (SANT´ANNA, 2017).

Na obra *A Cidade e seu Centro* (2020), Sidney Gonçalves Vieira afirmará que o crescimento das cidades, de um modo geral, ocorreu de maneira avassaladora desde a industrialização, fazendo com que o tecido urbano fosse sendo redesenhado de uma maneira tão rápida, que se tornou difícil manterem intactas muitas áreas com valor histórico, cultural, artístico ou arquitetônico em muitos lugares. Segundo o autor, a ganância por produzir espaços para obtenção de lucros, colocou o centro como se fosse objeto de disputa. Dito isto:

> O Centro Histórico não escapou ileso a essa sanha insaciável dos novos momentos sociais e econômicos experimentados, o quadro que se desenhou desde logo foi a contraposição do desejo de preservação dos lugares históricos com a intervenção de caráter modernizador da cidade. Tudo isso é próprio da dinâmica da cidade que faz com que a reorganização interna permanente do espaço seja uma necessidade sempre presente. Sempre que surge uma nova ordem econômica é necessário uma nova ordem espacial que lhe seja correlata e, sob essa argumentação, se busca a transformação da cidade existente por intermédio da transformação ou substituição dos edifícios. Assim, coloca-se o problema do conflito existente na cidade que contrapõe o Centro Histórico, da cidade existente e plasmada, contra as intervenções clamadas pelas mudanças. O espaço resultado desse embate é o fruto das relações sociais de produção que se verificam na em um dado momento, fazendo valer ora um ora outro argumento, produzindo uma cidade que será a resultante desse sistema de forças (Ibid., p. 150).

De acordo com Lyra (2016), a evolução da noção de patrimônio em suas diferentes escalas-cidades, áreas centrais, bairros, ruas e praças, resultou em grande parte da análise dos resultados de experiências na proteção, na valorização, na revitalização e na reabilitação dessas áreas. A perspectiva integradora e global do patrimônio urbano foi também resultado da superação da visão isolada do bem imóvel, do repúdio à prática de renovação urbana alicerçada no pensamento modernista e, finalmente, na trágica experiência da Segunda Guerra Mundial. No Brasil, o processo de revitalização de centros históricos para fins comerciais, turísticos, lazer, entre outros, alguns dos primeiros centros urbanos alvos de ações de reabilitação com vistas à preservação de seus valores culturais, deu-se no nordeste, refletindo tendências internacionais (com adaptações locais), influenciadas pelo imaginário das elites nacionais e políticas, bem como, dos investimentos dos organismos internacionais vinculados à preservação patrimonial ocorreu primeiramente com o Pelourinho, em Salvador, na Bahia.

Scocuglia (2010) considera que, esses projetos de intervenção em centros antigos, são oriundos das recomendações da missão da Unesco no nordeste brasileiro, aos cuidados de Michel Parent, arquiteto e inspetor geral dos monumentos da França. O aperfeiçoamento do sistema de preservação então desencadeado contou com um estudo fundamental em seu embasamento: a análise da situação do patrimônio brasileiro feita em 1967 pelo arquiteto

Michel Parent, patrocinada pela Unesco, em atendimento à solicitação encaminhada dois anos antes por Rodrigo Mello Franco de Andrade. Resultaram desse trabalho as iniciativas para elaboração de planos diretores para Ouro Preto, em Minas Gerais; Parati, no Rio de Janeiro; e Salvador, na Bahia.

O plano para Salvador foi considerado prioritário não apenas devido às condições de degradação física e social do centro histórico, mas também pelo seu potencial turístico (LYRA, 2016). Nesta direção, Sant´Anna (2017) confirma que o primeiro plano de refuncionalização da área mais degradada do centro antigo surgiu no final dos anos 1960, no mesmo momento em que, em decorrência da política nacional de incentivos para o setor, se implantava toda ordem uma estrutura pública para o desenvolvimento do turismo na Bahia. No que se refere à realidade das negligências dos centros das cidades que costumeiramente estão associados também como centros históricos, Vieira (2020, p. 189) consiste em dizer:

> Abandonado à ação das forças de mercado, o centro das cidades experimentou sua destruição nos últimos anos do século XX, graças a fuga das atividades de comércio, serviços, habitação e lazer para periferia, motivada pelo aumento do valor da terra, do trânsito e dos custos com transportes na área central, aliado a uma oferta de terrenos mais baratos e adequados nas áreas periféricas. Além disso, o aumento na mobilidade individual e mudanças na economia interna das cidades contribuíram para o movimento em direção às periferias. O resultado imediato foi que os centros formados na periferia passaram a atrair consumidores com maior possibilidade de mobilidade em função de seus rendimentos superiores. O centro tradicional ficou, assim, dependente de um tipo de consumidor local e mais pobre e as periferias viram surgir novas formas de expressão da centralidade. Na esteira desses acontecimentos se verifica uma diminuição considerável da atividade comercial nos centros tradicionais com uma consequente diminuição das atividades e das atrações no centro.

Calcado em sol, praia, patrimônio e cultura popular, o produto turístico “Salvador-Bahia”, cuja concepção geral ainda perdura, se concretiza, desde então, pela promoção de lugares de representação e de encontro com uma Bahia idealizada, alegre, colorida e festeira. Esta concepção, elaborada pela indústria cultural e pelos meios de comunicação de massa, data também dessa época. Sant´Anna (2017) completa: no centro antigo, o Pelourinho foi sempre visto e projetado como um desses lugares. A aliança entre turismo e patrimônio na Bahia, portanto, não é recente. Ela está no cerne da vocação econômica traçada para Salvador pela política de desenvolvimento industrial do estado, essa política fez parte dos investimentos do Programa de Cidades Históricas no Pelourinho, durante os anos de 1970, e também no discurso inaugural da EMBRATUR.

O relatório da Unesco impactaria, sobretudo, os tecnocratas do Regime Militar iniciado em 1964, ao revelar as potencialidades turísticas das regiões mais pobres do Brasil, enquanto uma saída para o desenvolvimento e promoção do suposto *Milagre Brasileiro*, foi criado em

1973 o Programa das Cidades Históricas do Nordeste (PCH) com ênfase no turismo cultural (SCOCUGLIA, 2010).

Segundo Lyra (2016), quatro anos mais tarde, os ministérios do Planejamento e o da Educação e Cultura, reformularam o programa, denominando-o apenas como Programa de Cidades Históricas, como forma de atender também a região sudeste. Ainda de acordo com o autor, o programa agora reformulado, tinha como objetivo apoiar estudos, projetos e investimentos nos estados do Espírito Santos e Minas Gerais, com vistas à restauração de monumentos e conjuntos de valor histórico e artístico e a preservação de expressões culturais significativas. O programa foi executado de 1977 a 1979. Nesta direção, Vieira (2006, p. 79) confirma:

> Este pode ser considerado como o primeiro movimento no sentido de buscar a vitalidade econômica dessas áreas especialmente via turismo. Em junho de 1975, por ocasião da tentativa de se estender o programa a Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, foi realizada uma avaliação de desempenho do programa que constata a insuficiência dos recursos investidos para o enfrentamento de situações de extremo degrado. São, então, realizados alguns ajustes e se reinaugura o programa em 1977, agora chamado de Programa de Cidades Históricas.

Para além de intervenções em centros históricos, o referido programa também se desdobrou na criação de cursos de especialização em restauro como maneira de formar profissionais capacitados para atuarem na recuperação de bens tombados. A formação dividia-se em três tipos distintos: para arquitetos, técnicos de nível superior, e para mestres de obras. Assim sendo, Lyra (2016, p. 87) aponta:

> O programa abrangia, ainda, como atividades complementares: formação e capacitação de recursos humanos especializados, de nível superior, intermediário e operário; pesquisa, prospecção e cadastramento de bens culturais em extinção ou deformação, de caráter erudito e popular; formação e aperfeiçoamento de pessoal especializado em técnicas de criação artística e artesanal; complementação de infraestrutura física de acesso, serviços públicos e hospedagem na região.

Na década de 1990, outro programa de alcance nacional focado no patrimônio urbano nasceria em Quito, no Equador, quando do encontro entre representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento em 1995. Após o evento, o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN) lança ao banco a proposta de Revitalização de Sítios Urbanos através da recuperação do patrimônio cultural, com um programa para desenvolver-se em 20 cidades brasileiras via parceria entre União, estados e municípios. Desta forma, nascia o Monumenta, talvez o mais conhecido programa de revitalização do patrimônio urbano no Brasil. Baseado nas mesmas premissas da experiência no Equador, o programa brasileiro,

entretanto, adquiriu contornos que colocaram novos desafios ao modelo de preservação sustentável preconizado por esta agência de desenvolvimento (SANT´ANNA, 2017).

Torna-se importante afirmar que o programa Monumenta estabeleceu outras formas de relacionamento/envolvimento de esferas devido alguns fracassos registrados no programa anterior. O PCH considerou como mote quase que infalível, a constante restauração do patrimônio das cidades selecionadas, para que se pudesse desenvolver de maneira satisfatória o turismo. Destarte, o programa ocupou-se com infraestrutura hoteleira mínima, melhoria de acessos, ações de divulgação do patrimônio, das belezas naturais e das manifestações folclóricas locais, entre outros.

Vieira (2006) observa que o PCH não alcançou condições mínimas de sustentabilidade, por não envolver todos os atores interessados na recuperação das áreas, especialmente por não ter trabalhado o apoio e adesão da iniciativa privada, concentrando apenas investimentos públicos nas áreas beneficiadas. Sant´Anna (2017) concorda ao afirmar que a ideia de que investimentos do Estado atrairiam interesse privado em um público permanente não se realizou. A principal herança deixada pelo PCH foi a ampliação e a modernização do campo institucional do patrimônio, com a criação ou estruturação, nos estados, de organismos de preservação, antes restrita ao IPHAN. Por outro lado, o PCH possuía uma forte perspectiva de responsabilidade social para com as camadas de menor poder aquisitivo que habitavam estas áreas. Apesar desta aproximação, esta população não detinha as condições para garantir a continuidade do processo independente do poder público. Além disso, o fato de o programa estar vinculado à esfera federal distancia-o um pouco da realidade cotidiana das cidades.

Ao ser financiado pelo BID, o programa Monumenta vislumbrou no setor privado uma forma de sustentabilidade para a preservação de centros urbanos antigos, desta forma, segundo Sant´Anna (2017), impulsionado pelo interesse de países centrais em realizar investimentos em serviços urbanos, a partir da abertura das economias latino-americanas para o comércio exterior, o BID retomou e intensificou, a partir de 1994, sua atividade no campo da preservação do patrimônio urbano. A autora prossegue afirmando que o BID passou a financiar projetos que previam inversões não somente em infraestrutura, melhoria do espaço público e conservação de monumentos, mas também no fomento a atividades econômicas nas áreas em processo de revitalização, bem como, na reabilitação de imóveis privados. De acordo com Nardi (2015), as características importantes do programa foram: o envolvimento do poder público municipal; a criação dos Fundos Municipais de Preservação e o desenvolvimento de atividades que promovessem a sustentabilidade econômica das áreas de intervenção.

Em cada um dos municípios ou estados executores, foi instalada uma Unidade Executora de Projetos (UEP), a qual cabia a coordenação da elaboração do projeto local, a execução dos procedimentos licitatórios e o controle do cumprimento de contratos de obras e de provisão de itens e serviços (LYRA, 2016). Com a intenção de fortalecimento e integração institucional, essas unidades, por vezes, configuraram estruturas paralelas, elevando a dissensão nas decisões e dificultando a articulação técnica e política entre as instituições (NARDI, 2015). A ideia inicial era que as UEP tivessem um espectro de atuação mais amplo, funcionando à semelhança da Empresa Centro Histórico de Quito, com instâncias de compartilhamento com o setor privado da execução de ações nas áreas do projeto, incluindo captação de recursos e viabilização de empreendimentos. Diante da impossibilidade legal de implantação de tais organismos no Brasil, o papel das UEP foi bastante reduzido (SANT´ANNA, 2017).

Lyra (2016) ressalta que os objetivos propostos pelo BID foram de longo prazo, no qual cobrou-se do governo brasileiro aumento da conscientização da sociedade acerca do patrimônio, exigindo também, aperfeiçoamento da gestão de patrimônios e a definição de critérios para as prioridades de conservação. Para curto prazo, pediu-se o aumento da utilização econômica, cultural e social das áreas beneficiadas. O princípio econômico adotado pelo programa era o da sustentabilidade entendida como geração permanente de receitas suficientes para garantir o equilíbrio financeiro das atividades e manter conservados todos os imóveis da área do projeto, incluindo monumentos cujas receitas sejam insuficientes para sua conservação, para tal, previa-se a constituição de um Fundo de Preservação nas cidades incluídas no projeto.

Durante a execução do programa Monumenta surgiram alguns impasses entre o BID e o governo brasileiro, tais como, o número inicial de cidades atendidas pelo programa e o número final. O programa iniciara com uma lista de 20 cidades espalhadas por todas as regiões do país, no entanto, a lista final do programa apontava para 27 cidades. No processo de estabelecimento da abrangência do Monumenta e de suas prioridades, o BID, assim como os consultores estrangeiros, alertou as autoridades brasileiras para o risco de se pulverizar recursos com a inclusão de muitas cidades, e de perder assim a oportunidade de realizar intervenções realmente significativas (SANT´ANNA, 2017). A autora supõe que o motivo do aumento do número de cidades a serem incluídas no programa, se deva a pressões políticas, desta forma, a seleção de novas cidades não obedeceu a critérios relacionados aos objetivos do programa e à identificação das problemáticas urbanas e patrimoniais específicas, recomendadas pelo BID.

No que se refere à lista inicial do programa de 20 cidades, no ano de 1997 as cidades de Recife, Olinda, Ouro Preto, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e São Luiz, foram pré-selecionadas, pois segundo Sant´Anna (2017), estas cidades eram representativas das

problemáticas de conservação existente no Brasil, englobando setores urbanos degradados, cidades médias tombadas e conjuntos de monumentos em centros metropolitanos. Formaram o que foi chamado de Amostra Representativa do Programa (LYRA, 2016).

No ano de 2010 o programa Monumenta chega ao fim, abrindo caminho para uma nova política federal também focada no patrimônio urbano. Desta vez, com o retorno de investimento estatal para esta área, denominado de PAC (Plano de Aceleramento do Crescimento). O PAC Cidades Históricas, foi na verdade o desdobramento de uma política governamental muito maior que o patrimônio cultural. Ela abrangia as políticas de saúde, saneamento básico, transportes e rodovias, educação, estruturação das universidades, entre outros. Com o intuito de desenvolver uma política transversal, envolvendo o Ministério da Cultura e os Ministérios das Cidades, da Educação e do Turismo, além de agências como Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e a Caixa Econômica Federal, foram elaborados planos de ações que pactuados com os municípios e estados deveriam ser executados a partir de uma gestão compartilhada (NARDI, 2015).

Como já fora dito anteriormente, o processo de patrimonialização na cidade de Baião é fato recente (2014-2018), o que implica dizer que o município jamais teve a chance de participar de algum programa de revitalização de sua região histórica, não somente pelo fato de seu reconhecimento via Estado ser muitíssimo novo, mas pela lógica da política patrimonial brasileira que ainda concentra-se em cidades de médio e grande porte, ou quiçá, em cidades de larga tradição patrimonial. O exemplo de Baião ilustra muito bem os casos de cidades longínquas, dos grotões brasileiros, às vezes suficientemente inexpressivas para o resto do Estado, ainda que sua fundação remonte a 325 anos de existência e de presença da colonização portuguesa na Amazônia. Desta forma, fica evidente que um projeto de revitalização/requalificação de sua região frontal às margens do rio Tocantins, de fato, interessa quase que unicamente ao próprio município.

Não percamos de vista que o próprio processo de patrimonialização em Baião colocou em xeque a possibilidade de construção de uma obra urbanística em área de interesse histórico, legalmente definida pela lei de nº 5.629/90, que rege o patrimônio cultural do Estado do Pará, bem como, faz/fez observar as recomendações de tratados internacionais (leia-se Cartas Patrimoniais) dos quais o Brasil é país signatário.

Sampaio (2009) ensina que, ao final da Segunda Guerra Mundial foram criadas a ONU-Organização das Nações Unidas e a Unesco- Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, sendo que esta última ampliou a cooperação entre os povos, promovendo o surgimento de acordos, recomendações e convenções para a organização do intercâmbio cultural. Também

tentou coibir o roubo e a apropriação indébita de bens culturais. A aceitação jurídica de que existem bens culturais de interesse "universal" e que devem ser protegidos pelo consórcio das nações só aconteceu em 16 de novembro de 1972, em Paris, com a aprovação da Convenção Sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, aprovada pela Conferência Geral da Unesco em sua 17ª reunião. Para Sampaio, a partir desta convenção, a preservação do patrimônio deixa de ser assunto de economia doméstica, para se tornar um compromisso internacional. Para Vasques (2016), as cartas, declarações e demais recomendações no âmbito do patrimônio, são documentos reconhecidos internacionalmente, amplamente difundidos e utilizados como referência teórica nos trabalhos e estudos na temática do patrimônio cultural, eles refletem a evolução dos debates e pensamentos de uma época sobre o tema em nível mundial. Esses documentos passaram, dentre outras recomendações, a indicar códigos de posturas internacionais e a orientar a conduta dos profissionais atuantes na área da conservação-restauração, além de proporcionar a ampliação das noções de patrimônio e bem cultural para os países signatários (CALDAS; SANTOS, 2013). Tais parâmetros se integram a características próprias de cada nação, estado ou município, mas a grande maioria está pautada em princípios internacionais, regidos por documentos de diversos países signatários (NARDI, 2015).

Portanto, para Silva (2012), assim, tem início na ordem jurídica internacional, a adoção de instrumentos jurídicos instituídos exclusivamente para a proteção dos bens culturais. Para o autor, até a fundação da Unesco, a comunidade internacional era carente de instrumentos protetores dos bens culturais, com exceção para o Pacto de Roerich (1935), até então, não há notícias de convenções no espectro internacional com intuito de proteção de bens culturais. No entanto, convém observar que, para Silva, a trajetória de proteção internacional a bens culturais imóveis, se dará em três níveis, sendo:

> **Direito internacional interestatal** – caracterizado pelas grandes conferências diplomáticas convocadas para o debate de problemas globais, até mesmo para adoção de convenções multilaterais; organizações não governamentais- realização de congresso internacionais de arquitetos e restauradores que adotam diretrizes relacionadas à proteção dos bens culturais; direito das organizações internacionais- instituições de convenções internacionais, elaboradas e adotadas segundo procedimentos estabelecidos pelas organizações internacionais (Ibid., p. 51).

A respeito desses níveis internacionais de intervenção sobre os bens culturais imóveis, pontualmente, Silva (2012) explicará:

> **Direito Internacional Interestatal-** ***As convenções de Haia de 1899 e 1907:*** As convenções de Haia são as primeiras convenções multilaterais codificadoras dos costumes de guerra. Nas palavras de Kifle Jote, "são os primeiros grandes documentos globais adotados para regular a conduta dos beligerantes". Segundo Alfred Verdross, as convenções de Haia visavam "humanizar" a guerra mediante normas que

> prescreviam "meios bélicos proibidos", restringindo o emprego de certas armas, ataques a pessoas e bens, e condenando certas condutas denominadas "ardis de guerra e perfídia". Assim, o artigo 27 do Anexo da Convenção Relativa às Leis e Usos de Guerra Terrestre (Convenção IV), de 1907, dispunha que "nos sítios e bombardeios, todas as medidas necessárias devem ser tomadas para poupar, tanto quanto possível, os edifícios consagrados aos cultos, às artes, às ciências e à beneficência, os monumentos históricos, os hospitais e os locais de ajuntamento de enfermos e de feridos, salvo o caso em que estejam empregados ao mesmo tempo para fins militares". A mesma categoria de bens fora objeto de proteção pela Convenção Relativa ao Bombardeamento por Forças Navais em Tempo de Guerra (Convenção IX), de 1907, e pela Convenção Relativa às Leis e Usos da Guerra Terrestre, de 1899. (Ibid., p. 52).

De acordo com Stanislaw E. Nahlik (1967), conforme citado por Silva (2012, p. 52), nas convenções de Haia, o termo "bens culturais" ainda não havia sido criado, muito embora três critérios possam ser utilizados para sua identificação: *1) os objetos devem ser protegidos "como tais", segundo suas características intrínsecas: os monumentos históricos, obras de arte e da ciência. 2) os objetos protegidos em razão de suas finalidades: edifícios consagrados aos cultos, às artes e às ciências. 3) os objetos denominados, segundo o autor, bens comunais: estabelecimentos consagrados aos cultos, às artes e às ciências.* A respeito da Convenção IX, de 1907, anteriormente citada, das Forças Navais em Tempos de Guerra, Silva (2012) afirmara que esta, era mais precisa, determinando que os bens protegidos devessem ser identificados por grandes peças de pano retangulares rígidas, divididas por uma diagonal em dois triângulos de cor: negro no alto e branco embaixo. Desta forma:

> Embora o real objetivo dessas convenções fosse a proteção da vida humana, das populações civis e suas propriedades, Kifle Jote assinala que sua contribuição para a proteção dos bens culturais foi decisiva, particularmente em tempos de guerra. As convenções de Haia disciplinaram a proteção dos bens culturais em hipóteses de guerra, abstendo-se de dispor sobre outras hipóteses de degradação, como o crescimento desordenado das cidades ou as influências climáticas (SILVA, 2012, p. 53).

O autor se referirá também à *Convenção de Genebra de 1949 e os Protocolos Adicionais I e II de 1977.* A Convenção de Genebra Relativa à Proteção dos Civis em Tempo de Guerra (Convenção IV), de 1949, proibia o Estado ocupante de destruir bens móveis e imóveis pertencentes individual ou coletivamente a pessoas privadas, ao Estado, ou às coletividades públicas, às organizações sociais ou cooperativas, salvo quando absolutamente necessárias tais destruições em razão de operações militares. O Protocolo Adicional I de 1977, mais específico, faz menção ao termo "bens culturais": monumentos históricos, obras de arte ou templos religiosos que constituem a herança espiritual ou cultural dos povos não poderão ser objetos de qualquer ato de hostilidade, nem usados em apoio do esforço militar. Regra similar é encontrada

no Protocolo Adicional II relativo à proteção das vítimas em conflitos não internacionais (SILVA, 2012).

O segundo nível, referindo-se às Organizações não Governamentais, trata-se da elaboração de documentos resultantes de congressos/encontros de profissionais de escala internacional. São frutos desses eventos liderados por arquitetos, urbanistas e restauradores, as primeiras Cartas Patrimoniais que norteariam os tratados internacionais, criando, assim, uma rede de países signatários para a proteção dos bens culturais imóveis. As primeiras cartas são, por exemplo: Carta de Atenas (1933) e a Carta de Veneza (1964). De acordo com Silva (2012), sobre a Carta de Atenas, temos:

> Fruto do movimento moderno que reinava em várias manifestações humanas, sobretudo nas artes plásticas, na literatura, na música e na arquitetura, realiza-se em 1928, o primeiro de uma série de Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM). Instituídos sob a liderança de Le Corbusier, um dos maiores expoentes do Modernismo na arquitetura, os objetivos desses congressos eram "reunir e sistematizar" pesquisas realizadas por arquitetos em seus países, sendo os pontos convergentes temas de exposições internacionais. Em 1933 realiza-se o quarto encontro do CIAM na cidade de Atenas. O tema do congresso era a "cidade funcional", que propunha uma "nova maneira de viver" com base em uma ocupação racional do solo urbano. Os princípios adotados naquele congresso foram reunidos em um documento denominado Carta de Atenas, cuja meta era propor "...uma cidade que funcionasse adequadamente para o conjunto de sua população, distribuindo entre todos as possibilidades de bem-estar decorrentes dos avanços técnicos (Ibid., p. 54).

Ainda de acordo com o autor, a "cidade funcional", idealizada na Carta, deveria ser organizada para atender a quatro necessidades humanas básicas: habitação (itens 9 a 29), lazer (itens 30 a 40), trabalho (itens 41 a 50) e circulação (itens 51 a 64). Por sugestão da delegação italiana, introduziu-se uma seção destinada ao "patrimônio histórico" das cidades (itens 65 a 70). A proteção ao patrimônio histórico estava consagrada na medida em que valores arquitetônicos (edifícios isolados ou conjuntos urbanos) (item 65) deveriam ser "salvaguardados se constituírem expressão de uma cultura anterior" (item 66). A carta de Atenas é um marco importante para a proteção dos bens culturais imóveis, em virtude do seu caráter universal, constituindo-se importante diretriz seguida pelos profissionais ligados às políticas urbanas (SILVA, 2012).

Por sua vez, a Carta de Veneza (1964), fruto do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado na cidade de Veneza, apontará os princípios de uma ampla compreensão dos problemas da conservação e da restauração dos monumentos e do ambiente que os envolve. Assim sendo:

> A Carta de Veneza nasceu em razão da crescente preocupação com a deterioração dos monumentos históricos, sobretudo daqueles destruídos durante a Segunda Guerra Mundial. Ela retomou a preocupação da Carta de Atenas em relação à proteção do

> patrimônio histórico. Murilo Marx observa que ela ampliou a aprofundou os fundamentos da proteção ao conceituar a "conservação, a restauração e a documentação". A Carta de Veneza foi concebida para tratar exclusivamente da proteção dos monumentos. A primeira contribuição dada pela Carta é a afirmação de um interesse universal pela conservação dos monumentos históricos. O preâmbulo da Carta de Veneza evoca a responsabilidade da humanidade em relação à salvaguarda das "obras monumentais" que integram seu patrimônio comum para as futuras gerações (Ibid., p. 55-56).

Ao citar Gian Carlo Gasperini (1967), Silva (2012) nos dirá que a noção de monumento concebida pela Carta compreende a "criação arquitetônica isolada", bem como o "ambiente no qual ela se insere". Assim, o monumento "é inseparável do meio no qual ele se situa e da história da qual é o testemunho. Reconhece-se, então, tanto o valor monumental dos grandes conjuntos arquitetônicos quanto o das obras modestas que, com o tempo, adquiriram uma significação cultural e humana" (Ibid., p. 56). Esse conceito pôs fim a uma concepção de "musealização" do monumento, sobretudo, na área urbana, deixando de ser apenas fonte de contemplação para adquirir uma "função útil à sociedade" (Ibid., p. 56). O *Conselho Internacional de Monumentos e Lugares de Interesse Artístico e Histórico* (ICOMOS) surgirá nesse contexto, com intuito de operacionalização e aplicabilidade dos princípios propostos na Carta de Veneza.

O terceiro e último nível será o *Direito das Organizações Internacionais*, através da União Pan-Americana instituída em 1890, por resoluções aprovadas pela I Conferência Internacional Americana, realizada em Washington. A denominação original da União Pan-Americana era Sociedade Internacional das Repúblicas Americanas. A contribuição da União Pan-Americana foi a preparação de dois projetos de convenções relacionadas à proteção dos bens culturais: um tratado sobre a proteção de instituições científicas e artísticas e monumentos históricos e outro sobre a proteção de bens móveis de valor histórico contra o tráfico ilícito (LA ROSA; CASANOVAS, 1991 *apud* SILVA, 2012). O referido tratado sobre Proteção das Instituições Científicas e Artísticas e Monumentos Históricos foi chamado de Pacto Roerich, de 1935. Para Silva (2012), o pacto recebeu este nome em homenagem ao professor Nicholas Roerich, russo que idealizou o tratado. O caráter universal do tratado era evidente, pois, embora elaborado sob o patrocínio de uma organização internacional de caráter regional, suas disposições não faziam quaisquer restrições às adesões de Estados não membros da União Pan-Americana. Dito isto, Silva (2012, p. 58) ensina:

> O Pacto Roerich disciplinava a proteção de bens imóveis em tempos de guerra e de paz. Seu artigo 1º proclamava "o respeito e proteção aos monumentos históricos, museus e instituições cientificas, artísticas, educativas e culturais, tanto em tempo de paz como de guerra. A proteção em tempo de guerra recebeu maior atenção no Pacto Roerich. Reconhecia o status de neutralidade, em casos de guerra, aos monumentos históricos, museus e instituições dedicadas à ciência, à arte, à educação e à conservação dos elementos culturais que constassem de uma lista elaborada pelos

> governos signatários e comunicada à União Pan-Americana. Assim como suas antecessoras, as convenções de Haia de 1899 e 1907, o Pacto reconhecia a neutralidade dos monumentos e instituições desde que não utilizados para fins militares. Os bens imóveis protegidos eram identificados por uma "bandeira distinta", de "círculo vermelho, com uma tripla esfera vermelha dentro do círculo, sobre um fundo branco. A proteção em tempos de paz não foi disciplinada pelo Tratado, sugerindo, portanto, que nesse campo a tarefa era exclusiva dos Estados signatários.

A Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), braço forte da Organização das Nações Unidas (ONU), foi criada em 1945 como resposta às atrocidades da Segunda Guerra Mundial, sob a ideia de uma organização internacional que viesse substituir a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, organismo vinculado à Liga das Nações e especializada em promover uma política de cooperação cultural e educacional. Com o advento da Unesco, a proteção internacional dos bens culturais imóveis cresce amplamente a partir das décadas de 1950 e 1960, cujo Tratado de Constituição confere-lhe o objetivo de zelar "pela conservação e proteção do patrimônio universal de livros, obras de arte e monumentos de interesse histórico ou cientifico" e recomendar às nações interessadas as convenções internacionais que sejam necessárias para tal fim (SILVA, 2012, p. 59).

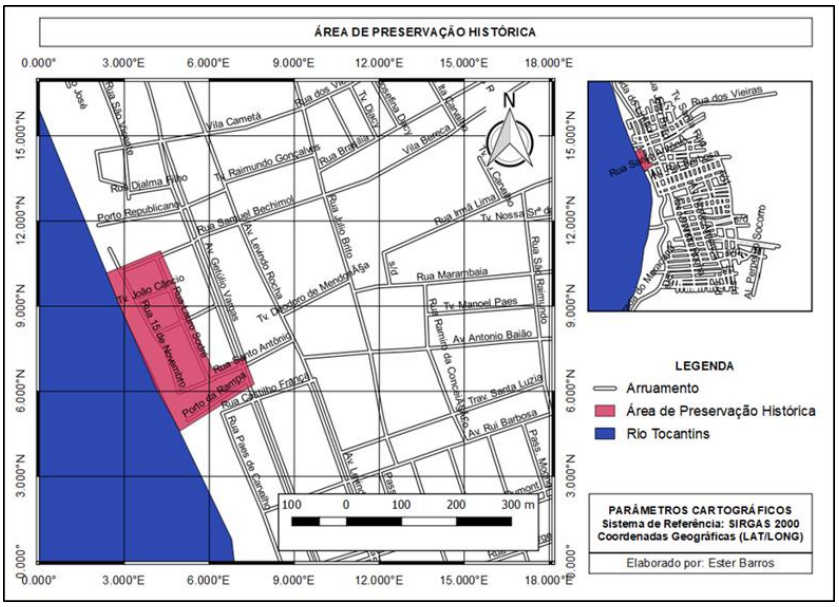
Outra contribuição dada pela Unesco é a ampliação da tutela internacional dos bens culturais, pois as medidas jurídicas adotadas anteriormente tinham como objeto a proteção de bens culturais imóveis apenas em tempo de guerra. A proteção internacional em tempos de paz prevista pelo Pacto Roerich, resumia-se ao campo programático, isto é, não havia previsão dos meios a serem empreendidos para assegurar uma proteção daquela natureza. Daí pra frente serão inúmeras as convenções multilaterais promovidas pela Unesco, inseridas no contexto do Direito Internacional Público, através do Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Importante dizer que, as convenções geram aos países signatários obrigações e disposições rígidas de cumprimento. Diferentemente das recomendações que são compreendidas como instrumentos de direção política com intuito de influenciar o desenvolvimento e práticas nacionais. À vista disso, Silva (2012, p. 64) afirma:

> As recomendações, diversamente das convenções, não prevêem hipótese de ratificação ou aceitação, pois, segundo Hanna Saba, suas normas impõem-se em um "plano moral". Entretanto, não estão absolutamente desprovidas de força obrigatória, uma vez que o Tratado de Constituição da Unesco dispõe que os Estados membros devem submetê-las às suas autoridades competentes no prazo de um ano a contar do encerramento da conferência geral que as aprovou. Hanna Saba menciona alguns pontos de identidade entre as recomendações e as convenções: ambas são redigidas de forma semelhante, divididas em preâmbulo, seções e títulos próprios para cada matéria a ser tratada. Todavia, as convenções contêm dispositivos de caráter imperativo, ao passo que as recomendações apresentam "aconselhamentos".

Dos vários acordos internacionais ratificados pelo Brasil, dois deles, em especial, se aplicam ao contexto do patrimônio de Baião, são eles: *A Norma de Quito (1967)* e a

Recomendação de Paris (1968). O primeiro refere-se à associação direta e inseparável entre o bem tombado e o entorno, onde ambos se comunicam e se completam. De acordo com Vasques (2016), um pode qualificar o outro, ou seja, ao se valorizar um bem cultural, gera-se uma ação benéfica também ao perímetro urbano em que se encontra implantado. A inserção do bem cultural, e de todos os elementos que o integram, em seu contexto, sempre que possível, é decorrência de um de seus elementos: a função de testemunho, a capacidade que ele tem de se comunicar, silenciosamente, por sua simples presença em determinado contexto espacial (MARCHESAN, 2007). O entorno do monumento mantém com ele uma relação essencial. É por isso que, na maior parte dos casos, isolar ou destacar um monumento equivale a mutilá-lo (CHOAY, 2006). Por sua vez, o segundo acordo trata da realização de obras públicas ou privadas em áreas de interesse histórico e cultural, oficialmente reconhecidas pelo Estado.

Figura 58 – Mapa de Preservação Histórica de Baião-PA.



Fonte: Elaborado por Ester Barros.

Para Motta e Thompson (2010), deve-se entender que a previsão de um espaço de proteção além do monumento tombado é uma consequência do próprio ato de tombamento. Assim como os imóveis e sítios tombados estão submetidos às limitações impostas pelo órgão federal de proteção ao patrimônio cultural, também estão as áreas vizinhas a esses bens. Desta forma, o art. 30, da lei 5.629/1990, estabelece: *"Os bens culturais imóveis tombados terão área de entorno, ambiência ou vizinhança, para proteção da unidade arquitetônica e paisagística, cabendo ao DPHAC ou AMPPPC a definição dessas áreas, inclusive ampliá-las".* Assim foi feito, após discutir com os técnicos do DPHAC os limites e possibilidades da área envoltória

do bem, argumentos históricos, geográficos, identitários e políticos, chegamos à definição da poligonal do patrimônio cultural de Baião. A partir deste momento, além de um bem tombado, teríamos também a cobertura para uma área de interesse histórico e cultural.

Importante pontuar algumas diferenças do ponto de vista conceitual sobre vizinhança, ambiência e entorno. Para Guedes (2012), nos parece difícil tomar como exemplo um bem isolado, que resguarde das edificações "vizinhas" uma distância que não interfira/afete a sua "visibilidade", mais complexa se torna a situação em que o bem a ser tombado esteja inscrito num conjunto urbano, onde provavelmente estará sofrendo interferências das demais edificações. Para a autora, as interferências podem acontecer de duas maneiras distintas: tanto em termos de dificuldade da delimitação de sua "vizinhança", levando em conta que esta também seguirá algumas restrições. A segunda se refere à confrontação desta visibilidade, frente às demais edificações de características dessemelhante como dimensões, cores e estilos. Desta forma, Guedes dirá que o termo vizinhança foi o primeiro a ser citado na Carta de Atenas:

> [...] recomenda respeitar, na construção de edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na **vizinhança** dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais. [...] Recomenda-se, sobretudo, a supressão de toda publicidade, de toda presença abusiva de postes ou fios telegráficos, de toda indústria ruidosa, mesmo de altas chaminés, na **vizinhança** ou na proximidade dos monumentos, de arte ou história. (CARTA DE ATENAS, 1931, p. 2 *apud* GUEDES, 2012, p. 335).

Para esta autora, a preocupação exposta na referida carta é de grande relevância, ainda que esta seja meramente de caráter visual em referência à vizinhança do monumento. Guedes afirmará, também, que esta preocupação da Carta de Atenas abrirá caminho para que esse peculiar aspecto que envolve o monumento merecesse uma discussão maior a respeito dessas áreas, fato que acontecerá nas recomendações seguintes. De toda forma, mesmo sem a devida conceituação do termo vizinhança no documento em questão, ou sem o seu aprofundamento esperado, é inegável o papel da pioneira Carta de Atenas nessa discussão (GUEDES, 2012). O reflexo dessa preocupação pode ser visto, anos mais tarde, no documento resultante da reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico, as Normas de Quito de 1967. Segundo a autora, o documento não chega a tratar especificamente sobre o termo, mas nota-se nele uma considerável evolução naquilo que diz respeito ao valor do bem e da sua área envoltória.

No que tange ao termo ambiência, Guedes citará a Recomendação de Nairóbi (1976), que de acordo com a autora, este documento defenderá a adoção de uma política "global e ativa de proteção e revitalização" de conjuntos e sua ambiência. Para Guedes, a inquestionável contribuição dessa Recomendação se faz principalmente ao definir o conceito de ambiência

usado no correr do texto, bem como, definir que tanto os conjuntos históricos e ambiência são inseparáveis. A autora fará algumas outras considerações a respeito do tema no escopo do documento. Assim sendo:

> Entende-se por "ambiência" dos conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estética ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais. [...] um todo coerente cujo equilíbrio e caráter específico dependem da síntese dos elementos que o compõem e que compreendem tanto as atividades humanas como as construções, a estrutura espacial e as zonas circundantes. Dessa maneira, todos os elementos válidos, incluídas as atividades humanas, desde as mais modestas, têm, em relação ao conjunto, uma significação que é preciso respeitar (RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI, 1976, p. 3 *apud* GUEDES, 2012, p. 337).

O termo "entorno" é mais amplamente utilizado que os anteriores "vizinhança" e "ambiência", sendo citado em maior número de documentos internacionais acerca da preservação do patrimônio. O primeiro documento que fez uso do termo em questão foi "Recomendação Paris de Obras Públicas e Privadas", resultante da 15ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, datada de 1968 (GUEDES, 2012). O termo entorno estará presente em outros documentos como a Carta de Burra, de 1980. Na Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas- Carta de Washington de 1986 e na Declaração de X´ian sobre a Conservação do Entorno Edificado, Sítios e Áreas do Patrimônio Cultural, de 2005. Esta última declaração destaca que a definição de entorno vai além de seus aspectos do patrimônio cultural intangível, tanto quanto com o "contexto atual e dinâmico de natureza cultural, social e econômica" (Ibid., p. 342). Conforme coloca a publicação do IPHAN, intitulada Entorno de Bens Tombados, o conceito de vizinhança foi sendo expandido conforme fora também ampliada a noção de patrimônio, e hoje o termo entorno parece mais apropriado, sendo utilizado nas publicações mais recente. Nestas, o seu entendimento:

> pressupõe o conhecimento da história e das características ambientais e culturais, ou seja, o espaço ou território ou paisagem são importantes para o entendimento de um todo, que não pode ser somente informado pelo bem protegido (IPHAN, 2007, p. 18 *apud* GUEDES, 2012, p. 343-344).

A Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas- Carta de Washington de 1986, acima citada, para além de mencionar o termo entorno, traz outras orientações quando se trata de cidades ou bairros históricos e sua preservação. Já no seu preâmbulo e definições, afirma que todas as cidades do mundo são expressões materiais da diversidade das sociedades através da história e, por isso, são históricas. O documento apresenta em seus princípios e objetivos, as diretrizes para a salvaguarda das cidades e bairros históricos, desta forma:

> "1. A salvaguarda das cidades e bairros históricos deve, para ser eficaz, fazer parte integrante de uma política coerente de desenvolvimento econômico e social, e ser considerada no planejamento físico-territorial e nos planos urbanos em todos os seus níveis.
> 2. Os valores a preservar são o caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que expressam sua imagem, em particular:
> a) a forma urbana definida pelo traçado e pelo parcelamento;
> b) as relações entre diversos espaços urbanos; espaços construídos, espaços abertos e espaços verdes;
> c) a forma e o aspecto das edificações (interior e exterior), tais como são definidos por sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração;
> d) as relações da cidade com o seu entorno natural ou criado pelo homem;
> e) as diversas vocações da cidade adquiridas ao longo da sua história.
> Qualquer ameaça estes valores comprometeria a autenticidade da cidade histórica.
> 3. A participação e o comprometimento dos habitantes da cidade são indispensáveis ao êxito da salvaguarda e devem ser estimulados. Devem ser buscados em todas as circunstâncias, e favorecidos pela necessidade de tomada de consciência de todas as gerações. Não se deve jamais esquecer que a salvaguarda das cidades e bairros históricos diz respeito primeiramente a seus habitantes.
> 4. As intervenções num bairro ou numa cidade histórica devem realizar-se com prudência, sensibilidade, método e rigor, evitando dogmatismos, mas tendo sempre em conta os problemas específicos de cada caso particular."
> (CURY, 2004, p. 281-282).

Naquilo que se refere à política de intervenção em cidades ou bairros históricos, o referido documento acima citado trará métodos e instrumentos para sua aplicabilidade. Assim diz o documento:

> "5. O planejamento da salvaguarda das cidades e bairros históricos deve ser precedido de estudo pluridisciplinares. O plano de salvaguarda deve incluir uma análise dos dados, designadamente arqueológicos, históricos, arquitetônicos, técnicos, sociológicos e econômicos, e definir as principais orientações e modalidades de ação a empreender nos campos jurídico, administrativo e financeiro. O plano de salvaguarda deverá definir uma articulação harmoniosa dos bairros históricos no conjunto da cidade. O plano de salvaguarda deve determinar quais os edifícios ou grupos de edifícios a serem especialmente protegidos, a conservar em certas condições e, em circunstâncias excepcionais, a serem demolidos. O estado em que se encontram os sítios antes de qualquer intervenção será rigorosamente documentado. O plano deveria beneficiar da adesão dos habitantes.
> 6. Antes da adoção de um plano de salvaguarda ou enquanto ele estiver sendo finalizado, as ações necessárias à conservação deverão ser adotadas em observância aos princípios e métodos da presente carta e da Carta de Veneza.
> 7. A conservação das cidades e dos bairros históricos implica a manutenção permanente de áreas edificadas.
> 8. As novas funções devem ser compatíveis com o caráter, a vocação e a estrutura das cidades históricas. A adaptação da cidade histórica à vida contemporânea requer cuidadosas instalações das redes de infraestrutura e equipamentos dos serviços públicos.
> 9. A melhoria do habitat deve ser um dos objetivos fundamentais da salvaguarda.
> 10. No caso de ser necessário efetuar transformações nos imóveis ou construir novos, todo acréscimo deverá respeitar a organização espacial existente, especialmente seu parcelamento, volume e escala, nos termos em que impõem a qualidade e o valor do conjunto de construções existentes. A introdução de elementos de caráter contemporâneo, desde que não perturbe a harmonia do conjunto, pode contribuir para o seu enriquecimento.
> 11. É importante contribuir para um melhor conhecimento do passado das cidades históricas, através do favorecimento das pesquisas arqueológicas urbanas e da

> apresentação as investigações adequadas das descobertas sem prejuízo da organização geral do tecido urbano.
> 12. A circulação de veículos deve ser estritamente regulamentada no interior das cidades ou dos bairros históricos; as áreas de estacionamento deverão ser planejadas de maneira que não degradem o seu aspecto nem o seu entorno.
> 13. Os grandes traçados rodoviários previstos no planejamento físico-territorial não devem penetrar nas cidades históricas, mas somente facilitar o tráfego nas cercanias para permitir-lhes um fácil acesso.
> 14. Devem ser adotadas nas cidades históricas medidas preventivas contra catástrofes naturais e contra todos os danos (notadamente, as poluições e as vibrações), não só para assegurar a salvaguarda do seu patrimônio, como também para a segurança e o bem-estar de seus habitantes. Os meios empregados para prevenir ou reparar os efeitos das calamidades devem adaptar-se ao caráter específico dos bens a salvaguardar.
> 15. Para assegurar a participação e o envolvimento dos habitantes, deverá ser efetuados um programa de informações gerais que comece desde a idade escolar. Deverá ser favorecida a ação das associações de salvaguarda e deverão ser tomadas medidas de caráter financeiro para assegurar a conservação e a restauração das edificações.
> 16. A salvaguarda exige uma formação especializada a todos os profissionais envolvidos.
> (CURY, 2004, p. 283-284).

Em se tratando do caso de patrimonialização em Baião, a Carta de Washington é documento de instrução perfeitamente viável de aplicabilidade, uma vez que, a existência do projeto urbanístico em área de preservação deverá seguir critérios técnicos, conforme veremos mais adiante, quando tratarmos do projeto de construção da orla da cidade e seu possível desdobramento político da gestão do lugar de interesse de preservação.

Como já citamos outras vezes, a segunda fase do processo de patrimonialização em Baião compreendeu a definição da área de entorno do bem tombado. Dentro da referida área, que compreende um quadrante aproximado de 24.465,65 metros quadrados, localiza-se a Praça João Câncio, local apontado pelos mais velhos e pelo consenso da cidade, como o lugar que deu origem a Baião, ou seja, seu primeiro núcleo habitacional. Para Silva (2014), dentro de uma cidade, dormem outras. Outras experiências, recolhidas por habitantes que experimentaram ou sonharam com outros lugares. Outras temporalidades, que outros homens, em outros tempos, construíram naquele local. Desta forma, a autora dirá:

> Assim, por vários canais, as experiências urbanas ganham espessura e variedade. No caso da memória, a riqueza de expressões temporais soma nesta amplitude de entendimento do significado de viver a vida urbana. Por vezes, estes tempos acumulados provocam concentrações de maior intensidade em relação a outras partes da cidade. Constituem-se nódulos, verdadeiras centralidades, lugares distintos e de referência coletiva. É o caso dos denominados centros históricos. Neles, as temporalidades se manifestam pela memória das pessoas usualmente agregada à matéria da arquitetura. Assim temos, em um determinado sítio urbano, uma concentração de monumentos e uma rede de “lugares de memória”. Na linha do horizonte, mas também permeados pelas edificações antigas, outros tempos se imbricam nos luminosos e letreiros a esconder antigas platibandas, nas pessoas que passam nos veículos, no lixo, na poluição, nos camelôs, nos mendigos e flanelinhas, compondo assim o verdadeiro tempo da memória, que é sempre reciclado, superposto, imbricado e em movimento (SILVA, 2014, p. 317-318).

As histórias contadas sobre esse local relatam a existência de uma igreja que ruíra no ano de 1917. Durante muito tempo se acreditou na cidade que esta história não passaria de imaginação dos moradores do lugar, uma vez que, não havia provas dessa construção, nem por meios de documentos, muito menos por meios de evidências da cultura material. Por outro lado, levantamentos de relatos de viajantes que passaram por Baião entre os séculos XIX e XX, indicam a existência da tal igreja. O relato de Oscar Leal, geógrafo lusitano que esteve em Baião em 26 de dezembro de 1886, em sua crônica sobre o lugar confirma a existência do prédio: "Da Igreja do Rosário restam apenas ruínas" (LEAL, 2012, p. 76). Além deste, foram encontrados mais relatos referentes a esta igreja, em outros documentos, como no Relatório da Província do Grão-Pará datado de 1838.

Figura 59 – Praça João Câncio.

Fonte: Ajax Filho, julho/2019.

Figura 60 – Praça João Câncio.

Fonte: Ajax Filho, julho/2019.

A partir do conhecimento da existência desses documentos, pleiteamos junto ao DPHAC que fosse delimitada área de entorno do bem tombado, estendendo assim a proteção através da poligonal até a Praça João Câncio, local onde outrora existiu a Igreja do Rosário. A preservação dessas evidências, que irão alimentar as memórias e a história da cidade e de seus habitantes, está relacionada com um projeto de cidade do futuro e não a uma mera contemplação da cidade do passado (MEIRA, 2004). O intuito da proteção visava (e ainda visa) garantir que através da realização de construção da orla de Baião dentro da poligonal do patrimônio, as prospecções arqueológicas em busca de indícios materiais da igreja do Rosário fossem realizadas. Neste sentido, a Carta de Paris (1968) recomenda:

> ***Medidas Administrativas***- Por ocasião dos estudos preliminares sobre projetos de construção em local de reconhecido interesse cultural, ou no qual seja provável

> encontrar objetos de valor arqueológico ou histórico, conviria, antes que uma decisão fosse tomada, que se elaborassem diversas variantes desses projetos, em escala regional ou local. A escolha entre essas variantes deveria basear-se em uma análise comparativa de todos os elementos, com o objetivo de adotar a solução mais vantajosa, tanto do ponto de vista econômico quanto no que diz respeito à preservação e ao salvamento dos bens culturais.
>
> ***Métodos de Preservação e Salvamento dos Bens Culturais***- As medidas destinadas a preservar ou a salvar os bens culturais deveriam ser tomadas com suficiente antecipação ao início das obras públicas ou privadas. Nas regiões importantes do ponto de vista arqueológico ou cultural, tais como cidades, aldeias, sítios e bairros históricos, que deveriam estar protegidos pela legislação de cada país, qualquer nova construção deveria ser obrigatoriamente precedida de escavações arqueológicas de caráter preliminar. Se necessário, os trabalhos de construção deveriam ser retardados a fim de permitir a adoção de medidas indispensáveis para assegurar a preservação ou o salvamento dos bens culturais (CURY, 2004, p. 132).

Destarte, a patrimonialização em Baião deverá redimensionar as relações e as práticas políticas do governo local para com esta área da cidade. Uma vez provada que esta porção da cidade é de fato o embrião que deu origem e, partiu dela a expansão urbana de Baião, torna-se indubitável a necessidade de aplicabilidade desta recomendação acima citada. Esse espaço urbano é o local, por excelência, onde se manifestam as permanências, as rupturas, as continuidades e as relações do antigo com o novo. Salientado os lugares da cidade onde se revelam as evidências da sua diversidade promovida pelos acúmulos acontecidos na passagem dos séculos, se devidamente reconhecidos e apropriados poderão contribuir para o enriquecimento das relações sociais e afetivas dos cidadãos contemporâneos (SILVA, 2014). O passado das cidades tem sido valorizado, sobremaneira. Justamente em uma época em que se afirma a tendência à homogeneização colocada pela globalização, os projetos que apregoam a revalorização do passado, a restauração ou a preservação, estão cada vez mais na pauta do dia. Ocorre que o que se busca nos lugares é a sobrevivência, que pode ser encontrada pela individualidade, fazendo com que lugares procurem se diferenciar cada vez mais um dos outros. Nessa busca, o passado representa uma das dimensões mais importantes da singularidade (VIEIRA, 2020). No que se refere às sobreposições de tempos em uma região de profunda memória histórica local, principalmente quando se trata de uma região que passou pelo crivo/rito de um processo patrimonial, como é o caso de Baião, e que em um dado momento projeta-se para esta mesma região intervenções urbanísticas, Figueiredo (2014, p. 94) afirma:

> Reconstituir o passado de uma cidade, contido nos centros urbanos, implicar lidar com vários tempos: o da cidade, que se vê, e a da que não se vê, oculta e esquecida; o tempo que passa e o que não passa, do qual é resultado do resto que fica para ser mostrado; o tempo da cidade que se quer, dos desejos, das utopias perdidas e dos projetos não realizados, e o da cidade que se tem, resultante de fracassos e vitórias, Destes tempos, o centro urbano é como que uma vitrine, um microcosmo do tempo que passou, mas que nem sempre se deixa ver. Destas temporalidades, o tempo mais difícil é do esquecimento. Tempo que finge não ter existido, soterrando lembranças.

> Talvez, por isso mesmo, seja o mais procurado por pesquisadores teimosos, que insistem em indagar dos silêncios e em tentar preencher as lacunas e os vazios do passado de uma cidade.

A síntese se dá em cada momento, em relação a si e aos momentos anteriores da sua história. O patrimônio cultural faz parte dessa dialética, constituindo-se numa ponte entre o passado e o futuro, a lembrar que a cidade é fruto de uma complexa construção histórica (MEIRA, 2004). Nas cidades, os bens culturais estruturam uma rede de relações sociais que lhes atribuem sentidos e ajudam criar laços de pertencimento a partir dos lugares urbanos. A cidade comporta, portanto, muitas memórias, de dominação, de cooperação ou de conflito. Isso possibilita que seja restabelecido o quadro da totalidade das memórias do local, mas aponta para o caminho da possibilidade de recuperação de muitas memórias da cidade (VIEIRA, 2020). As intervenções e propostas para áreas urbanas preservadas perpassam diversas escalas, que podem estar circunscritas em um único edifício ou abrangerem processos de planejamento urbano que procurem aproximar o objeto de preservação de uma realidade urbana mais complexa (NARDI, 2015).

Outro acordo internacional aplicável ao caso de Baião é a Recomendação de Nairóbi, de 1976, que segundo Vasques (2016), trata da salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e seu entorno, apresentando um caráter novo: a presença do fator social que sítios históricos desempenham. No caso de Baião a região patrimonializada possui uma linha frontal ao rio Tocantins de aproximadamente 313 metros, ou seja, uma região portuária, de intensa circulação das comunidades ribeirinhas que buscam na sede do município serviços médicos, bancários, comerciais, entre outros, bem como, de movimentação de cascos (canoas), barcos de pequenos e médios tamanhos e às vezes navios.

É nesta região de sobe e desce entre a cidade alta e o porto, que orbitam ofícios bastante peculiares à cultura local, como as mulheres vendedoras de camarão (camaroeiras), e seus paneiros na cabeça forrados com folhas de bananeiras; o vendedor de tapioca, tucupi, frutas regionais; a vendedora de mingau dos mais variados sabores amazônicos, como: o de açaí, bacaba, tapioca, milho, croeira, entre outros, que são iguarias muito presente na cultura alimentar nortista. O reconhecimento e a valorização da vida que corre nesta pequena porção da área patrimonializada de Baião, está contemplada em outro documento internacional, a Declaração de Xian (2005) que, por sua vez, introduz a ideia de que as práticas sociais, costumes, saberes, usos ou atividades tradicionais e outros aspectos do patrimônio imaterial são formadores do espaço, assim como o contexto atual e dinâmico de natureza cultural, social e econômica (VASQUES, 2016).

Com a Carta de Xian foi possível perceber o avanço no reconhecimento da importância de debater e estabelecer parâmetros para conservação dos ambientes de monumentos e sítios históricos, endossando Cartas anteriores e conectando outros documentos que tratam de temas, como desenvolvimento sustentável, autenticidade, qualidade de vida, identidade cultural. Olhar a cidade começa a ser algo dividido entre olhar o patrimônio construído e olhar para as pessoas que encontramos na cidade (GOMES, 2013).

Na Carta de Petrópolis de 1987, elaborada a partir do 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, também encontraremos a proposta de entrelaçamento da política de preservação do patrimônio cultural e as práticas sociais viventes em áreas de interesse histórico. Segundo Caldas (2013, p. 6), o documento ressalta a necessidade da ação integrada dos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como da participação da comunidade na manutenção dos bens patrimoniais. Destaca a diversificação dos instrumentos de proteção – inventário, tombamento, normas urbanísticas, isenções e incentivos fiscais – como forma de legalizar a proteção. Aspecto importante desta carta é o fato de considerar essencial a predominância do valor social da propriedade urbana sobre a sua condição de mercadoria. Diz a carta:

> "1. Entende-se como sítio histórico urbano o espaço que concentra testemunhas do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações. Esse sítio histórico urbano deve ser entendido em seu sentido operacional de "área crítica", e não por oposição a espaços não históricos da cidade, já que toda cidade é um organismo histórico.
> 2. O sítio histórico urbano- SHU- é parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação, devendo os novos espaços urbanos ser entendidos na sua dimensão de testemunhos ambientais em formação.
> 3. A cidade enquanto expressão cultural, socialmente fabricada, não é eliminatória, mas somatória. Nesse sentido, todo espaço edificado é resultado de um processo de produção social, só se justificando sua substituição após demonstrado o esgotamento de seu potencial sócio-cultural. Os critérios para avaliar a convivência desta substituição devem levar em conta o custo sócio-cultural do novo.
> 4. O objetivo ultimo da preservação é a manutenção e potencialização de quadros e referenciais necessários para expressão e consolidação da cidadania. É nessa perspectiva de reapropriação política do espaço urbano pelo cidadão que a preservação incrementa a qualidade de vida.
> 5. Sendo a polifuncionalidade uma característica do SHU, a sua preservação não deve dar-se à custa de exclusividade de usos, nem mesmo daqueles ditos culturais, devendo, necessariamente, abrigar os universos de trabalho e do cotidiano, onde se manifestam as verdadeiras expressões de uma sociedade heterogênea e plural. Guardando essa heterogeneidade, deve a moradia constituir-se na função primordial do espaço edificado, haja vista a flagrante carência habitacional brasileira. Desta forma, especial atenção deve ser dada a permanência no SHU das populações residentes e das atividades tradicionais, desde que compatíveis com sua ambiência.
> 6. A preservação do SHU deve ser pressuposto do planejamento urbano, entendido como processo contínuo e permanente, alicerçado no conhecimento dos mecanismos formadores e atuantes na estruturação do espaço.

> 7. Na preservação do SHU é fundamental a ação integrada dos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como, a participação da comunidade interessada nas decisões de planejamento, como uma das formas de pleno exercício da cidadania. Nesse sentido, é imprescindível a viabilização e o estímulo aos mecanismos institucionais que assegurem uma gestão democrática da cidade, pelo fortalecimento da participação das lideranças civis.
> 8. No processo de preservação do SHU, o inventário como parte dos procedimentos de análise e compreensão da realidade constitui-se na ferramenta básica para o conhecimento do acervo cultural e natural. A realização do inventário com a participação da comunidade proporciona não apenas a obtenção do conhecimento do valor por ela atribuído ao patrimônio, mas, também, o fortalecimento dos seus vínculos em relação ao patrimônio.
> 9. A proteção legal do SHU far-se-à através de diferentes tipos de instrumentos, tais como: tombamento, inventário, normas urbanística, isenções e incentivos, declaração de interesse cultural e desapropriação.
> 10. Na diversificação dos instrumentos de proteção, considera-se essencial a predominância do valor social da propriedade urbana sobre a sua condição de mercadoria."
> (CURY, 2014, p. 285-286).

No caso do patrimônio tombado em Baião, não se observou nenhuma espécie de conflito entre o bem cultural e a propriedade privada, uma vez que, trata-se de bens de natureza pública e sua localização em logradouro público permite o trânsito e convivência com o objeto em questão. No entanto, de forma parcial, principalmente quando se refere aos instrumentos de conhecimento e gestão do espaço, as recomendações da Carta de Petrópolis, são de suma importância para que o poder público local tenha em mãos um "espelho" da realidade, das percepções e das vontades dos moradores dessa pequena porção histórica da cidade de Baião, para que desta forma possa elaborar ações de preservação do bem e sua área de entorno, alinhadas com o dever de participação social dos moradores.

Retomando a região frontal e portuária de Baião- as atividades sociais e econômicas existentes na região em questão, tornam esse espaço patrimonializado em um lugar de sociabilidade, ou seja, essas práticas são a "alma do lugar". A alma seria o que fica de melhor de um lugar e que por isso transcende o tempo, mas não existe sem um corpo. A alma são materialidades, práticas e representações com uma aura que se contrapõe ao que chamaríamos "desalmado". Tanto quanto a essência natural dos lugares pareceu-me indispensável agregar ao conceito de banalidades desconsideradas pelo planejamento. Quando o planejamento ignora a escala do comum, subtrai-lhe a essência, o sal da terra (YÁZIGI, 2002). Assim sendo, Silva (2014, p. 325) nos ensina:

> Um outro conjunto de manifestações que também se mantêm distanciadas da prática contemporânea veloz são as que são garantidas pelo uso. Elas revelam que as pessoas e seus movimentos no espaço também são agentes de manutenção de saberes e valores e, por extensão, de seus suportes, como ofício, uma conduta construtiva, uma maneira de fazer, um caminho composto pelo trilhar dos pés. Para quem tem a sabedoria de não separar o patrimônio tangível do intangível e observa o que não está violentamente jogado no mundo contemporâneo, pode constatar a manutenção

> silenciosa de práticas, ofícios, receitas, arquiteturas, que passam sem a retórica das letras mais veiculadas pela oralidade. O discurso da cidade vivida mostra bem o valor desta outra dimensão dos lugares.

De acordo com Gomes (2013), as cidades têm intensa vida urbana, ruas muito frequentadas e espetáculos da vida pública que ultrapassam largamente a simples funcionalidade do deslocamento das pessoas. Nessas ruas, a atividade da observação e da visibilidade são também muito vivas. Segundo Gomes (2013), esses lugares, marcos da cidade, refletem talvez a valorização da reciprocidade do olhar, da observação como um prazer, o prazer da contemplação da vida urbana. O olhar muda de lugar para olhar a mesma coisa, a cidade.

Figura 61 – Rua 15 de Novembro.

Fonte: Ajax Filho, julho/2019.

Figura 62 – Rua 15 de Novembro.

Fonte: Ajax Filho, julho/2019.

A valorização da área portuária depende de uma nova perspectiva que sustenta que a cultura é capaz de determinar o crescimento econômico, e o equilíbrio social. Isto implica em estratégias específicas de intervenção e gestão do espaço urbano que incluem, necessariamente, a elaboração de imagens culturais e a valorização do patrimônio cultural. Trata-se de uma imagem positiva e conveniente da cultura, como se esta pudesse resolver problemas sociais e econômicos que caracterizam a história recente da cidade. Nesse sentido, o patrimônio e os discursos ao seu respeito desempenham um papel na modernização da cidade e a inclusão de temas como criatividade, sustentabilidade e inovação na agenda das políticas urbanas e culturais (PIO, 2017).

Destinada a receber a construção da orla da cidade de Baião, a Rua 15 de novembro, rua frontal que margeia o rio Tocantins, hoje encontra-se em estado de degradação ambiental, tanto pela ocupação irregular de seu solo, quanto pela sua desestruturação física. Lama, buracos, mato, lixo, erosões, falta de iluminação, segurança, saneamento, asfalto, entre outros,

constituem a realidade de uma rua totalmente desprovida de qualquer qualidade urbana. De acordo com Lefebvre (2016), o urbanismo saberia discernir os espaços doentes dos espaços ligados à saúde mental e social, geradores dessa saúde. Médico do espaço, ele teria a capacidade de conceber um espaço social harmonioso, normal e normalizante. O urbanismo como ideologia formula todos os problemas da sociedade em questões de espaço e transpõe para termos espaciais tudo que provém da história, da consciência.

Figura 63 – Trecho degradado na Rua 15 de Novembro, fig. 1.

Fonte: Ajax Filho, julho de 2019.

Figura 64 – Trecho degradado na Rua 15 de Novembro, fig. 2.

Fonte: Ajax Filho, julho de 2019.

O novo projeto de urbanismo para a rua 15 de novembro poderá qualificar tanto o lugar, quanto as relações socioespaciais para com a sua população local. Paulo Gomes (2013), em *O Lugar do Olhar*, aponta que o espaço público é resultado da articulação de três esferas: uma física, uma comportamental e outra de significação. O espaço físico são posições dentro de um sistema complexo de sentidos, atributos e qualidades. O espaço público seria, então, a articulação dessas três dimensões, como espaço de comunicação que se ativa pelo recurso narrativo que traduz valores e significados em composições e arranjos de imagens especializadas.

Com o novo projeto para a rua 15 de novembro, o poder público local informa querer qualificar as estruturas urbanas da rua, bem como, configurá-la em área para o lazer, turismo, arte, cultura, memória e patrimônio cultural. O projeto apresenta-se também como um local de contemplação do rio Tocantins, uma moldura para uma paisagem amazônica. A elaboração de uma imagem atrativa da cidade precisa não só de certa quantidade de investimentos, planos e projetos arquitetônicos executados por parceria público-privada, mas da criação de valores sobre ela que possam ser compartilhados pela maioria e, sobretudo, que possam agir como um

elemento de identificação tanto dos próprios habitantes quanto dos visitantes da cidade (TORRES, 2014).

Figura 65 – Layout da requalificação da orla de Baião, Rua 15 de novembro, fig. 1.

Fonte: Prefeitura Municipal de Baião.
Projeto: Alice Rosas, 2018.

Figura 66 – Layout da requalificação da orla de Baião, Rua 15 de novembro, fig. 2.

Fonte: Prefeitura Municipal de Baião.
Projeto: Alice Rosas, 2018.

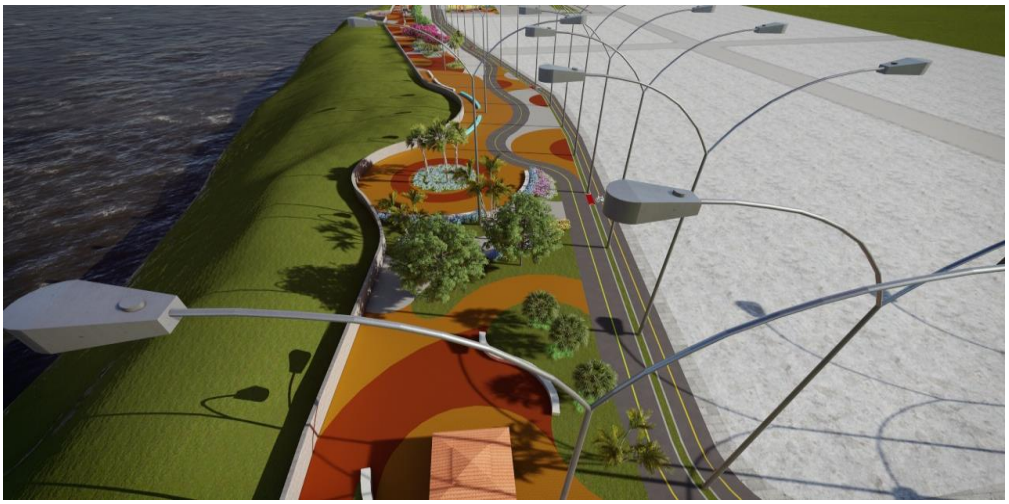
Nesta mesma direção, David (2014) dirá que a valorização atual do passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade. Materializado na paisagem, preservado em instituições de memória ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares, essa valorização vem dando um sólido suporte à procura pela diferença. Para este autor, a busca da identidade dos lugares tão alardeada na contemporaneidade tem constituído, fundamentalmente, uma busca de raízes, uma busca de passado. Essa busca de raízes e passado dos lugares alinha-se com a afirmação de Castriota e Souza (2014, p. 53), quando se referem à memória do lugar:

> A "memória do lugar" teria a ver, assim, com a capacidade humana de se conectar tanto com o ambiente natural quanto com o construído, que estão ligados em ideias como as de "paisagem cultural" (*cultural landscape)* e de "patrimônio ambiental urbano, que hoje começam a conformar as políticas de preservação no mundo todo. Segundo Dolores Hayden, a "memória do lugar" vai ser, de fato, a chave para o poder dos lugares históricos em ajudar os cidadãos a definir o seu passado comum: é sabido que os lugares podem despertar memórias naqueles que, membros da comunidade, compartilham de um passado comum, enquanto, ao mesmo tempo, podem representar passados também para "forasteiros" que estejam interessados em conhecer sobre eles no presente. A "memória do lugar" seria um traço cultural tão forte que muitas culturas diferentes usaram mesmo os chamados "palácios da memória- sequências de espaços imaginários dentro de paisagens imaginarias, edificações ou série de edificações- como ferramentas mnemônicas. Assim, uma estratégia adequada para se promover a chamada "história pública urbana" seria certamente explorar não só a "memória social", mas também a "memória do lugar", que parece assim como uma ideia poderosa para se ligar os campos da preservação do ambiente construído, da história pública e da memória social.

O projeto de requalificação da região frontal de Baião poderá direcionar o olhar da população local para uma região que hoje encontra-se, pelo menos na sua maior porção,

degradada pelo abandono. Esta região padece hoje por conta de abandonos de todas as ordens, sejam elas físico-estruturais, históricas e/ou sociais. Direcionar o olhar dos habitantes da cidade para esta região significa colocar em evidência a possibilidade de construção de um futuro que não poderá negar seu passado, muito menos ignorar as razões da existência e da aplicabilidade de leis e regramentos do patrimônio cultural aos quais, Baião passa a seguir. As pranchas que apresentam os projetos de arquitetura e urbanismo em perspectiva, ao mesmo tempo que procuram reproduzir a sensação do observador diante da obra, indicam um ponto de vista sob o qual os projetos devem ser vistos. Ensinam a olhar e indicam o que deve ser visto (GOMES, 2013).

Figura 67 – Layout da requalificação da orla de Baião, Rua 15 de novembro, fig. 3.



Fonte: Prefeitura Municipal de Baião. Projeto: Alice Rosas, 2018.

Figura 68 – Layout da requalificação da orla de Baião, Rua 15 de novembro, fig. 4.

Fonte: Prefeitura Municipal de Baião. Projeto: Alice Rosas, 2018.

É de suma importância que a proposta de requalificação frontal de Baião seja um projeto capaz de dialogar com o acúmulo de tempos existentes na rua 15 de Novembro, uma vez que, sendo a região patrimonializada, exigirá do poder público local maleabilidade e disposição política para agir/atuar de maneira qualificada numa região de memórias e de interesse histórico-cultural, de operacionalização do estado do Pará, através do seu Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (DPHAC) e todo seu aparato institucional, bem como, frente à articulação política do movimento social, ora determinado de *Patrimonializa Baião*, o mesmo que agora se organiza para criação e implantação do Museu Comunitário da Cultura de Baião, o primeiro da cidade. Sobre esta capacidade de diálogo entre tempos, David (2014) dirá que os elementos se cruzam na composição da identidade dos moradores de outrora. Ao mesmo tempo em que se expõem registros de tempos passados, há a influência do novo, como um vivo mosaico cultural, com muitos patamares de significado, como um cruzamento de diversas temporalidades e especialidades que ressignificam com o passar e a ação do tempo.

Uma preservação histórica em que o patrimônio fala mais do presente do que do passado e em que o *amanhã* é capturado pelo *agora.* Portanto, nessa chave de interpretação, o projeto nos coloca entre um passado encantado e um futuro ideal. Mas, entre a celebração da memória que se reflete na patrimonialização da área e as formas de habitar e construir os patrimônios locais, há um espaço e um tempo que precisam ser vivenciados e compreendidos. Como lembra Walter Benjamin, é necessário que nosso presente se sinta visado pelas imagens do passado e que se reconheça neles (PIO, 2013).

CONCLUSÃO

O processo de patrimonialização ocorrido em Baião pode ser entendido como um elo aglutinador de políticas voltadas ao campo dos patrimônios como um todo, seja material ou imaterial, ou quiçá como um fato disparador para tal. Será através dele e por causa dele, que o poder público terá a chance de rever sua Lei Orgânica no que toca a sua ideia de política de patrimônio, chamando para si a responsabilidade que também é sua para a realização de ações concretas, tais como a criação de lei municipal de tombamento para o patrimônio material e a de salvaguarda para os bens imateriais. A criação de um órgão municipal para a gestão dessa política criando frentes de atuação junto às escolas da rede pública de ensino, bem como, com as comunidades em geral. Além de zelar pelos patrimônios do município, este órgão deverá integrar-se à política de patrimônio do Estado através do seu Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Pará, sediado em Belém, capital do Estado, para que se tenha uma gestão compartilhada entre as esferas, valendo-se de um pacto federativo.

As memórias que foram consultadas para esta pesquisa confirmam a importância daqueles 24 mil metros quadrados (valor aproximado) de história e memória da primeira região de ocupação urbana na cidade de Baião. Sobre esse aspecto, torna-se imperativo e urgente que o poder público local viabilize o quanto antes, ações e projetos de valorização da memória social da cidade, inclusive, se utilizando do patrimônio edificado e tombado da cidade. Importante que a população de Baião vislumbre a possibilidade de recuperação deste patrimônio histórico e devolução à sociedade em forma de uma Casa da Memória, transformando-o em local estratégico e adequado para a constituição de um acervo composto por documentos, mapas, imagens, livros, publicações, vídeos e outras formas de suportes para a memória da cidade. Uma Casa da Memória poderá ser o destino mais correto e condizente para com o patrimônio edificado de Baião, não esquecendo de atrelar esta instituição aos currículos escolares, à formação de professores, às associações comunitárias, aos grupos artísticos locais, entre outros.

Sobre o projeto de construção da orla da cidade, será necessário que haja alinhamento entre as políticas públicas de urbanismo, cultura e educação, para que a população possa ter pleno exercício de seu direito sobre a cidade e seus bens. É preciso que o projeto se adeque a esta nova demanda patrimonial de Baião, uma vez que, sua execução acarretará ao poder público local o cumprimento de regras e disciplinas para que a obra seja liberada. O atual projeto da orla precisa ser revisto e adequado a nova realidade, na qual o patrimônio tombado deve ser

integrado na construção dessa nova imagem da cidade, pois, uma área patrimonializada é uma área de onde a memória existe, resiste e persiste, portanto, uma área de sacralidade memorial. Nenhum cidadão de Baião encontrará ou sentirá o peso da história da cidade fora desse núcleo antigo. Ali, até o correr das horas parece diferente, há nesta região uma atmosfera de nostalgia e vagarosidade impregnadas no ar.

Nota-se que, no caso de Baião, o patrimônio cultural pode/deve cumprir o papel de elemento mediador entre o Estado e a sociedade, conforme suscita Gonçalves (2005), o sentido fundamental dos “patrimônios” consiste talvez na sua natureza total e em sua função eminentemente mediadora.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. *In:* LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane Felipe (Org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural:** diálogos e desafios contemporâneos. 1. ed. Blumenau: Nova Letra, 2007.

AHMED, Flávio. Estatuto da Cidade, Plano Diretor e Zoneamento Urbano como instrumento de Proteção dos Bens Culturais. *In:* SOARES, Inês Virgínia Prado; CUREAU, Sandra (Org.). **Bens Culturais e Direitos Humanos.** São Paulo: Edições Sesc, 2015.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da Recordação:** formas e transformações da memória cultural. Trad. Paulo Soethe. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2011.

BARROSO, Maria Macedo. Os viajantes e a construção do território brasileiro. *In:* **O Rio Tocantins no olhar dos viajantes:** paisagens, territórios, energia elétrica. Lígia Maria Cabral (Coord.). Rio de Janeiro/RJ: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2013.

BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas.** Trad. Regina Junqueira. Apresentação Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1979.

BATISTA, Deusidério Sares; MATOS, Rute Sousa. A dimensão patrimonial e identitária da paisagem: a história do lugar como fundamento da intervenção urbana e territorial contemporânea. *In:* PIMENTA, Margareth de Castro Afeche; FIGUEIREDO, Lauro César (Org.). **Lugares:** patrimônio, memória e paisagens. Florianópolis/SC: Ed. UFSC, 2014.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2014.

BENCHIMOL, Samuel. **Eretz Amazônia:** os judeus na Amazônia. 3. ed. Manaus/AM: Editora Valer, 2008.

BENHAMOU, Françoise. **Economia do Patrimônio Cultural.** Trad. Fernando Kolleritz. São Paulo: Ed. Sesc São Paulo, 2016.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade:** lembranças de velhos. 19. ed. São Paulo/SP: Ed. Companhia da Letras, 2016.

CALDAS, Karen Velleda; SANTOS, Carlos Alberto Ávila. Cartas patrimoniais, legislação e a restauração do Grande Hotel de Pelotas: breves considerações. *In:* SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA ARTE: ANACRONIAS DO TEMPO, XII. **Revista Eletrônica**, n. 03, 2013, Centro de Artes UFPEL.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. **Proposições para o Patrimônio Cultural.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2015.

CANDAU, Joel. **Antropologia da Memória.** Lisboa/PT: Instituto Piaget, 2005. (Coleção Epistemologia e Sociedade).

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade.** Trad. Maria Letícia Ferreira. 1. ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2012.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural:** conceito, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRIOTA, Leonardo Barci; SOUSA, Vilmar Pereira. A força do lugar: patrimônio cultural e memória urbana. *In:* PIMENTA, Margareth de Castro Afeche; FIGUEIREDO, Lauro César (Org.). **Lugares:** patrimônio, memória e paisagens. Florianópolis/SC: Ed. UFSC, 2014.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** Trad. Luciano Vieira Machado. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia (Org). **A Invenção do Patrimônio:** continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação cultural no Brasil. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os Arquitetos da Memória:** sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

COELHO, Ilanil; RADUN, Denis Fernando. Tombamento, Destombamento e Retombamento: o jogo do patrimônio cultural no Brasil. *In*: BERND, Zilá; SANTOS, Nádia Maria Weber (Org.). **Memória Social:** pesquisas e temas emergentes. Canoas/RS: UnilaSalle Editora, 2016.

COELHO, Olínio Gomes Paschoal. Novos Atores na Preservação do Patrimônio: estados, municípios e sociedade civil. *In:* AZEVEDO, Paulo Ormindo David de; CORRÊA, Elyane Lins (Org.). **Estado e Sociedade na Preservação do Patrimônio.** Salvador: EDUFBA, 2013.

CORÁ, Maria Amélia Jundurian. Políticas Públicas Culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 5, 2014.

CORMINEIRO, Olivia Macedo Miranda. Dos Abismos: imaginação e tradição na tessitura da narrativa sobre os rios Araguaia e Tocantins em Ignácio Baptista de Moura e J. A. Leite Moraes. **Fênix** – Revista de História e Estudos Culturais, v. 12, n. 1, Ano XII, janeiro – junho de 2015. Disponível em: https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/837/798.

COSTA, Rodrigo Vieira. **A dimensão Constitucional do Patrimônio Cultural:** o tombamento e o registro sob a ótica dos direitos culturais. Rio de Janeiro: Editora Lumens Juris, 2011.

COUDREAU, Henri Anatole. **Voyage au Tocantins et Xingu:** 3 avril 1898 – 3 novembre 1898, Paris: ALahure, 1899. in 4°, 78 vignettes, 15 cartes. Hachette.

CURY, Isabelle. **Cartas Patrimoniais.** 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro/RJ: IPHAN, 2004.

DAVID, Cesar de. “O campo se fez tapera...”: as paisagens do abandono no espaço rural sul-rio-grandense. *In:* PIMENTA, Margareth de Castro Afeche; FIGUEIREDO, Lauro César (Org.). **Lugares:** patrimônio, memória e paisagens. Florianópolis/SC: Ed. UFSC, 2014.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro/RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1957. (Volume XIV).

FARES, Josebel Akel. Percursos Amazônicos de Viajantes Estrangeiros I: paisagens no relato dos Agassiz. *In:* NUNES, Paulo (Org.). **Diversidade Cultural:** diálogos literários. 2. ed. Belém/PA: Unama, 2008.

FARIA, Edimur Ferreira. O Tombamento e seus Reflexos. *In:* DIAS, Maria Tereza Fonseca; PAIVA, Carlos Magno de Souza (Coord.). **Direito e Proteção do Patrimônio Cultural Imóvel**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010.

FERRI, Mário Guimarães. Apresentação. *In:* BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas.** Trad. Regina Junqueira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1979.

FIGUEIREDO, Lauro César. Memória, cidade e documentação: transformação da paisagem cultural da cidade de Santa Maria a partir da fotografia. *In*: PIMENTA, Margareth de Castro Afeche; FIGUEIREDO, Lauro César (Org.). **Lugares:** patrimônio, memória e paisagens. Florianópolis/SC: Ed. UFSC, 2014.

FILHO, Carlos Frederico Marés de Souza. **Bens Culturais e sua Proteção Jurídica**. Curitiba: Juruá Editora, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MINC-IPHAN, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo A; PELEGRINI, Sandra C. A.; RAMBELLI, Gilson (Org.). **Patrimônio cultural e ambiental:** questões legais e conceituais. Campinas/SP: Editora Annablume, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In:* BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2014.

GIOVANNONI, Gustavo. **Textos Escolhidos.** Organização: Beatriz Mugayar Kuhl. Tradução: Renata Campello Cabral, Carlos Roberto M. de Andrade, Beatriz Mugayar Kuhl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2017.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **O lugar do olhar:** elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2013.

GONÇALVES, José Alberto. **Baião através dos tempos.** Baião/PT, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Ed. UFRJ, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios. **Rev. Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 2005.

GUEDES, Rafaela Mabel Silva. Vizinhança, ambiência, entorno e paisagem: limites conceituais e operacionais para a proteção do patrimônio. *In:* SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti (Org.). **Cidade, Cultura e Urbanidade.** João Pessoa/PB: Ed. UFPB, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

HELLER, Reginaldo Jonas. **Judeus do Eldorado:** reinventando uma identidade em plena Amazônia- a imigração dos judeus marroquinos e do norte da África para o Brasil (Pará e Amazonas) durante o século XIX. Rio de Janeiro/RJ: Ed. E-papers, 2010.

HUYSSEN, Andreas. **Cultura do passado-presente:** modernismos, artes visuais, políticas da memória. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro/RJ: Ed. Contraponto; Museu de Arte do Rio, 2014.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das Cidades.** Trad. Rejane Janowitzer. Rio de Janeiro/RJ: Ed. Casa da Palavra, 2005.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do Social.** Trad. Márcia Cavalcante. Rio de Janeiro/RJ: Ed. Forense Universitária, 1990.

LAPA, Tomás de Albuquerque. Participação Popular como Estratégia de Proteção ao Patrimônio Edificado: relação entre poder público e sociedade civil. *In:* AZEVEDO, Paulo Ormindo David de; CORRÊA, Elyane Lins (Org.). **Estado e Sociedade na Preservação do Patrimônio.** Salvador: EDUFBA, 2013.

LARÊDO, Salomão. **Terra dos Romualdos, país dos Maparás:** etnoliteratura, teologia cultural, mitopoética, fotomemória, autoficção, mitomemória. Belém/PA: Salomão Larêdo Editora, 2013.

LAUANDE, Milene Risuenho. **Os Planos Diretores de Mocajuba e Baião:** em busca de instrumentos de planejamento e gestão além do estatuto da cidade. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

LEAL, Oscar. **Viagem a um país de selvagens.** Brasília/DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012. (Edições do Senado Federal, v. 164).

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BAIÃO. Ed. Graphitte Editores, 1990.

LYRA, Cyro Corrêa. **Preservação do Patrimônio Edificado**: a questão do uso. Brasília: IPHAN, 2016.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. **A Tutela do Patrimônio Cultural Sob o Enfoque do Direito Ambiental.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. Movimentos Sociais, Direitos Humanos e Patrimônio Cultural. *In:* SOARES, Inês Virgínia Prado; CUREAU, Sandra (Org.). **Bens Culturais e Direitos Humanos.** São Paulo: Edições Sesc, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. 3. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2010.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O passado no futuro da cidade:** políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

MORAES, Joaquim de Almeida Leite. **Apontamentos de viagem.** São Paulo/SP: Ed. Penguin, 2011.

MOTTA, Lia; THOMPSON, Analúcia. **Entorno de bens tombados.** Rio de Janeiro: Iphan/DAF/Copedoc, 2010.

MOURA, Ignacio Baptista de. **De Belém a São João do Araguaia:** vale do rio Tocantins. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, 1987.

NARDI, Letícia. **Centro Histórico:** entre a preservação e a dinâmica urbana. Curitiba/PR: Ed. Appris, 2015.

NETO, José Maria Bezerra. **Escravidão Negra no Grão-Pará** (séculos XVII-XIX). 2. ed. Belém/PA: Editora Paka-Tatu, 2012.

PENNA, Domingos Soares Ferreira. **Obras Completas.** Reedição. Belém/PA: Conselho Estadual de Cultura de Belém, 1973.

PEREIRA, Paulo Fernando Soares. **O Direito ao Desenvolvimento Cultural e as Políticas de Proteção ao Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2015.

PESSOA, José. Reflexões sobre a preservação de áreas urbanas no Brasil. *In:* CUREAU, Sandra; KISHI, Sandra Akemi Shimada; SOARES, Inês Virgínia Prado; LAGE, Claudia Marcia Freire (Coord.). **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural.** Belo Horizonte: Editora Fórum, 2011.

PIO, Leopoldo Guilherme. **Usos e sentidos do patrimônio cultural no projeto Porto Maravilha.** Rio de Janeiro: Editora Gramma, 2017.

RABELLO, Sônia. Estatuto da Cidade e a preservação do patrimônio cultural federal: compatibilizando gestão. *In:* FINK, Daniel Roberto (Org). **Temas de Direito Urbanístico 4**. 1. ed. São Paulo. SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

RAMOS, Sandoval. **Baião:** a história de um município. Belém, 2009.

REIS, Nestor Goulart. Patrimônio Cultural e Problemas Urbanos. *In:* GOMES, Marco Aurélio A.; CORRÊA, Elyane Lins (Org.). **Reconceituações contemporâneas do patrimônio.** Salvador: EDUFBA, 2011. p. 117-127.

RIBEIRO, Claudio Rezende. Patrimônio e Cidadania: contradições conceituais do espaço cordial. *In:* AZEVEDO, Paulo Ormindo David de; CORRÊA, Elyane Lins (Org.). **Estado e Sociedade na Preservação do Patrimônio.** Salvador: EDUFBA, 2013.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos:** sua essência e sua origem. Trad. Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. São Paulo/SP: Ed. Perspectiva, 2014.

RUSKIN, John. **A Lâmpada da Memória.** Tradução e Apresentação: Maria Lucia Bressan Pinheiro. Revisão: Beatriz e Gladys Mugayar Kuhl. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2008.

SALLES, Vicente. **O negro na formação da sociedade paraense.** Textos reunidos. Belém/PA: Ed. Paka-Tatu, 2004.

SAMPAIO, Suzanna. Usos legais do patrimônio: as cartas internacionais e as legislações nacionais. *In:* FUNARI, Pedro Paulo A; PELEGRINI, Sandra C. A.; RAMBELLI, Gilson (Org.). **Patrimônio cultural e ambiental:** questões legais e conceituais. Campinas/SP: Editora Annablume, 2009.

SANT´ANA, Ana Maria de. **Plano Diretor Municipal**. São Paulo/SP: Ed. Leud, 2006.

SANT´ANNA, Márcia. **A cidade-atração:** a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990. Salvador: EDUFBA, 2017.

SANT´ANNA, Márcia. Patrimônio Material e Imaterial: dimensões de uma mesma ideia. *In:* GOMES, Marco Aurélio A.; CORRÊA, Elyane Lins (Org.). **Reconceituações contemporâneas do patrimônio.** Salvador: EDUFBA, 2011. p. 193-198.

SANTOS, Nádia Maria Weber. Memória como narrativas do sensível: entre subjetividades e sensibilidades. *In:* GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; SANTOS, Nádia Maria Weber (Org.). **Memória Social:** questões teóricas e metodológicas. Canoas/RS: Ed. Unilasalle, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo/SP: Ed. Companhia das Letras, 2019.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti. **Imagens da cidade:** patrimonialização, cenários e práticas sociais. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

SILVA, Fernando Fernandes. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade.** 2. ed. São Paulo: Peirópolis, 2012.

SILVA, Maria Angélica. Centralidades em movimento: a cidade contemporânea e o tempo histórico. *In:* PIMENTA, Margareth de Castro Afeche; FIGUEIREDO, Lauro César (Org.). **Lugares:** patrimônio, memória e paisagens. Florianópolis/SC: Ed. UFSC, 2014.

SOMEKH, Nádia. **Preservando o patrimônio histórico:** um manual para gestores municipais. São Paulo: Mack Pesquisa, 2017.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. O Tombamento no direito administrativo e internacional. **Revista de Informação Legislativa**, v. 41, n. 163, Julho/Setembro, 2004.

TORRES, Natália Pérez. Paisagem cultural urbana e patrimônio: dispositivos de configuração política da cidade contemporânea. *In:* CASTELLS, Alícia Norma González; SANTOS, Jeana Laura da Cunha (Org.). **Patrimônio Cultural e seus campos.** Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

VARINE, Hugues de. **As raízes do Futuro:** o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta. 3. ed. Porto Alegre: Editora Medianiz, 2013.

VASQUES, Vivianne Sampaio. **Entorno de bens tombados:** reflexões acerca da sua delimitação e gestão para a salvaguarda dos bens. Dissertação (Mestrado) – Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

VIEIRA, Natália Miranda. **Gestão de sítios históricos:** a transformação dos valores culturais e econômicos nas fases de formulação e implementação de programas de revitalização em áreas históricas. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. **A cidade e seu centro.** Curitiba/PR: Ed. Appris, 2020.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. **Construindo Cidades:** o plano diretor como experiência de planejamento urbanos. Pelotas: Ed. UFPEL, 2012.

VILHENA, Luiz Rodolfo. **Projeto e Missão:** o movimento folclórico brasileiro (1947-1964). Rio de Janeiro: Funarte; FGV, 1997.

WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro.** Brasília/DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. (Edições do Senado Federal, v. 17).

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar**: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

ZANIRATO, Sílvia Helena. O lugar da paisagem cultural no patrimônio. *In:* PIMENTA, Margareth de Castro Afeche; FIGUEIREDO, Lauro César (Org.). **Lugares:** patrimônio, memória e paisagens. Florianópolis/SC: Ed. UFSC, 2014.